

**Prospecto Definitivo da 1ª Distribuição de Cotas Seniores do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV – Empréstimos Consignados**

**Cedente**

**BANCO MATONE**

no montante de até

**R\$75.000.000,00**

Código ISIN nº BRFMECCTF000

Classificação de Risco – Standard & Poor's: **brAA**

O Fundo foi registrado na CVM em 19 de abril de 2007, tendo sido cadastrado sob o código 186-4. A distribuição pública de cotas foi registrada na CVM também em 19 de abril de 2007 sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/017.

Emissão de 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas seniores da 1ª (primeira) série do “Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados” (“Fundo”) com valor inicial de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, perfazendo o total inicial de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). Também serão emitidas, para subscrição privada pelo Banco Matone S.A., 2.500 (duas mil e quinhentas) cotas subordinadas, com valor inicial de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o total de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). As cotas corresponderão a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Será admitida a amortização das cotas, conforme disposto no regulamento do Fundo, que integra este prospecto como o Anexo I. O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em direitos creditórios oriundos de empréstimos pessoal com consignação em benefícios ou folha de pagamento, a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, dos Estados ou dos Municípios, nos termos da política de investimento prevista no regulamento. A Instituição Administradora deliberou a constituição e aprovou o inteiro teor do regulamento do Fundo em 7 de dezembro de 2006, cuja ata de deliberação e regulamento foram registrados sob o nº 208241 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, em 2 de fevereiro de 2007. O Regulamento foi alterado nos termos da deliberação de primeira alteração e consolidação do Regulamento, realizada em 18 de junho de 2007 e averbada em 20 de junho de 2007 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, sob o nº 211113, sendo posteriormente alterado nos termos da segunda alteração e consolidação do Regulamento, realizada em 17 de julho de 2007 e averbada em 20 de julho de 2007 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, sob o nº 211823. O Fundo é administrado pela BEM DTVM LTDA., instituição com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, cidade de Osasco, Estado de São Paulo, e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM, instituição com sede na Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares, Bela Vista, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e suas alterações posteriores, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

*“o registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.”*

*Os investidores devem ler a seção fatores de risco, nas páginas 37 a 46.*

**Veja outros avisos importantes na página 2 deste prospecto.**

Podem adquirir cotas do Fundo investidores qualificados, ou outros investidores expressamente admitidos pela legislação pertinente.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do Fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

*A data deste Prospecto é 17 de agosto de 2007*



## AVISOS ANBID

*As informações contidas nesse prospecto, apesar de estarem em consonância com o disposto no Regulamento, não o substituem. Previamente à aquisição de cotas do Fundo, é indispensável a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as disposições que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto, bem como àquelas relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo.*

*A aplicação em cotas do Fundo apresenta riscos para o investidor e não conta com garantia da instituição administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.*

*O Investimento do Fundo de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.*

*Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.*

*O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.*

## ÍNDICE

<u>AVISOS ANBID</u>	1
<u>GLOSSÁRIO</u>	5
<u>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES, AUDITORES E ESCRITURADOR</u>	12
<u>SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO</u>	14
<u>ESTRUTURA DO FUNDO</u>	17
<u>OBJETIVO DE INVESTIMENTO</u>	19
<u>EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA</u>	20
<u>Operacionalização</u>	20
<u>Aspectos Legais</u>	21
<u>Legalidade do Desconto em Folha de Pagamento</u>	22
<u>POLÍTICA DE INVESTIMENTO</u>	24
<u>Carteira do Fundo</u>	24
<u>Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios</u>	24
<u>Critérios para Análise de Crédito dos Consignantes</u>	28
<u>Limites de Concentração</u>	28
<u>Procedimento de Reclassificação de Novos Consignantes</u>	29
<u>Política de Concessão de Crédito a Devedores pelo Matone</u>	30
<u>Análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios do Fundo</u>	30
<u>Cobrança dos Direitos Creditórios</u>	32
<u>Aplicação do Remanescente do PL do Fundo</u>	33
<u>Demais Informações sobre a Política de Investimento</u>	33
<u>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE</u>	35
<u>FATORES DE RISCO</u>	37
<u>Riscos de Mercado</u>	37
<u>Riscos de Crédito</u>	37
<u>Risco de Liquidez</u>	39
<u>Riscos Específicos</u>	40
<u>Outros</u>	43
<u>GERENCIAMENTO DE RISCOS</u>	47
<u>Risco de Mercado</u>	47
<u>Risco de Crédito</u>	47
<u>Risco de Liquidez</u>	47
<u>Risco de Concentração</u>	47
<u>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO</u>	48
<u>Base Legal</u>	48
<u>Objeto</u>	48
<u>Público Alvo</u>	48
<u>Forma de Constituição</u>	48
<u>Prazo de Duração</u>	48

<u>Amortização</u>	49
<b><u>COTAS DO FUNDO</u></b>	<b>51</b>
<u>Características Gerais</u>	51
<u>Classificação de Risco das Cotas Seniores</u>	52
<u>Classes de Cotas</u>	52
<u>Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores</u>	53
<u>Emissão de Novas Cotas</u>	53
<u>Amortização das Cotas</u>	53
<u>Reserva de Amortização e Resgate</u>	53
<b><u>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</u></b>	<b>55</b>
<b><u>POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS</u></b>	<b>57</b>
<u>Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo</u>	57
<b><u>GATILHOS DE DESEMPENHO</u></b>	<b>59</b>
<b><u>TAXAS</u></b>	<b>60</b>
<b><u>PRESTADORES DE SERVIÇO</u></b>	<b>61</b>
<u>Instituição Administradora</u>	61
<u>Gestor</u>	64
<u>Custodiante e Agente Escriturador</u>	64
<u>Auditor Independente</u>	67
<u>Agência de Rating</u>	67
<u>Fiel Depositário e Agente Cobrador</u>	67
<u>Instituição Intermediária</u>	67
<b><u>CONFLITO DE INTERESSES</u></b>	<b>69</b>
<b><u>SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES</u></b>	<b>71</b>
<u>Contrato de Cessão</u>	71
<u>Contrato de Custódia</u>	77
<u>Contrato de Cobrança e Guarda de Documentos</u>	80
<b><u>ASSEMBLÉIA GERAL</u></b>	<b>81</b>
<u>Competência</u>	81
<u>Procedimento de Convocação</u>	82
<u>Nomeação de Representante dos Condôminos</u>	83
<u>Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações</u>	83
<u>Deliberações Especiais</u>	84
<u>Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral</u>	84
<b><u>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</u></b>	<b>85</b>
<u>Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo</u>	85
<u>Procedimentos da Dação em Pagamento</u>	88
<b><u>OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO</u></b>	<b>89</b>
<u>Despesas e Encargos do Fundo</u>	89
<u>Informações Obrigatórias e Periódicas</u>	90

<a href="#"><u>Ordem e Aplicação dos Recursos</u></a> .....	92
<a href="#"><u>Publicações</u></a> .....	92
<a href="#"><u>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS</u></a> .....	<b>94</b>
<a href="#"><u>Tributação do Fundo</u></a> .....	94
<a href="#"><u>Tributação dos Cotistas</u></a> .....	94
<a href="#"><u>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO</u></a> .....	<b>96</b>
<a href="#"><u>INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO MATONE S.A.</u></a> .....	<b>119</b>
<a href="#"><u>Histórico</u></a> .....	119
<a href="#"><u>Controle Acionário</u></a> .....	121
<a href="#"><u>Instrumentos de Captação</u></a> .....	121
<a href="#"><u>Perspectivas em Relação aos Negócios</u></a> .....	121
<a href="#"><u>Demonstrações Financeiras</u></a> .....	121

## ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo	124
Anexo II	Carta e Relatório de Classificação de Risco da Oferta preparados pela Agência de Classificação de Risco	175
Anexo III	Relatório da KPMG relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Matone	187
Anexo IV	Estatuto social do Matone	224
Anexo V	Demonstrações financeiras do Matone relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005	231
Anexo VI	Declarações do Banco Coordenador e da Instituição Administradora	236

## **GLOSSÁRIO**

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's ou sua sucessora contratada nos termos do Regulamento.
Agente Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Alocação de Investimento Mínima	Significa fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o denominador equivalente ao valor do PL do Fundo, apurada diariamente pelo Custodiante.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor.
Banco ABN	Banco ABN AMRO Real S.A., instituição financeira, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 3º andar, São Paulo- SP.
Banco Bradesco	Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, S/N, no Núcleo Administrativo "Cidade de Deus", inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001/12, contratado pelo Fundo para atuar como Custodiante e Agente de Recebimento.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BOVESPA Fix	Mercado de Títulos de Dívida Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.
CDB(s)	Certificado(s) de Depósito(s) Bancário(s).
CETIP	Câmara de Liquidação e Custódia.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Condições de Cessão	Condições que devem ser observadas pelo Matone quando da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
Condições Resolutivas de Cessão	Hipóteses constantes no Contrato de Cessão, e transcritas neste Prospecto, que se verificadas, ensejarão a resolução da cessão de Créditos.
Consignante	União, Estados, Municípios ou órgãos e autarquias a eles vinculados, a que se vinculam os Devedores e com os quais o Matone ou seus Correspondentes tenham celebrado convênios para consignação de parcelas de empréstimo em benefícios ou folha de pagamento.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Créditos e Outras Avenças firmado entre o Fundo e o Matone, e tendo como interveniente o Custodiante.
Contrato de Cobrança e Guarda de Documentos	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios, Depósito de Documentos e Outras Avenças firmado entre o Banco Matone e o Banco Bradesco, e tendo como interveniente-anuente o Fundo.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, e tendo como interveniente o Matone.
Contrato de Mútuo	Qualquer modalidade de contrato padrão de empréstimo consignado celebrado pelo Matone e cedido ao Fundo de acordo com as Condições de Cessão e os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.
Correspondente(s)	Aquele(s) contratado(s) nos termos da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN, e da Circular nº 202, de 31 de outubro de 2002, da Susep, para atuar(em) como intermediário(s) do Matone.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cota(s)	Significa, sem distinção, Cota(s) Sênior(es) e Cota(s) Subordinada(s).

Cota(s) Sênior(es)	Aquela(s) que não se subordina(m) às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cota(s) Subordinada(s)	Aquela(s) que se subordina(m) às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotista(s) ou Condômino(s)	Significa, sem distinção, tanto o(s) titular(es) de Cotas Seniores como o(s) titular(es) de Cotas Subordinadas.
Créditos	Vide “Direitos Creditórios” abaixo.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Bradesco S.A. ou seu sucessor.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Para a 1ª (primeira) Série, significa, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em que as Cotas Seniores serão amortizadas, desde que o Fundo tenha recursos para tanto. Para as demais Séries, significa a data de amortização prevista no respectivo Suplemento.
Data de Aquisição	Data em que o Matone recebe relatório do Custodiante indicando os Direitos Creditórios Elegíveis.
Data de Subscrição Inicial	Data em que as primeiras Cotas de cada classe/Série são subscritas e integralizadas, a ser determinada, em relação a cada classe/Série, pela Instituição Administradora.
Data de Verificação de Performance – DVP	10º (décimo) dia útil de cada mês calendário em que a Instituição Administradora deverá verificar o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos.
Devedor	Pessoa física que celebra Contrato de Mútuo com o Matone, no qual estará previsto que o pagamento será efetuado por

	meio de consignação em pagamentos devidos por Consignante.
Direito Creditório Elegível	Direito Creditório que se enquadre aos critérios de elegibilidade, e às Condições de Cessão.
Direitos Creditórios	Cada prestação devida pelo Devedor ao Matone ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Matone e o Devedor, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo e, caso aplicável, do respectivo termo de adesão, cujo pagamento será realizado por meio de desconto em folha de pagamento do respectivo Devedor pelo Consignante.
Divalvest	Divalvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia e o Contrato de Cobrança e Guarda de Documentos.
Documentos Relacionados aos Créditos	Os seguintes documentos referentes aos Créditos cedidos ao Fundo, devidamente identificados pelo número de inscrição do respectivo Devedor no CPF/MF e pelo respectivo Contrato de Mútuo: (i) Contrato de Mútuo e, conforme o caso, do respectivo termo de adesão; (ii) ficha cadastral do Devedor; (iii) autorização para desconto em folha de pagamento; (iv) cópia de cédula de identidade e CPF/MF do Devedor; (v) cópia de holerite do Devedor; (vi) comprovante de averbação do empréstimo na Margem Consignável do Devedor; e (vii) notas promissórias assinadas pelo Devedor, se houver.
Eventos de Avaliação	Eventos definidos no Regulamento e transcritos no item “Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo” que, se ocorrerem, ensejarão convocação de assembléia geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo.
Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no Regulamento e transcritos no item “Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo”.

Eventos de Resilição	Eventos definidos no Contrato de Cessão e transcritos no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”.
Eventos de Revisão	Eventos descritos no Contrato de Cessão e transcritos no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”.
Fator Multiplicador	Fator corresponde a percentual da Taxa DI a ser determinado através de processo de <i>bookbuilding</i> ou previamente definido, conforme o caso, e informado no Suplemento da respectiva Série.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Fundo	Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados.
Gestora	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM ou sua sucessora.
Grupo Matone	Grupo de sociedades ligadas direta ou indiretamente ao Matone.
Instituição Administradora	BEM DTVM LTDA. ou sua sucessora.
Instituição Intermediária	Banco ABN AMRO Real S.A.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
<i>Layout</i>	Documento enviado ao Custodiante pelo Matone com as características dos Direitos Creditórios que este está disposto a ceder ao Fundo.
Lista de Consignantes	Lista de Consignantes de Direitos Creditórios que podem ser adquiridos pelo Fundo e que integra o Anexo VI do Contrato de Cessão.
Lista de Direitos Creditórios	Lista dos Créditos cedidos ao Fundo, que o Matone deverá enviar ao Custodiante, na forma da tabela constante no

	Anexo II do Contrato de Cessão, até as 15 (quinze) horas do dia útil imediatamente subsequente à Data de Aquisição.
Margem Consignável	Limite percentual da remuneração de cada Devedor que pode ser comprometido com a consignação em folha de pagamento.
Matone	Banco Matone S.A., com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mariante, nº 25, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.894.922/0001-08.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.
Partes Relacionadas	Quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou no dia seguinte à data prevista para a amortização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para amortização correspondente ao período.
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social.
PL	Valor do patrimônio líquido.
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).
Reserva de Amortização e Resgate	Reserva de recursos, onde deverão ser segregados Outros Ativos conforme o procedimento descrito no item “Cotas do Fundo – Reserva de Amortização e Resgate” deste Prospecto.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do

	Regulamento.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Suplemento	Documento que contém as características de uma nova Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento.
Susep	Superintendência de Seguros Privados.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Valor Liberado	Valor líquido do empréstimo depositado pelo Matone na conta corrente do Devedor.

## **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES, AUDITORES E ESCRITURADOR**

### **Instituição Administradora**

#### **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara

Osasco, SP

At.: Sr. José Carlos da Silva

Telefone: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bemdtvm@bradesco.com.br

### **Gestora**

#### **BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM**

Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3141-9559

Fax: (11) 3141-1932

### **Instituição Intermediária Líder**

#### **Banco ABN AMRO Real S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar

São Paulo, SP

At.: Sr. Ciro Giannini

Telefone: (11) 3174-6830

Fax: (11) 3174-6809

E-mail: ciro.giannini@br.abnamro.com

### **Consultores Legais**

#### **Levy & Salomão Advogados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar

São Paulo - SP

At.: Erik Frederico Oioli

Telefone: (11) 3365-5050

Fax: (11) 3365-5048

E-mail: eoioli@levysalomao.com.br

### **Auditores Contratados**

#### **KPMG Auditores Independente**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33

04530-904 São Paulo, SP

At.: Sr. Ricardo Anhesini Souza

Tel.: (11) 2183-3000

Fax.: (11) 2183-3001

website: <http://www.kpmg.com.br>

### **Custodiante e Escriturador das Cotas**

#### **Banco Bradesco S.A.**

Núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus"

Osasco - SP

At.: Sr. Carlos Alberto de Moraes

Telefone (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

Website: [bradescocustodia.com.br](http://bradescocustodia.com.br)

### **Agência Classificadora de Risco**

#### **Standard & Poor's**

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar

04571-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Gazoni

Tel: (11) 5501-8936

Fax: (11) 5505-0876

E-mail: [pedro\\_gazoni@standardandpoors.com](mailto:pedro_gazoni@standardandpoors.com)

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Matone IV- Empréstimos Consignados”, bem como as principais condições da oferta de Cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

<b>Emissor das Cotas</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Matone IV- Empréstimos Consignados.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Matone, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mariante, nº 25, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.894.922/0001-08.
<b>Forma de Constituição</b>	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas.
<b>Prazo de Duração</b>	O Fundo tem prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir da data de encerramento da primeira distribuição de Cotas do Fundo. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de Cotistas. As Cotas Seniores da 1ª Série terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses.
<b>Quantidade Total de Cotas</b>	Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade e classe de Cotas a ser inicialmente emitida, desde que observados o limite máximo de 500.000 (quinhentas mil) cotas, e o mínimo de 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas e a Relação Mínima
<b>Valor Inicial Unitário das Cotas</b>	R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe, na respectiva Data de Subscrição Inicial.
<b>Classes de Cotas</b>	As Cotas do Fundo poderão ser Seniores ou Subordinadas. Todas as Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
<b>Série de Cotas Seniores Emitida</b>	1ª Série.
<b>Negociação das Cotas</b>	As Cotas de Fundo deverão ser registradas para negociação secundária no Somafix, BovespaFix e Cetip, cabendo à Instituição Administradora e aos

<p><b>Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores</b></p>	<p>eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados ou por outros investidores expressamente admitidos pela legislação aplicável.</p> <p>A relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).</p>
<p><b>Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo</b></p>	<p>Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao Fator Multiplicador da respectiva Série, calculado na forma do item “Política de Distribuição de Resultados - Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”, no respectivo período, observando-se o disposto a seguir: (a) para a primeira Série, o Fator Multiplicador será equivalente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI; e (b) para as demais Séries, o Fator Multiplicador será definido na forma do Suplemento; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, consta do item “Política de Distribuição de Resultados - Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” abaixo. Referido item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes.</p>
<p><b>Amortizações</b></p>	<p>Para a 1ª (primeira) Série, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no 5º (quinto) dia útil do mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais, nas condições previstas no Regulamento e também abaixo especificadas.</p>
<p><b>Resgate</b></p>	<p>As Cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término do prazo de vencimento da respectiva Série ou do Fundo, em caso de sua liquidação antecipada. As Cotas Seniores da 1ª Série serão resgatadas na respectiva última Data de Amortização.</p>
<p><b>Procedimento da Distribuição Pública</b></p>	<p>A distribuição das cotas do Fundo será pública, destinada exclusivamente a investidores qualificados e demais investidores admitidos pela</p>

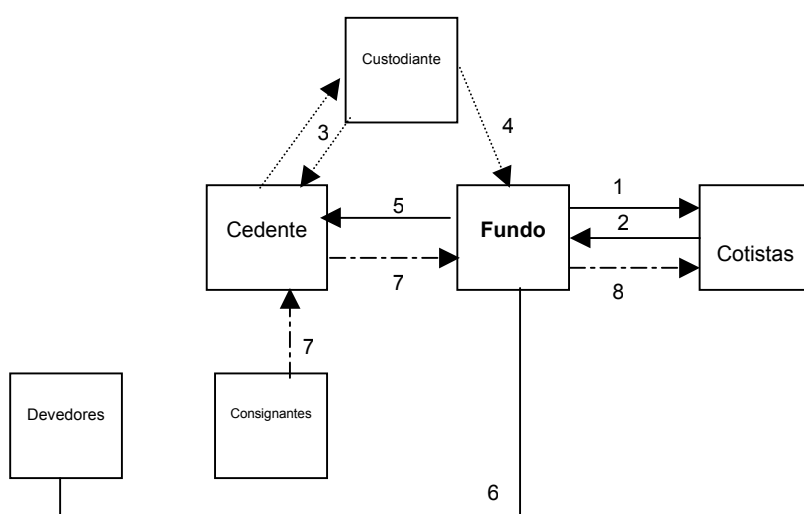
	regulamentação aplicável. As Cotas Subordinadas serão destinadas exclusivamente ao Matone.
<b>Valor Mínimo inicial de Aplicação</b>	R\$30.000,00 (trinta mil reais).
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos auferidos pelo Fundo são voltados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos pessoal com consignação em benefícios ou folha de pagamento, a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, dos Estados ou dos Municípios.
<b>Classificação de Risco das Cotas Seniores</b>	brAA, conferida pela Standard & Poor's.
<b>Publicidade</b>	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.
<b>Instituição Administradora</b>	BEM DTVM Ltda.
<b>Gestora</b>	BRAM – Bradesco Asset Managemet S.A. DTVM.
<b>Custodiante e Escriturador</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Auditor</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	Standard & Poor's.
<b>Procedimento de Cálculo da Taxa de Desconto</b>	A Taxa de Desconto é calculada mediante aplicação da fórmula descrita na seção “Características dos Direitos Creditórios” abaixo.

## ESTRUTURA DO FUNDO

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios performados oriundos de empréstimos do Banco Matone S.A. a Devedores, cujo pagamento é efetuado por meio de consignação em folha de pagamento. A carteira de direitos creditórios do Fundo será revolvante, o que significa que, na medida em que os direitos creditórios do Fundo forem sendo liquidados, a Instituição Administradora poderá utilizar tais recursos para a aquisição de novos direitos creditórios, a fim de proporcionar a rentabilidade esperada para as Cotas Seniores, até a data de resgate.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores da 1ª Série, diariamente, tendo como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, equivalente a 110% (cento e dez por cento). Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O quadro abaixo contém uma breve descrição da estrutura e o funcionamento do Fundo. Para maiores detalhes sobre a operação do Fundo, recomenda-se a leitura atenta de todo o conteúdo deste prospecto:



1 – Emissão de cotas pelo Fundo.

2 – Subscrição e integralização das cotas pelos investidores.

3 – Matone (Cedente) informa os direitos creditórios que pretende ceder ao Custodiante, que verificará os critérios de elegibilidade e informará ao Cedente quais os créditos que poderão ser adquiridos pelo Fundo.

4 – Custodiante envia à Instituição Administradora informações sobre os direitos creditórios a serem adquiridos.

5 – Fundo paga ao Cedente o preço de cessão com deságio calculado de forma a permitir ao Fundo o recebimento de recursos suficientes para o pagamento do rendimento esperado para as Cotas Seniores e o pagamento das despesas e encargos do Fundo.

6 – O Fundo torna-se titular dos direitos creditórios que lhe foram cedidos pelo Matone.

7 – Consignantes efetuam o desconto em folha de pagamento, conforme o caso, e transferem os recursos ao

Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança do Fundo, que será responsável pelo repasse dos recursos ao Fundo.

8 – O Fundo, desde que seu patrimônio permita, efetua a amortização das cotas na periodicidade determinada no Suplemento da respectiva Série, bem como efetua o resgate da cota, no encerramento do prazo da Série.

Os devedores dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, Estados ou Municípios. O Fundo possui limites de concentração em direitos creditórios calculados em função dos Consignantes, de forma que se espera a pulverização de risco entre os devedores.

A fim de alcançar os resultados esperados, o Fundo possui mecanismos de controle internos (*credit enhancement*), quais sejam:

- i) Relação Mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores de 125%, determinando a composição mínima do PL por 25% de Cotas Subordinadas; tais cotas, por estarem subordinadas às Cotas Seniores, sofrem primeiramente o impacto dos eventuais resultados negativos do Fundo, funcionando como uma espécie de garantia às Cotas Seniores;
- ii) mecanismos de desconto no preço de cessão, com o objetivo de alcançar a rentabilidade esperada para Cotas Seniores, bem como obter recursos suficientes para o pagamento das despesas e encargos do Fundo; e
- iii) Reservas de Amortização e Resgate, Alocação Mínima e regras restritivas para amortização de Cotas Subordinadas.

## **OBJETIVO DE INVESTIMENTO**

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos pessoal com consignação em benefícios ou folha de pagamento, a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, dos Estados ou dos Municípios.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, diariamente, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao Fator Multiplicador da respectiva Série, no respectivo período, observando-se o disposto abaixo:

- i) para a primeira Série, o Fator Multiplicador será equivalente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI; e
- ii) para as demais Séries, o Fator Multiplicador será definido na forma do Suplemento.

Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

## EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA

### Operacionalização

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de Contrato de Mútuo acompanhado de autorização para consignação em folha de pagamento.

O contato com Devedores interessados em tomar empréstimos com desconto em folha de pagamentos é feito pelo Matone e através de seus Correspondentes. Os Correspondentes são contratados nos termos da Circular nº 206, de 31 de outubro de 2002, da Susep, e Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN.

As principais atribuições dos Correspondentes são:

- i) verificar no contracheque ou holerite do Devedor interessado se há Margem Consignável correspondente ao valor do empréstimo solicitado;
- ii) uma vez aprovado o crédito nos termos dos itens “Critérios para Análise de Crédito dos Consignantes” e “Política de Concessão de Crédito a Devedores pelo Matone” abaixo, providenciar que o Contrato de Mútuo e a autorização para desconto em folha de pagamento sejam devidamente assinados pelo Devedor;
- iii) receber e encaminhar ao Matone as informações e documentos dos Devedores; e
- iv) na hipótese de homologação manual, providenciar que os holerites ou contracheques dos Devedores sejam carimbados com indicação da contratação do empréstimo, para evidenciar que a Margem Consignável estará limitada até a liquidação da dívida; na hipótese de homologação eletrônica, providenciar a averbação do valor referente às parcelas dos Contratos de Mútuo nos respectivos programas eletrônicos.

Em razão dos convênios com Consignantes, Matone e seus Correspondentes recebem em suas respectivas contas as parcelas dos empréstimos descontadas da remuneração dos Devedores.

Até que efetuem o repasse dos valores que receberem, Matone e Correspondentes assumem condição de fiéis depositários das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo.

Ressalte-se, por fim, que o Consignante, seja nos Convênios com o Matone seja naqueles com os Correspondentes, não é co-responsável pelos compromissos pecuniários assumidos pelo Devedor. Suas principais obrigações se restringem (i) à verificação da Margem Consignável do Devedor; (ii) ao registro dos valores consignados no holerite ou contracheque do Devedor; e (iii) ao repasse mensal das prestações dos empréstimos devidas pelos Devedores que lhe são vinculados.

## **Aspectos Legais**

### *Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União*

O parágrafo único do artigo 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da administração, e na forma definida em regulamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto no artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004. Neste decreto, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da administração. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois decorrem de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, pode-se citar: (i) contribuição para a Previdência Social; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto sobre rendimento do trabalho; (iv) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (v) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas não pode exceder de 30% (trinta por cento) da remuneração do servidor federal, a ser contabilizado com a inclusão de parcela dos adicionais e vantagens recebidos no respectivo mês. O somatório das consignações compulsórias e facultativas não pode comprometer mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do servidor federal.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% (setenta por cento) venha a ser superado, parte das consignações facultativas é suspensa, de forma a proporcionar o devido reenquadramento.

A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos da remuneração do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Ressalte-se que o Decreto nº 4.961/04 permite que o servidor federal conceda uma autorização irrevogável para o desconto em sua remuneração das parcelas devidas em razão do empréstimo. Isso significa que, de acordo com a legislação pertinente, a autorização somente poderá ser cancelada com o expresse consentimento da instituição consignatária, que é a concedente do empréstimo.

### *Militares das Forças Armadas*

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, permite o desconto de empréstimos em folha de pagamento desses servidores públicos desde que não haja comprometimento de mais de 70% (setenta por cento) de seu soldo.

Em referida regulamentação, não há diferença de limites para os descontos autorizados e obrigatórios, de forma que, teoricamente, os empréstimos com desconto em folha poderiam comprometer toda a Margem Consignável (setenta por cento) do soldo dos militares. Fica mantida, por outro lado, a prioridade dos descontos obrigatórios em relação aos autorizados, sendo que estes, em caso de o limite acima referido ser superado, serão suspensos em primeiro lugar.

Embora a Medida Provisória nº 2.215-10/01 disponha em linhas gerais sobre o desconto em folha de pagamento para todos os militares federais, tanto os descontos por estes autorizados como os autorizados por aposentados e beneficiários de pensão militar são regulamentados especificamente por cada Força Armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), por normativos próprios.

### *Demais Legislações*

No presente Prospecto foram descritos os principais aspectos das regulamentações de maior relevância sobre desconto em folha de pagamento. Contudo, é importante mencionar a existência de legislação tratando de empréstimo com desconto em folha para outros servidores públicos federais, bem como legislação própria de Estados e Municípios sobre o assunto.

### **Legalidade do Desconto em Folha de Pagamento**

O pagamento dos Direitos Creditórios, por parte dos Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha, nos termos da legislação aplicável especificamente para cada Devedor. Em decisão proferida em 2004, a 3ª Turma do STJ considerou abusiva cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade dos salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil).

Primeiramente, essa decisão somente tem efeitos sobre a autorização para desconto em folha concedida por esse servidor específico, não afetando a legalidade das demais operações de empréstimo com desconto em folha. É importante ressaltar, outrossim, que essa decisão não é vinculativa, isso é, caso outro servidor público ou empregado pretenda cancelar, em juízo, autorização concedida para desconto em folha de pagamento, o juízo competente poderá julgar de acordo com suas próprias convicções, não tendo qualquer obrigação de acompanhar o entendimento da 3ª Turma do STJ.

Por fim, deve-se ressaltar que se trata de decisão isolada, existindo julgados em sentido contrário do próprio STJ (por exemplo, Medida Cautelar nº 6398-RS 2003/0061854-6, relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, publicada no Diário da Justiça de 6 de maio de 2003), e que não é pacífica a fundamentação de que o desconto em folha de pagamento se configuraria em penhora de salários ou vencimentos, como evidenciado em voto do Ministro Aldir Passarinho, cujo trecho é abaixo transcrito:

*“Cuida-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que deferiu tutela antecipatória em ação revisional de contrato de mútuo, para fim de impedir que fossem descontadas em folha de pagamento da requerente, funcionário público militar, as parcelas que contratualmente assumiu com a instituição financeira. (...)”*

*Relativamente ao art. 649 da lei adjetiva [o Código de Processo Civil], é estranho à controvérsia, pois a hipótese não cuida de penhora judicial do numerário, mas ao contrário do afirmado, justamente da livre disposição dos vencimentos, mediante contratação que até o momento permanece hígida” (Medida Cautelar nº 6.769 – RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado no Diário da Justiça de 13 agosto de 2003)”.*

Ademais, a legalidade do desconto em folha de pagamento de servidores públicos foi também objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no recente julgamento do Recurso Especial nº 728.563. A decisão proferida em relação a referido recurso tenderá a ser seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial nº 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarara serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Essa decisão se fundamentara na vedação à penhora dos vencimentos dos servidores públicos. Além disso, considerara descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do STJ julgaram o referido Recurso Especial nº 728.563, reconhecendo, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrich e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos. Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado pelos referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

### **Carteira do Fundo**

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, oriundos de empréstimos pessoal com consignação em benefícios ou folha de pagamento, a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, dos Estados ou dos Municípios.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu PL, descritas no item “Aplicação do Remanescente do PL do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu PL em Direitos Creditórios. A alocação mínima em Direitos Creditórios acima referida será calculada e informada diariamente pelo Custodiante à Instituição Administradora.

### **Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios**

Em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o Matone deverá observar, cumulativamente, as seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Matone cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e devam ser amortizadas mensalmente;
- ii) o pagamento dos Direitos Creditórios, por parte dos Devedores, deve ser efetuado por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamento devidamente autorizada pelo respectivo Devedor;
- iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Contratos de Mútuo que não apresentem, no momento de sua aquisição pelo Fundo, mais de 2 (duas) parcelas consecutivas vencidas e não pagas;
- iv) os Direitos Creditórios deverão ser originários de empréstimos concedidos pelo Matone a Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 79 (setenta e nove) anos, observando-se a exceção prevista abaixo;
- v) somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios cuja autorização para consignação possa ser cancelada pelo Devedor apenas com a aquiescência do Matone, e desde que tal restrição seja expressamente admitida pela legislação aplicável;
- vi) o Fundo poderá ter no máximo o valor contábil agregado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em Direitos de Crédito vinculados a Contratos de Mútuo cuja homologação/averbação do empréstimo, perante o Consignante, seja formalizada por meio não eletrônico ou automático;
- vii) os Direitos Creditórios devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;

- viii) os Direitos Creditórios devem ser líquidos, certos e estarem corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos; e
- ix) os Direitos Creditórios, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não podem ter sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo desconto em folha junto aos Consignantes.

É admitida a aquisição de Direitos Creditórios originários de empréstimos a Devedores com mais de 79 (setenta e nove) anos que estejam segurados por seguradora(s) admitida(s) pela Agência Classificadora de Risco.

Para que possam ser adquiridos Direitos Creditórios nos termos do parágrafo acima, a Agência Classificadora de Risco deverá, por meio de notificação à Instituição Administradora: (i) informar que a classificação de risco das Cotas Seniores não será afetada negativamente se o Fundo adquirir Direitos Creditórios originários de empréstimos a Devedores com mais de 79 (setenta e nove) anos segurados pelas seguradoras por ela expressamente admitidas; e (ii) indicar a relação de seguradoras admitidas para fins do disposto no item (i) acima.

Sem prejuízo do disposto nos itens 10.2, 10.2.1 e 10.2.1.1 do Regulamento, será admitida a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios consignados por Novo Consignante, observando-se a restrição estabelecida abaixo. Para tanto, o Matone deverá encaminhar carta à Instituição Administradora solicitando que Direitos Creditórios consignados pelos Consignantes indicados na carta possam ser adquiridos pelo Fundo.

O valor dos Direitos Creditórios consignados por cada Novo Consignante que se enquadre no item 11.3 do Regulamento não poderá representar mais que 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo. Um Novo Consignante poderá ser classificado como Consignante, com a correspondente inclusão na Lista de Consignantes, mediante a observância do disposto no item “Procedimento de Reclassificação de Novos Consignantes” abaixo.

Em até 1 (um) dia útil após a admissão de Consignantes não listados no Anexo VI do Contrato de Cessão (Lista de Consignantes) a Instituição Administradora deverá informar o fato ao Matone e ao Custodiante, por meio de fax seguido de carta com aviso de recebimento.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de Consignantes que não integrem a Lista de Consignantes depois de transcorrido o prazo de 7 (sete) dias úteis contado do envio ao Custodiante, pela Instituição Administradora, da carta com aviso de recebimento.

O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não está obrigado a verificar as Condições de Cessão descritas acima.

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusivamente e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de Contratos de Mútuo a Devedores cujos Consignantes integrem a Lista de Consignantes (Anexo VI do Contrato de Cessão) ou em relação aos quais o Custodiante tenha sido informado, nos termos do Regulamento do Fundo;
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá violar os limites de concentração estabelecidos no item “Limites de Concentração” abaixo;
- iii) o valor desembolsado pelo Fundo para aquisição das parcelas de um mesmo Devedor não poderá ser superior a R\$90.000,00 (noventa mil reais);
- iv) as parcelas dos empréstimos não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série emitida, nem poderão ter prazo contratual de vencimento inferior a 15 (quinze) dias; e
- v) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, o Matone ou o Custodiante, salvo se comprovada má-fé ou dolo das partes.

Os Direitos Creditórios deverão ser adquiridos aplicando-se a taxa de desconto definida no Contrato de Cessão e transcrita na seção “Características dos Direitos Creditórios e Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” abaixo.

Não serão adquiridos Direitos Creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando cedidos ao Fundo.

### **Características dos Direitos Creditórios**

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de Contratos de Mútuo que contenham cláusula de autorização para consignação em benefício ou em folha de pagamento, ou que estejam acompanhados de instrumento específico em que consta referida autorização. Os Devedores são necessariamente vinculados à União, Estados, Municípios ou órgãos e autarquias a ela vinculados, denominados Consignantes. Estes mantêm convênios prevendo a consignação em folha de pagamento das parcelas de empréstimos devidas pelos Devedores.

Até a presente data, o Fundo não adquiriu nenhum Direito Creditório, no entanto serão cedidos ao Fundo 75 milhões em Direitos Creditórios.

A estimativa é que serão cedidos 78.300 (setenta e oito mil e trezentos) recebíveis. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo possuem taxa de juros média de 2,43% ao mês. O preço de cessão dos Direitos Creditórios será definido utilizando-se a seguinte fórmula:

$$PC = \frac{VN}{\left[ \left( 1 + \frac{Dif \times M}{100} \right)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde :

“PC” corresponde ao Preço da Cessão;

“VN” corresponde ao valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da cessão;

“M” corresponde ao Fator Multiplicador, a ser definido pela Instituição Administradora na data de cada cessão, não podendo representar um número inferior a 165 (cento e sessenta e cinco);

“Dif” corresponde à taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, calculada pela CETIP, e expressa em base 252 dias úteis; e

“N” corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Tais créditos são amortizados mensalmente em parcelas iguais descontadas diretamente do benefício ou da folha de pagamento do Devedor, até a data de vencimento da última parcela do Contrato de Mútuo. O prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios é de 25 meses sendo que a análise dos percentuais de inadimplência dos sacados prazos médios da carteira, estão discriminadas no relatório de classificação de risco e relatório da KPMG anexos a esse prospecto. Os mútuos originadores dos Direitos Creditórios são concedidos para utilização pelos Devedores para fins diversos.

Para maiores informações sobre o procedimento de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, veja o capítulo “Sumário dos Contratos Relevantes”, seção “Contrato de Cessão” abaixo.

Anteriormente à celebração de tais convênios, com base nos critérios referidos no item “Critérios para Análise de Crédito dos Consignantes” abaixo, o Matone efetua análise rigorosa de aspectos jurídicos, operacionais e financeiros relacionados aos possíveis Consignantes.

Os limites de aplicação do Fundo em Direitos Creditórios de cada Consignante estão indicados no item “Limites de Concentração” abaixo.

A política de concessão de crédito adotada pelo Matone está descrita no item “Política de Concessão de Crédito a Devedores pelo Matone” abaixo.

Os mecanismos e procedimentos adotados pelo Matone para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes, estão descritos no item “Cobrança dos Direitos Creditórios” abaixo.

### **Critérios para Análise de Crédito dos Consignantes**

Antes de celebrar convênio para consignação de parcelas de empréstimo em benefício ou folha de pagamento com os Consignantes, o Matone efetua análise de aspectos financeiros, operacionais e jurídicos a estes relacionados, objetivando se precaver de problemas com a inadimplência dos Devedores e com eventual não repasse dos recursos ao Matone.

Nessa análise dos possíveis Consignantes, o Matone leva em conta o histórico de pagamento, observando, especialmente, o nível de inadimplência em relação à remuneração dos Devedores e a pontualidade dos pagamentos, que é requisito essencial para a celebração de convênios.

Além disso, o Matone verifica o comportamento dos Consignantes em convênios que eventualmente já tenham firmado com outras instituições para fins de consignação, descartando aqueles que historicamente não efetuam de forma adequada o repasse das parcelas devidas pelos Devedores.

Em relação ao aspecto operacional, o Matone somente celebra convênios com Consignantes que façam controle da consignação em folha por meio de sistema eletrônico compatível com os sistemas do Matone.

### **Limites de Concentração**

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de empréstimos com consignação em folha de pagamento concedidos a servidores públicos originados pelo Banco Matone com desconto em folha dentro dos limites (em relação à totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo), por Consignante, abaixo estabelecidos:

- i) até 100% (cem por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos civis, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, excluindo-se os aposentados e beneficiários do INSS;
- ii) até 100% (cem por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos militares, aposentados e pensionistas que recebam recursos do Ministério da Defesa; e
- iii) até 30% (trinta por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos civis e militares, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.

O valor dos Direitos Creditórios consignados por cada Estado e por cada Município que seja capital de seu Estado poderá representar até 5% (cinco por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo. O valor dos Direitos Creditórios consignados pelos demais Municípios poderá representar até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios consignados por Consignantes que integrem a Lista de Consignantes, observando-se a restrição estabelecida no parágrafo abaixo.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos acima, o valor dos Direitos Creditórios consignados por cada Consignante que não figure na Lista de Consignantes acima descrita não poderá representar mais que 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo.

Em até 1 (um) dia útil após a admissão de Consignantes não listados acima, a Instituição Administradora deverá informar o fato ao Matone e ao Custodiante, por meio de fax seguido de carta com aviso de recebimento.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de Consignantes que não integrem a Lista de Consignantes acima depois de transcorrido o prazo de 7 (sete) dias úteis contado do envio ao Custodiante, pela Instituição Administradora, da carta com aviso de recebimento referida no parágrafo acima.

#### **Procedimento de Reclassificação de Novos Consignantes**

A cada Data de Verificação da Performance, a Administradora deverá verificar o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior, mediante o cálculo do índice de performance dos direitos creditórios vencidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior e não pagos até 30 dias (IP), de 31 a 120 dias (IP30), de 121 a 180 dias (IP120) e há mais de 181 dias (IP180) para cada grupo de Novos Consignantes.

Para efeito do disposto acima:

- i) “IP” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos há até 30 (trinta) dias;
- ii) “IP30” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos por prazo igual ou superior a 31 (trinta e um) dias e até 120 (cento e vinte) dias;
- iii) “IP120” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos por prazo igual ou superior a 121 (cento e vinte e um) dias e até 180 (cento e oitenta) dias; e
- iv) “IP180” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos prazo igual ou superior a 181 (cento e oitenta e um) dias.

No caso de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo referentes a contrato cuja primeira parcela ainda não tenha sido descontada da folha do respectivo Devedor, o IP, IP30, IP120 e IP180 apenas deverão

ser calculados a partir da DVP do 2º (segundo) mês subsequente ao da autorização para consignação em folha de pagamento do respectivo Devedor.

Caso em 3 (três) Datas de Verificação da Performance consecutivas, o IP, o IP30, o IP120 e o IP180 referentes a cada Novo Consignante seja, concomitantemente, igual ou inferior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 3% (três por cento) e a 2% (dois por cento), respectivamente, o respectivo Novo Consignante poderá ser automaticamente incorporado ao Anexo VI do Contrato de Cessão e assim ser considerado um Consignante, devendo tal alteração ao Contrato de Cessão ser averbada em cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Osasco e Porto Alegre.

### **Política de Concessão de Crédito a Devedores pelo Matone**

Na concessão dos empréstimos pelo Matone a Devedores, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de crédito, dos quais se destacam os seguintes:

- i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Devedor se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus rendimentos; isto porque a consignação está limitada pela Margem Consignável do rendimento de cada Devedor, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados do solicitante do empréstimo, tais como, outras dívidas e pensões alimentícias; o Devedor deve apresentar documentos que comprovem a existência de Margem Consignável, tais como os holerites dos meses anteriores ao pedido de empréstimo;
- ii) cada empréstimo deve ter Valor Liberado mínimo de R\$300,00 (trezentos) e Valor Liberado máximo de R\$90.000,00 (noventa mil reais); e
- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses.

Uma vez aprovado o crédito, o valor é depositado diretamente na conta do Devedor solicitante do empréstimo.

Tais características não consubstanciam critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios, estando sujeitas a alterações a qualquer tempo.

### **Análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios do Fundo**

A KPMG procedeu a uma análise do perfil da carteira de direitos creditórios do Fundo, a qual consta do Anexo III deste Prospecto, atendendo aos seguintes objetivos:

- i) confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de desempenho da carteira de créditos, para um período histórico de 36 meses, compreendido entre 1º de outubro de 2003 e 30 de setembro de 2006;

- ii) levantar os fluxos operacionais relacionados à geração e à cobrança dos Recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Cedente, com base em testes de amostragem.

Os procedimentos adotados pela KPMG em sua análise foram executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pelo Banco Matone, contemplando todas as operações de crédito consignado do período analisado.

Para apurar informações sobre o histórico de operações de crédito consignado, a KPMG desenvolveu:

- i) análises demográficas, as quais consistiram em (a) compilação dos volumes mensais sujeitos à Cessão; (b) distribuição do volume financeiro e da quantidade por prazo médio das operações; (c) distribuição dos recebíveis por faixas de valor a serem definidas, para fins de apuração de concentração das operações e (e) identificação dos percentuais de antecipação de parcelas (pré-pagamentos) e refinanciamentos (liberação de margem complementar).
- ii) análises de pontualidade de pagamentos, feitas por meio de (a) cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão; (b) pool estático apresentando a distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos previamente definidos e (c) identificação do fluxo de recebimentos de parcelas ao longo do período.

Foi feita, também, revisão do fluxo operacional da estrutura de geração dos Contratos de Mútuo relacionados a sua concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira, estabelecido com base em testes de amostragem. Neste ponto, foram adotados os seguintes procedimentos:

- i) a formalização dos contratos firmados entre o Banco Matone e os Devedores foi testada por amostragem, definida em 100 contratos, observando-se sua conformidade às políticas de crédito previstas pelo Cedente;
- ii) com base na amostra de 100 contratos, foi testada a averbação dos contratos de financiamento com os Consignantes. Em relação aos Consignantes com os quais o Matone verifica homologação de forma eletrônica, foi testada a verificação por parte do Matone da existência de averbação dos contratos antes dos respectivos desembolsos. Em relação aos demais Consignantes, será testado o prazo decorrido entre os desembolsos dos financiamentos e as confirmações das respectivas averbações.

Ainda, procedeu-se a uma revisão da funcionalidade dos sistemas do Cedente e da precisão das informações geradas, incluindo os controles que evitam a cessão dos recebíveis em duplicidade e os controles de recebimentos das parcelas averbadas com os servidores públicos:

O trabalho da KPMG não representou uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil; conseqüentemente, não foi expressa uma opinião de auditoria sobre esta carteira. Caso procedimentos adicionais tivessem sido efetuados, outros assuntos poderiam ter sido levantados.

Os trabalhos acima descritos foram executados no período de 10 de novembro a 23 de novembro de 2006.

### **Cobrança dos Direitos Creditórios**

A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Matone, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. A cobrança também poderá ser efetuada pelos Correspondentes ou por prestadores de serviços subcontratados pelo Matone. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) o Consignante desconta do montante a ser recebido pelo Devedor, no respectivo mês, o valor referente à parcela do empréstimo vencida no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Matone ou aos Correspondentes, que em seguida repassam os valores ao Matone;
- iii) a regularidade dos pagamentos dos empréstimos é verificada pelo Matone ou, conforme o caso, por seu Correspondente, na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Consignantes;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Matone questiona os Correspondentes ou os Consignantes sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
- v) nos casos de depósitos feitos pelos Consignantes em conta dos Correspondentes, estes repassam os valores recebidos ao Matone no dia do vencimento das respectivas parcelas dos Contratos de Mútuo; e
- vi) nos casos de depósitos feitos na conta do Matone, o repasse ao Fundo ocorre no prazo máximo de 1 (um) dia útil do recebimento.

O procedimento adotado pelo Matone para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir.

- i) caso o Devedor do empréstimo tenha-se desligado do Consignante, o Matone busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar da seguradora, conforme condições constantes na respectiva apólice; na eventualidade de a seguradora não cumprir com as suas obrigações, ou de inexistir seguro, cobrar-se-á do espólio;
- iii) se a causa da inadimplência é redução prolongada de Margem Consignável, em caso de o Devedor assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação ao empréstimo (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes

com a nova Margem Consignável do Devedor; toda e qualquer renegociação, refinanciamento ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Instituição Administradora; e

- iv) os Direitos Creditórios que tenham quaisquer parcelas inadimplidas poderão ser alienados, a critério da Instituição Administradora, desde que, considerada *pro forma* a alienação dos Direitos Creditórios, o Fundo atenda a todos os índices e relações definidas no Regulamento; a recompra deverá ser realizada pelo valor de registro do Direito Creditório na carteira do Fundo, acrescido das multas e juros previstas no respectivo Contrato de Mútuo.

#### **Aplicação do Remanescente do PL do Fundo**

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu PL, sem limites de concentração além dos definidos no Regulamento exclusivamente, em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em cotas classificados como referenciado DI ou renda fixa, conforme definidos na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, que busquem tratamento tributário de longo prazo, de acordo com a definição constante da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e cuja liquidação de resgates seja feita no mesmo dia de sua solicitação.

#### **Demais Informações sobre a Política de Investimento**

A qualquer tempo o Fundo deverá manter, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seu PL alocado nos ativos descritos acima.

É facultado ao Fundo realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados nos subitens (i) e (ii) do item “Aplicação do Remanescente do PL do Fundo” acima. O Fundo também pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo, ainda que essas operações venham a representar mais do que 20% (vinte por cento) do PL do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- iii) aplicação em cotas do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS; e

iv) operações com derivativos.

Observada a composição e enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, o Fundo pode, na composição de sua carteira, ter o restante de seu PL aplicado em Direitos Creditórios.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Tais riscos estão descritos, pormenorizadamente no item “Fatores de Risco” abaixo.

## **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados às características da correspondente operação, observadas as regras e procedimentos definidos pela Instituição Administradora em conformidade com o exigido pelo Banco Central do Brasil e pela CVM aos fundos de investimento em direitos creditórios, e o disposto no Regulamento.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e as cotas de fundo de investimento terão seu valor de mercado apurado de acordo com a sua cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme o caso.

Não havendo negociação no dia dos ativos referidos no parágrafo acima, será mantido o valor da última negociação. Na hipótese de impossibilidade de apuração ou de inexistência de cotação oficial, os ativos terão seu valor de mercado apurado, conforme o caso:

- i) se forem títulos prefixados, pela aplicação, ao seu valor de resgate, da taxa de juros futura DI/Swap da BM&F, ou de outra fonte equivalente; ou
- ii) se forem títulos pós-fixados, pelos fluxos de pagamentos descontados pela taxa ANDIMA, ou por outra taxa equivalente, pelo número de dias entre a data de cada evento e a data atual.

Na hipótese de se verificar a existência de mercado ativo dos Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, esses passarão a ser avaliados conforme os preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos, levando em consideração volume, coobrigação e prazo. A forma de avaliação dos Direitos Creditórios deverá ser informada pela Instituição Administradora.

Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões relacionadas à inadimplência dos Contratos de Mútuo, como segue:

- i) apropriação, ao valor calculado no dia útil imediatamente anterior, dos juros referentes ao prazo a decorrer até o vencimento do Direito Creditório;
- ii) determinação da expectativa de juros a termo do mercado para o mesmo prazo a decorrer, refletida nas taxas dos contratos futuros de depósito interfinanceiro negociados na BM&F; e
- iii) divisão do valor obtido no subitem (i) acima pela taxa obtida no subitem (ii) acima.

O valor das provisões referidas no parágrafo acima será calculado levando-se em conta o valor total do Contrato de Mútuo a que se referem os Direitos Creditórios não adimplidos, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução nº 356/01, da CVM;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As Cotas de cada Série e classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor entre: (i) o valor apurado nos termos do item “Política de Distribuição de Resultados - Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”; e (ii) o resultado da divisão do PL do Fundo pelo número total de Cotas Seniores.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## **FATORES DE RISCO**

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas.

### **Riscos de Mercado**

#### *Flutuação de Preços dos Ativos em virtude de Fatores de Mercado*

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo, em especial dos Outros Ativos, poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas Seniores.

#### *Descasamento de Taxas*

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores. A Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

### **Riscos de Crédito**

#### *Fatores Macroeconômicos*

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, com possíveis reflexos negativos nos resultados do Fundo e, eventualmente, na rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Desligamento do Devedor*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão pagos por meio de desconto pelo Consignante na remuneração do Devedor. O desconto não será possível caso o Devedor se desligue de seu cargo ou função. Nessa hipótese, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, a Instituição Administradora deverá adotar procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados à consignação em folha de pagamento. Referida alteração no procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Morte do Devedor*

A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha de pagamento das parcelas do empréstimo, respondendo pelo saldo devedor do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, poderia haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído e conseqüente redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Contratação de Seguro por Morte*

Para mitigar o risco de inadimplência, o Matone pode contratar seguro de vida no caso de morte do Devedor para liquidação de parcela dos Contratos de Mútuo que será cedida ao Fundo. Não obstante, mesmo nesses casos, é possível que a seguradora não cumpra sua obrigação de pagamento, ou o faça com atraso, o que poderia reduzir a rentabilidade das Cotas do Fundo.

### *Decisão Judicial Desfavorável*

A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo de longo prazo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não exista margem para o parcelamento, é possível que o Fundo não receba o montante devido, ou o receba somente com atraso. Havendo isso, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente.

### *Cobrança Judicial e Extrajudicial*

No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, porém, que referidas cobranças atinjam os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Ressalte-se, ainda, que os Direitos Creditórios de baixo valor não são objeto de cobrança judicial, pois os custos de cobrança não compensam. Assim, a cobrança dos valores inadimplidos por outros meios que não a consignação em folha de pagamento poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade dos Cotistas Seniores.

### *Repasse do Consignante*

Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague a remuneração de seus Devedores, não serão repassados ao Fundo os recursos relativos aos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente a remuneração aos Devedores, a capacidade destes de saldar seus débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo e na rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Risco de Investimento em Outros Ativos*

É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa dias) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, ou em cotas de fundos de investimento. Posteriormente aos referidos 90 (noventa) dias, o investimento em referidos ativos poderá representar até 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrarem seus compromissos, ou ainda se a rentabilidade do fundo de investimento for inferior à esperada, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Política de Concessão de Crédito do Cedente*

O Cedente não efetua a análise de crédito dos Devedores, mas apenas dos Consignantes, na forma descrita no item “Política de Investimento – Política de Concessão de Créditos a Devedores pelo Matone” acima. Para a celebração de empréstimos, o Cedente verifica se há margem consignável para o respectivo Devedor, sem considerar outros elementos que eventualmente possam afetar o risco de crédito do Devedor. Tal fato poderá afetar negativamente os resultados do Fundo, na hipótese de impedimento ou impossibilidade de realização do desconto em folha, obrigando o Fundo a receber o pagamento pelos Direitos Creditórios diretamente dos Devedores.

### **Risco de Liquidez**

#### *Fundo Fechado e Mercado Secundário*

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas, antes de encerrado referido prazo, terá de o fazer no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar sua venda ou ocasionar a obtenção de preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

### *Direitos Creditórios*

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no item “Liquidação do Fundo”, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo e redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo*

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no item “Liquidação do Fundo” abaixo. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o patrimônio do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas Seniores podem sofrer prejuízos patrimoniais.

## **Riscos Específicos**

### *Riscos Operacionais*

#### Processamento Interno dos Consignantes, Correspondentes e Matone

A consignação em folha de pagamento das parcelas referentes aos Direitos Creditórios e o repasse de tais parcelas pelos Consignantes, Correspondentes e Matone, conforme o caso, são processados por sistema interno de controle, não tendo a Instituição Administradora ingerência sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema dos Consignantes, dos Correspondentes ou do Matone poderia atrasar ou reduzir o desconto da remuneração dos Devedores, ou repasse dos respectivos valores ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistisse a falha no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente consignados e repassados.

#### Averbação dos Empréstimos junto aos Consignantes

Nas operações em que são utilizados os convênios entre Consignantes e Correspondentes, estes são responsáveis pela averbação dos empréstimos nos sistemas daqueles, para fins de desconto em folha de pagamentos dos Devedores. Há casos em que tal averbação pode ocorrer depois da liberação do crédito pelo Matone. Nessas situações, se os Correspondentes não conseguirem, por qualquer motivo, efetuar a averbação junto aos Consignantes, não poderão ser realizados os descontos na remuneração dos Devedores e os pagamentos dos empréstimos dependerão exclusivamente da iniciativa destes. Se os Devedores não saldarem

os respectivos débitos, o fluxo de recursos para o Fundo será prejudicado, com possíveis impactos negativos em seu patrimônio e na rentabilidade das Cotas Seniores.

#### Repasse dos Correspondentes

Há operações de empréstimo em que os Correspondentes utilizam seus próprios convênios com os Consignantes para promover descontos. Nesses casos, as parcelas descontadas da remuneração dos Devedores são primeiramente recebidas pelos Correspondentes, encaminhadas ao Matone, e só então repassadas ao Fundo. Se, por qualquer motivo, os Correspondentes atrasarem ou não repassarem os valores recebidos ao Matone, ou ainda se o Matone não repassar os valores recebidos ao Fundo, este poderá ter seu patrimônio afetado negativamente, e como consequência, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser reduzida.

#### Repasse do Matone

As parcelas consignadas da remuneração dos Devedores podem ser recebidas do Consignante diretamente pelo Matone e só depois repassadas ao Fundo. Se, por qualquer motivo, o Matone atrasar o repasse dos valores recebidos ou não os repassar ao Fundo, este poderá sofrer perdas patrimoniais, e a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

#### Falhas do Agente Cobrador

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Matone e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Matone e dos agentes subcontratados poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, o que pode levar a perdas patrimoniais ao Fundo e à queda da rentabilidade das Cotas Seniores.

#### Risco Relativo à Auditoria da documentação relativa aos Direitos Creditórios

O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios para verificar a regularidade da documentação. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante, bem como quaisquer de suas Partes Relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores.

#### *Falha na Segregação dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo*

Enquanto o Agente de Cobrança for o Matone, ele será responsável pela segregação dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais recursos recebidos em função de pagamentos de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos. O Custodiante e a

Instituição Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destas falhas de segregação ou atrasos que das falhas resultarem.

#### *Risco de Descontinuidade*

##### Risco de Liquidação Antecipada

Nas hipóteses previstas no item “Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo”, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos no item “Risco de Liquidez - Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo” acima.

#### *Risco do Originador*

##### Rescisão do Contrato de Cessão

O Matone, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Matone com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como ao adimplemento da obrigação do Matone de ceder Direitos Creditórios ao Fundo, observada a possibilidade de os Cotistas deliberarem a alteração dos critérios de elegibilidade previstos no Regulamento em assembléia geral de Condôminos.

##### Cessão de Direitos Creditórios para Outros Fundos de Investimento; Possibilidade de Insuficiência de Direitos Creditórios para Cessão

Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Matone. Contudo, o Matone não oferece quaisquer garantias no que diz respeito à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou a qualquer forma de prioridade ou preferência para adquirir Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Matone, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão ao Fundo ou a qualquer dos demais fundos de investimento referidos, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo. A impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios pode culminar na inexistência de Direitos Creditórios em carteira, o que constituiria o Evento de Avaliação descrito no subitem 27.1.1(xviii) do Regulamento

## **Outros**

### *Rompimento dos Convênios*

A consignação em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizada, conforme o caso, por convênios celebrados diretamente entre o Matone e os Consignantes, ou por contratos de correspondente celebrados entre o Matone e entidades de previdência complementar conveniadas aos Consignantes, denominadas Correspondentes. Tais convênios podem ser suspensos por alterações das normas autorizadoras da sua manutenção, o que pode ocorrer, por exemplo, por decisão de futuros administradores públicos eleitos. Se, em razão de alterações legislativas e/ou regulamentares, os convênios forem rompidos, a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios (consignação em folha de pagamento) ficará comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até se mostrar, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais ao Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas Seniores, uma vez que o Fundo deixaria de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos relativos aos Direitos Creditórios.

### *Risco de Concorrência*

O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, com correspondente aumento de instituições financeiras que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Matone, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para referido produto. Se isso ocorrer, poderá haver migração da clientela do Matone para instituições concorrentes, o que levaria à liquidação antecipada de parte dos Contratos de Mútuo já existentes, e/ou à redução do número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Matone. Na primeira hipótese, o Fundo teria perda de rentabilidade, porque o Devedor tem direito assegurado por lei à redução proporcional dos juros do Contrato de Mútuo. A redução da clientela, por sua vez, poderá ser tal que não haverá quantidade suficiente de Direitos Creditórios Elegíveis para a manutenção do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada.

### *Interpretação da Legislação pertinente ao Desconto em Folha*

A consignação em benefícios ou na folha de pagamentos é disciplinada por inúmeras normas federais, estaduais e municipais. A validade e os efeitos dessas normas poderão, eventualmente, ser questionados em juízo por quaisquer dos Devedores. Caso o Poder Judiciário as considere inconstitucionais, inadequadas ou com conteúdo insuficiente para admissão do desconto de parcelas de empréstimo em folha de pagamento, as consignações poderão ser suspensas. Nesta hipótese, haveria necessidade de adoção de nova sistemática de cobrança dos respectivos Direitos Creditórios, que pode mostrar-se menos eficaz e/ou mais onerosa. Isto poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais ao Fundo e à redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

### *Intervenção ou Liquidação do Matone*

O Fundo e o Custodiante contrataram o Matone como agente de recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão repassados ao Matone

e transferidos para o Fundo em até 1 (um) dia útil após o recebimento. Na hipótese de intervenção no Matone, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção, cujo prazo máximo é de 1 (um) ano, o que poderia afetar a sistemática de cobrança, uma vez que os recursos transitam por conta corrente do Banco Matone antes de serem transferidos ao Fundo. Em caso de liquidação extrajudicial do Matone, além dos riscos envolvidos na intervenção, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados negativamente.

#### *Intervenção ou Liquidação dos Correspondentes*

Nas operações de empréstimo em que os Correspondentes utilizam seus convênios de desconto em folha com os Consignantes, aqueles recebem os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios e devem repassá-los ao Matone, para que sejam encaminhados ao Fundo. Os Correspondentes são entidades de previdência complementar e estão sujeitos a intervenção e liquidação extrajudicial. Ocorrendo tais situações, os recursos transferidos aos Correspondentes poderiam ser bloqueados, com interrupção dos repasses ao Fundo. Referidos recursos somente seriam recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial, o que poderia afetar a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo.

#### *Intervenção ou Liquidação do Custodiante*

O Fundo será titular de conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, os recursos ali depositados serão bloqueados. É possível que a recuperação dos valores bloqueados, que deverá ser requerida por via judicial, não ocorra, ou ocorra tardiamente, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo.

#### *Guarda da Documentação*

O Matone, na qualidade de fiel depositário e responsável pela guarda da documentação física relativa aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tem obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso a essa documentação. Se, por qualquer motivo, o Matone não cumprir referida obrigação, a verificação da regularidade de constituição e performance dos Direitos Creditórios do Fundo pelo Custodiante e/ou Instituição Administradora pode ser prejudicada.

#### *Alteração do Regulamento*

O Regulamento pode ser alterado, independentemente da realização de assembléia geral de condôminos, em consequência de normas legais ou regulamentares, ou por determinação da CVM. Da mesma forma, normas que afetam diretamente o Fundo também podem ser alteradas. Tais alterações podem afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas Seniores.

#### *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores*

O Fundo pode não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua

titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. Nos termos do Regulamento, Instituição Administradora, Custodiante, Matone, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais para salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo. É possível que a maioria dos titulares das Cotas Seniores reunidos em assembléia geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

#### *Da Ausência de Notificação aos Devedores*

A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores contendo instruções para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão.

#### *Invalidez ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios*

Com relação ao Matone, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Matone estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Matone fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Matone, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

#### *Subcontratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos*

Nos termos de contrato para guarda de documentos celebrado com o Custodiante, o Matone tem a faculdade de subcontratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios. Ainda que o Matone continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a subcontratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus cotistas.

#### *Dação em Pagamento de Direitos Creditórios*

No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, os titulares de Cotas

poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Fundo está sujeito a controles de risco pela Instituição Administradora nos termos descritos abaixo.

### **Risco de Mercado**

Realiza-se o controle estatístico do risco de perda patrimonial em função das oscilações normais dos preços dos Outros Ativos contidos na carteira do Fundo. Esse valor estimado de perda é computado diariamente e deve ser menor ou igual ao parâmetro de referência estabelecido pela função de gerenciamento de risco. A função de gerenciamento de risco faz também simulações do comportamento da carteira do Fundo em situações de grande turbulência no mercado financeiro, apontando quando a perda máxima estimada nessas situações supera o parâmetro máximo de perda estabelecido gerencialmente para o Fundo. A função de gerenciamento de risco atua de forma independente ao departamento responsável pela gestão do Fundo.

### **Risco de Crédito**

A função de crédito estabelece limites de risco por emissor em função do controle da inadimplência dos ativos adquiridos pelo Fundo, cujo desempenho é condicionante para novas aquisições de um mesmo devedor. A função de crédito atua de forma independente ao departamento responsável pela gestão do Fundo.

### **Risco de Liquidez**

A Instituição Administradora mantém um volume de recursos em caixa ou em títulos de alta liquidez, de acordo com o disposto no Regulamento. Os relatórios de liquidez são gerados de forma independente pela função de controle de risco.

### **Risco de Concentração**

Todos os limites de exposição a classes de ativos, instrumentos financeiros, emissores, prazos e quaisquer outros parâmetros relevantes determinados na política de investimento ou pelas normas e regulamentações aplicáveis ao Fundo são controlados pela função de *middle-office* que utiliza *software* específico para esse fim.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO**

### **Base Legal**

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução 2.907/01, do CMN, e pela Instrução nº 356/01, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393/03, pela Instrução nº 435/06, pela Instrução nº 442/06 e pela Instrução nº 446/06, todas da CVM.

### **Objeto**

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Matone a Devedores, cujo pagamento é efetuado por meio de consignação em benefícios ou na folha de pagamento destes.

### **Público Alvo**

Somente poderão adquirir Cotas do Fundo investidores qualificados, os quais estão atualmente definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, ou outros investidores expressamente admitidos pela legislação pertinente, como os fundos de investimento em cotas classificados como "Multimercado", nos termos do artigo 91, II, da Instrução CVM nº 409/04.

O Fundo visa a atender os investidores que buscam adquirir ativos de baixo risco de crédito com rentabilidade atrelada à Taxa DI.

O investimento nas Cotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou dos Direitos Creditórios que compõe sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” do Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à oferta.

### **Forma de Constituição**

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo.

### **Prazo de Duração**

O Fundo tem prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir da data de concessão do registro automático de que trata o artigo 8º da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de Cotistas.

## Amortização

A partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas.

As Cotas Seniores das demais Séries serão amortizadas na forma prevista no respectivo Suplemento.

As Cotas Seniores deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil.

O valor a ser pago em cada amortização, para cada Cota Sênior de cada Série, será calculado pela fórmula abaixo.

$$A_i = \frac{PLS_i}{i}$$

onde:

- i) “i” = Períodos de Capitalização até o encerramento previsto do Fundo (para as Cotas Seniores da 1ª Série 24, 23, 22,..., 1);
- ii) “PLSi” = patrimônio líquido dos detentores de Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i; e
- iii) “Ai” = valor da amortização de todas as Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i.  
Se a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores for superior a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da primeira Data de Subscrição Inicial até o 36º (trigésimo sexto) mês, desde que:
  - i) após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista naquele mês;
  - ii) a amortização não reduza a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores para valor inferior a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento),
  - iii) a amortização seja preferencialmente realizada em Direitos Creditórios inadimplentes, priorizando aqueles que estejam vencidos há mais tempo, e os avaliando de acordo com último valor registrado na contabilidade do Fundo; e
  - iv) não ocorra desenquadramento na Reserva de Amortização e Resgate.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada no dia útil imediatamente subsequente ao dia em forem amortizadas as Cotas Seniores.

## **COTAS DO FUNDO**

### **Características Gerais**

As Cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação ou término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude do término do prazo de duração de cada Série.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Instituição Administradora, cujos prazos e valores serão definidos no Suplemento da respectiva Série. Não poderão ser emitidas novas Séries com prazos de carência e de resgate inferiores ao das demais Séries pré-existentes em circulação, contados a partir da data de emissão de cada Série.

As Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou as novas Séries serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas do Fundo em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. A qualidade de Condômino caracteriza-se, justamente, pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do Fundo, a adesão do Condômino aos termos do Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão ao Regulamento, fornecido pela Instituição Administradora.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Cotas subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Cotas Seniores da 1ª série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas. As Cotas do Fundo serão colocadas pela Instituição Administradora e/ou por outras instituições por esta eventualmente subcontratadas, integrantes do sistema de distribuição.

As Cotas de Fundo colocadas junto ao público deverão ser registradas para negociação secundária no Somafix, BovespaFix e Cetip, cabendo à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados ou por outros investidores expressamente admitidos pela legislação aplicável. Ademais, será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

### **Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta**

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.

Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da oferta e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da oferta será presumida em caso de silêncio.

### **Classificação de Risco das Cotas Seniores**

A Cotas Seniores da primeira emissão obtiveram classificação preliminar de risco brAA, a qual foi conferida pela Standard & Poor's.

A classificação de risco é uma opinião atualizada sobre a capacidade creditícia de um devedor em comparação com a capacidade creditícia de outros devedores brasileiros e suas respectivas obrigações financeiras. Não se trata de uma recomendação de compra, venda ou manutenção em carteira de uma obrigação específica, nem é um comentário sobre preços de mercado ou indicação de que um certo investimento é adequado a investidores específicos. A classificação de risco é baseada nos seguintes fatores: probabilidade relativa de pagamento, natureza e provisões da obrigação e proteção dada, e posição relativa da obrigação, em caso de inadimplência, reorganização, ou outros arranjos sob as leis de falência e outras leis que afetem os direitos dos credores.

Especificamente, a classificação brAA significa que a capacidade do devedor de honrar suas obrigações financeiras relativas à obrigação, em relação a outros devedores brasileiros, é considerada forte. Esta é a segunda melhor nota na escala de classificação de risco nacional brasileira da Standard & Poor's

### **Classes de Cotas**

As Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Seniores poderão ser divididas em uma ou mais Séries. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a

amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas poderão ser objeto de alienação ou constituição de garantia de qualquer natureza.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos respectivamente nos itens “Características Gerais do Fundo – Amortização” e “Política de Distribuição de Resultados – Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” abaixo.

#### **Relação Mínima entre o PL do Fundo e o Valor das Cotas Seniores**

A Relação Mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), sendo que a diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas. Essa relação deve ser apurada pelo Custodiante em relatório a ser enviado todo dia útil à Instituição Administradora.

Se a relação entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores se mantiver, a qualquer momento, abaixo da Relação Mínima, a Instituição Administradora deverá comunicar imediatamente tal ocorrência ao Matone, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, bem como não realizar novas aquisições de Direitos Creditórios até o restabelecimento de tal relação, admitindo-se, contudo, a subscrição de Cotas Subordinadas com Direitos Creditórios.

#### **Emissão de Novas Cotas**

Em razão de decisão da Assembléia Geral de Cotistas, poderão ser emitidas novas Séries de Cotas Seniores, cujas características valores e prazos deverão estar definidas em Suplemento, cujo modelo constitui anexo do Regulamento.

A Instituição Administradora poderá, ainda, emitir novas Cotas Subordinadas para subscrição e integralização pelo Matone, em moeda corrente ou Direitos Creditórios, para restabelecimento da Relação Mínima nas condições previstas no Regulamento e nos termos das obrigações assumidas pelo Matone no Contrato de Cessão.

#### **Amortização das Cotas**

Será admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas, conforme descrito no item “Características Gerais do Fundo – Amortização” acima.

#### **Reserva de Amortização e Resgate**

Adicionalmente à reserva de liquidez de 5% (cinco por cento) referida no item “Política de Investimento – Demais Informações sobre a Política de Investimento”, a Instituição Administradora deverá manter Reserva de Amortização e Resgate em Outros Ativos observado o procedimento descrito a seguir:

- i) 42 (quarenta e dois) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor a ser amortização ou resgatado;

- ii) 21 (vinte e um) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor a ser amortização ou resgatado; e
- iii) 10 (dez) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 100% (cem por cento) do valor a ser amortização ou resgatado.

Na hipótese de a Reserva de Amortização e Resgate deixar de atender aos seus limites de enquadramento, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização e Resgate. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização e Resgate, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores.

## REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Somente poderão adquirir cotas do Fundo investidores qualificados e outros investidores expressamente admitidos pela regulamentação aplicável.

No momento da subscrição das cotas do Fundo, caberá à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar a condição de investidor qualificado ou autorizado pela legislação pertinente para subscrever e integralizar Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

Para fins de determinação da quantidade de Cotas integralizada por cada investidor, deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade de recursos confiados pelo Cotista à Instituição Administradora.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de TED ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente.

Em se tratando de Cotas Seniores, poderá ocorrer resgate em Direitos Creditórios somente em caso de liquidação antecipada, nas condições previstas no item “Liquidação do Fundo – Procedimento de Dação em Pagamento”.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a integralização, a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, desde que observada a Relação Mínima, sendo que:

- i) é vedada a escolha, por parte do Cotista, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de optar por amortização ou resgate em Direitos Creditórios; e
- ii) deverão ser observadas a política de investimentos do Fundo e os critérios de elegibilidade, descritos no Regulamento, e transcritos no item “Política de Investimento” acima, para a integralização de Cotas em Direitos Creditórios.

Deverão ser observados os parâmetros estabelecidos no item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe” acima, conforme o caso, na apuração do valor dos Direitos Creditórios a serem empregados na integralização, na amortização e no resgate das Cotas.

Para fins do disposto acima, durante a vigência da CPMF, as integralizações, amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar os seguintes procedimentos:

- i) a integralização de Cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à venda, pelo Matone, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado; e

- ii) a amortização e o resgate de Cotas será efetivado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo Cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado.

O resgate das Cotas Seniores do Fundo somente poderá ocorrer ao término do prazo de duração da respectiva Série, conforme previsto no item “Características Gerais do Fundo – Prazo de Duração” acima, ou em caso de liquidação antecipada do Fundo. Se o resgate, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado nacional ou feriado na Cidade de Osasco ou em outra praça onde estiver sediada a Instituição Administradora, os valores correspondentes, se houver, serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

As aplicações no Fundo serão convertidas em cotas pelo seu valor na data do pedido de aplicação. As cotas do Fundo serão por sua vez resgatadas pelo seu valor na data de resgate.

Todos as informações referentes aos valores de movimentação poderão ser obtidas pelos Cotistas na sede da Instituição Administradora.

## POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

### Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

As Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento:

- i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao Fator Multiplicador da respectiva Série informado no respectivo Suplemento; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O rendimento das Cotas Seniores será equivalente à variação acumulada na forma percentual, denominada Fator Multiplicador, das Taxas DI, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor da Cota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Cota Sênior de cada Série ao final de cada Período de Capitalização, nos termos da fórmula abaixo:

*onde:*

$a+1$  = dia útil inicial de determinado Período de Capitalização  $i$ ;

$b$  = dia útil final de determinado Período de Capitalização  $i$ ;

$i = 24, 23, 22, \dots, 1$  – Períodos de Capitalização até o encerramento previsto do Fundo;

$k = 1, 2, 3, \dots, m$  – número do detentor de Cotas Seniores;

$n_{k,i}$  = número de Cotas Seniores detidas pelo Cotista  $k$  na data final do Período de Capitalização  $i$ ;

$q_i$  = valor da Cota Sênior na data final do Período de Capitalização  $i$ ;

FM = Fator Multiplicador;

$cdi_t$  = taxa média diária dos CDI de 1 dia, padrão “Extra Grupo”, calculada e divulgada pela CETIP na data  $t$ , em formato decimal expressa ao ano de 252 dias úteis (a “Taxa DI”); e

$PLS_i$  = patrimônio líquido dos detentores de Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização  $i$ .

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- i) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- ii) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de resultados prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo como pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa SELIC. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, deverá ser convocada Assembléia Geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de resultados previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes.

## **GATILHOS DE DESEMPENHO**

A cada DVP, ou seja, 10º (décimo) dia útil de cada mês, a Instituição Administradora deverá calcular o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos até tal DVP, conforme indicado abaixo:

- i) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência acima de 30 (trinta) dias seja superior a 15% (quinze por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 18% (dezoito por cento) por uma única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar uma assembléia geral;
- ii) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 90 (noventa) dias seja superior a 8% (oito por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos, não pagos e não há mais de 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 10% (dez por cento) por uma única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar uma assembléia geral; e
- iii) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 180 (cento e oitenta) dias seja superior a 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 7% (sete por cento) por uma única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar uma assembléia geral.

## TAXAS

Além da taxa de administração, não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, a título de taxa de administração, o maior valor entre (i) o percentual anual fixo de 0,40% (quarenta centésimos por cento) calculado a cada dia útil à base de 1/252 da porcentagem referida sobre o valor do PL, no dia útil imediatamente anterior, e cobrado mensalmente no primeiro dia útil de cada mês e, (ii) o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês, sendo que para os primeiros 6 (seis) meses, contado da data da primeira Data de Subscrição Inicial, e para os últimos 6 (seis) meses do funcionamento do Fundo, este valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item “Outras Informações Sobre o Fundo – Despesas e Encargos do Fundo” abaixo, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

## **PRESTADORES DE SERVIÇO**

### **Instituição Administradora**

Como Instituição Administradora do Fundo, foi contratada a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.

A Administradora é controlada pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% das cotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

#### *Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, observadas as limitações e vedações estabelecidas neste Prospecto, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas na legislação pertinente:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores e Auditor Independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, quando entender que o Custodiante, ou o subcontratado deste, não o fizer a

conteúdo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;

- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos;
- iv) tomar as providências necessárias para que o preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo reflitam as condições de mercado e o risco de crédito associado, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo;
- v) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- vi) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites, índices e critérios referidos no Regulamento e transcritos neste Prospecto, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Amortização e Resgate;
- vii) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Matone e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão;
- viii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
  - a) substituição do Auditor Independente ou do Custodiante;
  - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
  - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- ix) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante, pelo Matone e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- x) registrar o documento de constituição do Fundo e do Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- xi) divulgar aos Cotistas eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento de tal informação;
- xii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Matone ou do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo para

outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar assembléia para decidir pela substituição do Custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo; e

- xiii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, em cada DVP a Relação Mínima, a Alocação de Investimento Mínima e a Reserva de Amortização e Resgate.

A Instituição Administradora declara-se responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e da distribuição que tenham sido ou que sejam fornecidas ao mercado durante a distribuição de Cotas, inclusive as informações eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto, de forma a permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM.

#### *Remuneração da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita no item “Taxas” acima.

#### *Substituição da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Os Cotistas reunidos em assembléia geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

Na hipótese de deliberação da assembléia geral pela substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, ou (ii) até que seja contratada outra instituição para substituí-la.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva assembléia geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

## **Gestor**

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Gestora é controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém 100% das ações representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

## **Custodiante e Agente Escriturador**

A prestação de serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, bem como o exercício da atividade de controladoria do Fundo e escrituração das Cotas, cabe ao Banco Bradesco

## *Histórico*

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Bradesco S.A. (“Banco Bradesco” ou “Custodiante”).

Fundado em 1943, o Banco Bradesco S.A. é atualmente o maior banco múltiplo privado do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 15.874 pontos convencionais, entre eles, 2.921 agências e 5.461 unidades do Banco Postal. Encerrou o 3º trimestre de 2006 com R\$21,8 bilhões de patrimônio líquido e R\$215 bilhões em ativos totais.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, até o 2º trimestre de 2006, os investimentos nessa área foram superiores a R\$ 684 milhões.

O Bradesco, há mais de 30 anos, por meio de seu departamento de ações e custódia, oferece serviços qualificados ao mercado de capitais, tais como custódia de títulos e valores mobiliários, administração e controladoria de fundos de investimento e carteiras administradas, escrituração de ativos, banco mandatário, fundos de investimento em direitos creditórios, recebíveis, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, com excelência comprovada por oito certificações ISO 9001:2000. Com metodologia própria e estrutura independente das demais áreas da organização, aplicando, na prática, o conceito de *Chinese Wall*, o departamento possui profissionais altamente qualificados, responsáveis pela identificação e oferta de soluções inovadoras.

O departamento de ações e custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance*

corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

#### *Responsabilidades*

Além das atividades previstas no artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, e de custodiar a totalidade dos ativos do Fundo, o Custodiante é responsável por providenciar informações à Instituição Administradora, mediante disponibilização de relatórios através do site [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br), de forma que a esta seja possível calcular os limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento, bem como a Relação Mínima, a Alocação de Investimento Mínima, e a Reserva de Amortização e Resgate:

Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria quadrimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

A verificação acima referida será realizada quadrimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade do Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do parágrafo acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$		$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

$E_o$  = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

$N$  = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis)

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população ( $N$ ) pelo tamanho da amostra ( $n$ ), obtendo um intervalo de retirada ( $k$ ); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada  $k$  elementos, retira-se um para a amostra.

A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.

O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

#### *Substituição do Custodiante*

Desde que previamente aprovado pela assembléia geral de Cotistas, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em assembléia não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo.

Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no item “Substituição da Instituição Administradora” acima.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos do

Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

### **Auditor Independente**

A auditoria do Fundo será efetuada pela KPMG Auditores Independentes. O auditor independente pode ser substituído a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, devendo tal fato ser objeto de comunicação de fato relevante aos cotistas do Fundo.

### **Agência de Rating**

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Standard & Poor's. A agência de *rating* pode ser substituída a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, devendo tal fato ser objeto de comunicação de fato relevante aos cotistas do Fundo.

### **Fiel Depositário e Agente Cobrador**

O Matone foi contratado: (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios.

O Matone poderá subcontratar outras empresas para: (i) efetuar a guarda física da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade como fiel depositário; e (ii) efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, em nome do Fundo, dos Direitos Creditórios inadimplidos.

A contratação do Matone, conforme descrita acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, e do artigo 16 da Instrução nº 89, de 8 de novembro de 1988, ambas da CVM.

O Matone não fará jus a qualquer remuneração ou ressarcimento pelo exercício das funções de agente cobrador e fiel depositário.

### **Instituição Intermediária**

A distribuição das Cotas do Fundo será efetuada pelo Banco ABN.

O ABN AMRO possui grande experiência em estruturação e distribuição de títulos no mercado de capitais brasileiro, onde coordenou a emissão de debêntures de várias companhias, entre elas (i) a décima, décima primeira e décima quarta emissões da Braskem S.A. nos valores totais de R\$625,0 milhões, R\$1,2 bilhão e R\$500,0 milhões, respectivamente; (ii) a terceira emissão da Petrobras S.A., no valor total de R\$775,0 milhões; (iii) a terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava emissões da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, nos valores totais de R\$448,3 milhões, R\$300,0 milhões, R\$400,0 milhões, R\$600,0 milhões, R\$300,0 milhões e R\$700,0 milhões, respectivamente; (iv) a primeira e a segunda

emissões da Nova Marlim Petróleo S.A., nos valores totais de R\$235,5 milhões e R\$1,8 bilhão, respectivamente; (v) a quarta emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, no valor total de R\$450,0 milhões; (vi) a quarta e quinta emissões da Brasil Telecom S.A. nos valores totais de R\$500,0 milhões e R\$ 1,08 bilhão, respectivamente; (vii) a primeira emissão da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, no valor total de R\$1,5 bilhão; (viii) a quarta e quinta emissões do ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., no valor total de R\$1,5 bilhão cada uma; (ix) a primeira emissão da Tractebel Energia S.A., no valor total de R\$200,0 milhões; (x) a quarta emissão da Petroflex Indústria e Comércio S.A. no valor total de R\$160,0 milhões; (xi) a primeira emissão da Telemar Norte Leste S.A. no valor total de R\$2,1 bilhões; (xii) a primeira emissão da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A., no valor total de R\$1,35 bilhão; (xiii) a quarta emissão da Companhia Paranaense de Energia – Copel, no valor total de R\$600,0 milhões; (xiv) a quarta emissão de Ampla Energia e Serviços, no valor total de R\$370 milhões; entre outras.

Quanto à coordenação e estruturação de FIDCs destacam-se o “Fundo de Investimento em Direitos Creditório Ficsa - Financiamento de Veículos” no valor de R\$ 35 milhões para o Banco FICSA S.A. e o “Chemical II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Indústria Petroquímica” no valor de R\$ 400 milhões para a Braskem S.A.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não há conflitos de interesses entre Matone, Instituição Administradora, Gestora, Custodiante e Instituição Intermediária, que são as instituições envolvidas nos processos de origem, administração, gestão e distribuição do Fundo.

A Instituição Administradora declara que não se encontrara em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante e a Gestora pelo fato das respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. A Instituição Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Instituição Administradora, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

### **Relacionamento entre a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante**

A Administradora, o Gestor e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora, a Gestora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Segue abaixo, organograma societário simplificado no qual a Administradora, a Gestora e o Custodiante estavam inseridos e respectivas participações em 31 de março de 2006:

### **Relacionamento da Instituição Administradora e Gestora com o Banco Matone.**

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, a Administradora e a Gestora não prestavam nenhum outro serviço ou mantinham qualquer outro relacionamento comercial com Banco Matone

### **Relacionamento do Custodiante com o Banco Matone.**

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Banco Matone, exceto pelo disposto abaixo.

Na data deste Prospecto, o Banco Matone e o Custodiante celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios e Depósito de Documentos, por meio do qual o Custodiante contratou o Banco Matone para atuar como Agente de Cobrança e Depósito dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo.

**Relacionamento entre a Instituição Intermediária, a Gestora, o Custodiante e a Instituição Administradora**

O Banco Real mantém relações comerciais com o Grupo Bradesco, controlador da Instituição Administradora, da Gestora e do Custodiante que incluem a oferta de produtos e serviços bancários incluindo empréstimos em moeda local e estrangeira.

## SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

### Contrato de Cessão

De acordo com o Contrato de Cessão, a ser celebrado entre Instituição Administradora, em nome do Fundo, e Matone, tendo como interveniente anuente o Custodiante, o Matone se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a ceder ao Fundo Direitos Creditórios, no limite da capacidade aquisitiva deste.

O Matone, como condição essencial do Contrato de Cessão e do Regulamento, obriga-se de forma irrevogável e irretratável, a subscrever Cotas Subordinadas do Fundo, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, nas seguintes hipóteses:

- i) sempre que emitidas Cotas Seniores do Fundo, em proporção correspondente a 25% (vinte cinco por cento) do total de Cotas emitidas;
- ii) caso a relação entre o PL do Fundo e o valor da totalidade das Cotas Seniores, em qualquer momento, fique abaixo de 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento); ou
- iii) na hipótese de a Reserva de Amortização e Resgate deixarem de atender aos limites de enquadramento descritos no Regulamento.

As obrigações do Matone perdurarão até a liquidação do Fundo e, se vier a descumpri-las, estará sujeito a indenização por eventuais prejuízos e multa de R\$100.000,00 (cem mil reais).

O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios, exceto quando expressamente solicitado pela Instituição Administradora ao Matone.

O preço de cessão dos Direitos Creditórios será definido utilizando-se a seguinte fórmula:

$$PC = \frac{VN}{\left[ \left( 1 + \frac{Dif \times M}{100} \right) \right]^{\frac{N}{252}}}$$

onde :

“PC” corresponde ao Preço da Cessão;

“VN” corresponde ao valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da cessão;

“M” corresponde ao Fator Multiplicador, a ser definido pela Instituição Administradora na data de cada cessão, não podendo representar um número inferior a 165 (cento e sessenta e cinco);

“Dif” corresponde à taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”,

calculada pela CETIP, e expressa em base 252 dias úteis; e

“N” corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

A cessão dos Direitos Creditórios considerar-se-á perfeita e sujeita às disposições deste Contrato após a observância do seguinte procedimento:

- i) o Custodiante recebe do Matone, por meio eletrônico, “Layout” com a relação dos Direitos Creditórios que este está disposto a ceder ao Fundo, devidamente individualizados por Consignante; o envio do “Layout” ao Custodiante caracteriza oferta de cessão de Direitos Creditórios pelo Matone ao Fundo;
- ii) após o recebimento do “Layout” e identificação dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante coloca à disposição do Matone, por meio eletrônico, relatório indicando os Créditos adquiridos e o respectivo preço da cessão;
- iii) na escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) “Layout(s)” recebido(s), o Custodiante partirá sempre do Contrato de Mútuo em que o último Direito Creditório vincendo seja mais próximo à data em que for ofertado ao Fundo;
- iv) caso o somatório do preço de cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao valor indicado pela Instituição Administradora ao Custodiante, em nome do Fundo, para a compra desses Créditos, o Custodiante deverá excluir todos os Direitos Creditórios referentes a um mesmo Contrato de Mútuo, partindo sempre do último contrato escolhido, até que o preço total da cessão seja compatível com o valor disponível para aquisição dos referidos Créditos;
- v) até as 15 (quinze) horas do dia útil imediatamente subsequente à Data de Aquisição, ou seja, do recebimento pelo Matone do relatório do Custodiante na forma do item (ii) acima, o Matone enviará ao Custodiante, por fax, 1 (uma) via da Lista de Direitos Creditórios, devidamente assinada por seus representantes legais;
- vi) o Matone obriga-se a entregar à Instituição Administradora 4 (quatro) vias originais da Lista de Direitos Creditórios até o 4º (quarto) dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas por seus representantes legais;
- vii) a Instituição Administradora deverá enviar ao Matone e ao Custodiante 1 (uma) via original de cada Lista de Direitos Creditórios, devidamente assinada por seus representantes legais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da respectiva Data de Aquisição;
- viii) nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será processada enquanto o Matone encontrar-se inadimplente no cumprimento das obrigações referidas nos item (vi) acima; e
- ix) a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo Custodiante da Lista de Direitos Creditórios, na forma do item (vii) acima, e do pagamento do preço de cessão ao Matone, nos termos acima indicados.

O pagamento dos Direitos Creditórios deve ser efetuado à vista, em moeda corrente nacional ou em Cotas Subordinadas, conforme o caso, até 1 (um) dia útil após a efetiva escrituração dos Direitos Creditórios na conta de custódia do Fundo.

Os Créditos cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão que tenham quaisquer parcelas inadimplidas poderão ser recomprados pelo Matone, desde que, considerada *pro forma* a alienação dos Créditos, o Fundo atenda a Relação Mínima. A recompra deverá ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Instituição Administradora ou do Matone.

Considerar-se-á resolvida a cessão dos Créditos, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Matone e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses, denominadas Condições Resolutivas da Cessão:

- i) caso o Matone não observe qualquer das Condições de Cessão; ou
- ii) caso o pagamento de qualquer Crédito seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo mutuário ou entidade responsável pela consignação por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro; ou
- iii) caso qualquer Crédito seja reclamado por terceiro, de forma justificada, em virtude de tal Crédito estar comprovadamente onerado ou gravado previamente à sua aquisição pelo Fundo; ou
- iv) caso o Direito Creditório cuja homologação/averbação do Contrato de Mútuo que lhe deu origem não ocorra em até 30 (trinta) dias contados da respectiva cessão ao Fundo.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Matone deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento do evento.

O Matone estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Créditos cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal dos Créditos vencidos e não pagos ou vincendos.

Além das demais obrigações e responsabilidades previstas no Contrato de Cessão, o Matone também se obriga a:

- i) enviar à Instituição Administradora cópia de seus balancetes trimestrais e demonstrações financeiras anuais, tão logo estejam disponíveis;
- ii) comunicar à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial

contra si, em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato de Cessão;

- iii) comunicar à Instituição Administradora o inadimplemento de obrigação em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- iv) comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- v) em caso de liquidação antecipada do Crédito pelo Devedor, pagar ao Fundo a diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa da cessão dos Créditos) e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada; nesta hipótese, o Matone poderá compensar eventuais valores devidos pelo Cessionário, nos mesmos termos do Contrato de Cessão;
- vi) dar ciência, por escrito, dos termos e condições do Contrato de Cessão e dos demais documentos relacionados ao Fundo nos quais o Matone seja parte, a seus executivos e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- vii) permitir à Instituição Administradora, ou a quem for por essa indicado, por escrito, em dias úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Fundo, no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data da solicitação, acesso a todos os dados, às informações e aos documentos necessários à verificação, pela Instituição Administradora, da consistência dos procedimentos e atribuições de responsabilidade do Matone definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Matone;
- viii) enviar aos Consignantes, com cópia para a Instituição Administradora quando se referirem aos Créditos, todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos dos respectivos convênios, incluindo aquelas necessárias ao desconto em benefício ou folha de pagamento dos valores devidos pelos respectivos Devedores;
- ix) encaminhar à Instituição Administradora, no prazo de até 15 (quinze) dias imediatamente anterior à apresentação para deliberação pelos órgãos de administração do Matone, informações sobre qualquer negócio jurídico ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia;
- x) comunicar à Instituição Administradora a rescisão de qualquer dos convênios com Consignantes no dia útil imediatamente subsequente à data em que o Matone tomar conhecimento do fato;
- xi) informar à Instituição Administradora qualquer atraso no repasse pelos Consignantes dos valores relativos ao pagamento de qualquer parcela dos Contratos de Mútuo celebrados pelo Matone, cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo;

- xii) enviar cópia à Instituição Administradora das informações por ele prestadas à Central de Risco de Crédito do BCB, nos termos previstos pela legislação aplicável, acerca dos Créditos adquiridos do Matone pelo Fundo;
- xiii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos abaixo; e
- xiv) não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar, inclusive o dever de se abster de ceder Direito Creditório que já tenha sido cedido ao Fundo para terceiros.

São considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) caso qualquer dos convênios ou as autorizações específicas permitindo a consignação em pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Matone nos termos do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) existência de evidências de que o Matone tenha oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com as Condições de Cessão e os critérios de elegibilidade do Fundo;
- iv) caso o Matone, qualquer de suas pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária em que qualquer das pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- v) caso tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo Matone ou sacados contra o Matone, suas pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) caso o Matone deixe de atender aos valores mínimos de capital e PL ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;

- vii) caso seja ajuizada contra o Matone, suas pessoas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- viii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Matone, de suas pessoas controladoras ou controladas, e o valor de referidos bens seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- ix) caso ocorra a concessão de qualquer medida que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Matone;
- x) caso o Matone deixe de subscrever Cotas Subordinadas nas hipóteses prevista no Contrato de Cessão e transcritas acima;
- xi) descumprimento pelo Matone de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo nos quais seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; ou
- xii) caso o Matone, reiteradamente, não tenha requerido o registro do presente Contrato e das Listas de Direitos Creditórios em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas de Porto Alegre e Osasco e encaminhado o documento comprobatório de tal registro à Instituição Administradora.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no item “Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo” abaixo.

São considerados Eventos de Resilição, quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário ou falência do Matone; ou
- ii) se o Matone, sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Instituição Administradora, (a) rescindir quaisquer dos convênios celebrados com os Consignantes ou os contratos com Correspondentes caso ainda existam Créditos relacionados a tais Consignantes e Correspondentes na carteira do Fundo; (b) realizar qualquer ato ou procedimento que implique crédito por qualquer dos Consignantes ou Correspondentes dos valores relativos aos Contratos de Mútuo, devidamente cedidos ao Fundo, em contas correntes outras que não as indicadas nos respectivos convênios ou contratos de correspondente, incluindo o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes, (c) pedir ou autorizar o cancelamento do desconto em benefício ou folha de pagamento relativa aos Contratos de Mútuo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo; e (d) alterar os termos dos Contratos de Mútuo cujos respectivos Créditos, ou parcela deles, sejam de titularidade do Fundo e/ou dos respectivos termos de adesão, se houver, direta ou indiretamente.

Na ocorrência de qualquer Evento de Resilição devem ser observados os procedimentos definidos no item “Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo”.

O Contrato de Cessão vigorará pelo prazo de duração do Fundo, mas poderá ser resilido conforme descrito abaixo.

A Instituição Administradora poderá resilir o Contrato de Cessão, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de qualquer Evento de Resilição ou Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no Regulamento, constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo; ou (iii) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação; sendo nas demais hipóteses expressamente vedada a resilição imotivada do Contrato de Cessão pela Instituição Administradora.

Desde que o Matone encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações, nos termos do Contrato de Cessão e dos demais documentos relacionados ao Fundo nos quais seja parte, o mesmo poderá, a qualquer tempo, resilir o Contrato de Cessão, sem qualquer ônus ou penalidade, por meio de comunicação enviada à Instituição Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis.

A cada cessão de Créditos, todos os Documentos Relacionados aos Créditos ficarão na posse do Matone, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de encerramento dos Contratos de Mútuo que originaram os Créditos.

O Matone, contratado pelo Custodiante para prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios do Fundo, receberá, na qualidade de agente cobrador do Fundo, os montantes decorrentes dos Créditos descontados da folha de pagamento dos Devedores, ou pagos por iniciativa destes, e cobrará os valores relativos aos Créditos inadimplidos.

O Matone não fará jus a qualquer remuneração ou ressarcimento pelos serviços de cobrança dos Créditos e de fiel depositário dos Documentos Relacionados aos Créditos.

Quaisquer controvérsias envolvendo o Contrato de Cessão deverão ser submetidas ao foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

### **Contrato de Custódia**

O Contrato de Custódia, a ser firmado entre a Instituição Administradora, o Custodiante e o Matone, tem por objeto a prestação, à Instituição Administradora, de serviços relacionados à custódia e controladoria de valores mobiliários e ativos financeiros do Fundo.

O Custodiante manterá os ativos que lhe forem entregues em sistema de liquidação e compensação adequados.

O Matone é responsável pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e pelo valor dos ativos por ele entregues ao Custodiante, não havendo por parte deste e da Instituição Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

Os ativos custodiados somente estarão disponíveis para movimentação, pela Instituição Administradora, após a confirmação de seu lançamento na conta de custódia aberta pelo Custodiante para o Fundo.

Na referida conta de custódia não será depositado dinheiro. O Custodiante não está obrigado a constituir e manter seguro sobre os ativos custodiados na conta de custódia

O Custodiante deverá realizar os serviços indicados abaixo e aqueles que, mesmo não listados expressamente, lhes sejam correlatos:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item “Política de Investimento – Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios”, devendo observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelo Regulamento;
- iv) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos ativos recebidos em custódia, depositando os valores recebidos na conta de depósito do Fundo;
- v) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos ativos e recursos financeiros do Fundo;
- vi) calcular e informar diariamente à Instituição Administradora o valor das Cotas e o PL do Fundo;
- vii) informar a Instituição Administradora por meio do *site* [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br) a relação entre o PL do Fundo e o valor total das Cotas Seniores;
- viii) divulgar diariamente ao mercado (a) o valor das Cotas Seniores e do PL do Fundo; (b) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (c) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo;
- ix) debitar da conta de depósito do Fundo ou de qualquer outra conta mantida pela Instituição Administradora no Custodiante, os valores correspondentes às despesas realizadas para controlar e custodiar os ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante;

- x) efetuar, em nome do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia; e
- xi) emitir as notas de corretagem e faturas em nome do Fundo.

Para cumprimento do disposto no item (i) acima, o Custodiante realizará auditoria na documentação relativa aos Direitos Creditórios. Após, encaminhará os referidos documentos à Instituição Administradora, juntamente com o parecer de auditoria.

O Custodiante deverá observar, além dos procedimentos descritos acima, o seguinte:

- i) os registros das contas de depósito e custódia do Fundo indicarão, de modo segregado, os ativos e os recursos financeiros deste;
- ii) os ativos e recursos financeiros do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes deste;
- iii) o Custodiante colocará à disposição da Instituição Administradora, em meio eletrônico, diariamente, relatórios discriminando os ativos mantidos na conta de custódia e os recursos financeiros movimentados na conta de depósito do Fundo; e
- iv) os contratos e a documentação relativos aos Direitos Creditórios serão mantidos em depósito no Matone.

O Custodiante, além das obrigações já mencionadas, será responsável por:

- i) acatar ordens dadas pela Instituição Administradora, desde que essas estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
- ii) dar cumprimento à lista do Manual de Normas e Responsabilidades Operacionais que faz parte do Contrato de Custódia como Anexo III;
- iii) prestar aos órgãos reguladores todas as informações obrigatórias relativas ao Fundo relacionadas aos serviços objeto do Contrato de Custódia;
- iv) manter todos os credenciamentos e autorizações necessários à prestação dos serviços a que se obriga o Custodiante por meio do Contrato de Custódia, bem como prestar aos órgãos reguladores todas as informações exigidas para que tais credenciamentos e autorizações permaneçam válidos;
- v) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que somente sejam adquiridos pelo Fundo Direitos Creditórios constituídos com estrita observância aos critérios de elegibilidade previstos no Regulamento e no Contrato de Cessão, transcritos no item “Política de Investimento – Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios” acima; e

- vi) sanar ou justificar o descumprimento de qualquer de suas obrigações previstas no Contrato de Custódia no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento de notificação da Instituição Administradora sobre tal descumprimento.

O Contrato de Custódia vigorará até a liquidação do Fundo, podendo ser denunciado por qualquer de seus signatários mediante aviso por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

Durante o prazo de aviso prévio da denúncia contratual, Instituição Administradora e Custodiante continuarão a cumprir suas respectivas obrigações, sendo facultado àquela, se for a denunciante, dispensar o Banco Itaú do cumprimento de qualquer obrigação.

Se o Custodiante for o denunciante do Contrato de Custódia deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, completar os negócios já iniciados cuja liquidação deva ocorrer após o fim do prazo de denúncia acima mencionado, se a Instituição Administradora, em nome do Fundo, assim determinar por escrito.

Havendo denúncia do Contrato de Custódia, o Custodiante efetuará a transferência dos ativos a novo custodiante, com base nos dados informados pela Instituição Administradora.

O Contrato de Custódia poderá ser resolvido pela Instituição Administradora, independentemente de aviso prévio, se o Custodiante for declarado falido ou insolvente, encontrar-se em liquidação judicial ou extrajudicial ou tiver título legitimamente protestado.

### **Contrato de Cobrança e Guarda de Documentos**

O Matone será o fiel depositário de todos os Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios, nos termos e conforme a metodologia estabelecida em contrato celebrado entre o Matone e o Custodiante.

O Matone poderá subcontratar, sob sua responsabilidade e permanecendo na qualidade de fiel depositário, empresas especializadas na guarda de documentos.

Os Documentos Comprobatórios ficarão na posse do Matone, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal aplicável, contados da data de liquidação dos respectivos Contratos de Mútuo.

Uma vez decorrido o prazo referido no item acima em relação a determinado documento, o Matone deixará de ser responsável pela sua guarda e conservação e observará as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

A Instituição Administradora e o Custodiante poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Comprobatórios.

O Cedente ainda cobrará dos Devedores o valor principal do débito, acrescido de juros de mora e, quando for o caso, multa contratual e correção monetária, conforme originalmente contratados à época da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, observados ainda os limites legais aplicáveis.

Sem prejuízo da faculdade outorgada ao Cedente, o Custodiante notificará o Cedente a respeito da inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo no dia corrido seguinte ao vencimento do respectivo Direito Creditório e o Cedente cobrará dos Devedores o valor principal do débito, acrescido de juros de mora e, quando for o caso, multa contratual e correção monetária, conforme originalmente contratados à época da formalização dos respectivos Direitos Creditórios Inadimplentes Passíveis de Cobrança, observados ainda os limites legais aplicáveis e os Procedimentos de Cobrança.

No cumprimento do Contrato de Cobrança e Depósito, o Cedente poderá celebrar acordos com os devedores para a liquidação dos seus débitos, desde que observadas as normas e os percentuais de acréscimos ou descontos que sejam determinados pela Instituição Administradora na ocasião. Deverá repassar de forma discriminada e atualizada os valores dos títulos liquidados ao Fundo

O prazo para a realização da cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de vencimento em que passe a ser inadimplido.

Uma vez frustrada a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios referentes aos Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios inadimplidos e esgotados todos os procedimentos definidos no Procedimento de Cobrança, o Cedente, observadas as Instruções passadas pela Instituição Administradora, deverá, por conta e ordem do Fundo, tomar todas as providências necessárias para iniciar as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, inclusive, sem prejuízo do disposto do inciso acima, para a cobrança dos Direitos Creditórios, sempre tomando em consideração o valor de recuperação dos créditos e os custos associados com as respectivas medidas.

## **ASSEMBLÉIA GERAL**

### **Competência**

É da competência privativa da assembléia geral de Condôminos:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos e modificações;
- v) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores;

- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Condôminos, conforme descrito abaixo;
- ix) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo, caso esse não os possua em montante suficiente para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos e interesses; e
- x) deliberar sobre assuntos de interesse do Fundo e dos Cotistas.

O Regulamento pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 dias, a divulgação do fato aos Cotistas, em consequência de exigências legais ou regulamentares; ou determinação da CVM.

A taxa de administração, a ser percebida pela Instituição Administradora a título de prestação de serviços, nos termos do item “Prestadores de Serviço – Instituição Administradora – Remuneração da Instituição Administradora” acima, não poderá ser reduzida por determinação da assembléia geral sem o expresse consentimento da Instituição Administradora.

### **Procedimento de Convocação**

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Condôminos titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados. Além disso, tal convocação deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência da realização da assembléia geral, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora do Município da sede da Instituição Administradora.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os Cotistas.

### **Nomeação de Representante dos Condôminos**

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Condôminos;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

### **Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações**

Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Condôminos presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

As deliberações relativas à (i) substituição da Instituição Administradora, (ii) elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução, e (iii) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado o disposto abaixo.

Somente podem votar na assembléia geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, sendo que não têm direito a voto na assembléia geral a Instituição Administradora e seus empregados.

### **Deliberações Especiais**

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade de cada uma das classes de Cotas com direito a voto, sendo tomados em apartado os votos de cada classe, as deliberações que tratem de quaisquer dos seguintes assuntos:

- i) critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios definidos no item “Política de Investimento – Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios” acima;
- ii) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- iii) amortização;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) cobrança de taxas, com exceção da taxa de administração;
- vi) Reserva de Amortização e Resgate;
- vii) substituição da Instituição Administradora; e
- viii) emissão de nova série de Cotas Seniores.

### **Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral**

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. Tal divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações no Regulamento e neste Prospecto aprovadas pela assembléia geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na assembléia geral;
- ii) cópia da ata da assembléia geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- iv) modificações procedidas no presente Prospecto.

## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

### Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Será convocada assembléia geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo, na ocorrência dos Eventos de Avaliação indicados abaixo:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima por mais do que 5 (cinco) dias úteis;
- ii) desenquadramento da Relação Mínima por três vezes num mesmo período de 6 (seis) meses consecutivos;
- iii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iv) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- v) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações descritos no Regulamento, verificada pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vii) inobservância pelo Matone dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cessão e Regulamento com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Matone não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- viii) não pagamento, nas Datas de Amortização, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior de cada Série;
- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento e transcrito neste Prospecto;
- x) rescisão do Contrato de Custódia;
- xi) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

- xii) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização e Resgate e tal evento não seja sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xiii) renúncia do Custodiante;
- xiv) caso o Matone deixe de atender aos valores mínimos de capital e PL ajustado, tal qual disposto na Resolução nº 2.099, de 26 de agosto de 1999, do CMN, por 3 (três) DVPs consecutivas;
- xv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, e transcritos no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” acima;
- xvi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior; ou
- xvii) caso ocorra qualquer das hipóteses previstas no item “Gatilhos de Desempenho” acima;
- xviii) inexistência de Direitos Creditórios na carteira do Fundo ou inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos Creditórios porventura existentes, por período superior a 21 (vinte e um) dias úteis; e
- xix) caso as irregularidades documentais apontadas pelo Custodiante verificadas em auditoria não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação feita pelo Custodiante à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente o pagamento de amortizações ou resgates aos Cotistas Subordinados, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios elegíveis.

Caso os titulares da maioria das Cotas Seniores em circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos abaixo, incluindo a convocação de nova assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

São considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Matone ou do Custodiante;
- ii) constatação, pela Instituição Administradora, de que o Matone cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos Creditórios onerados ou gravados;
- iii) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resolvido;
- iv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar assembléia geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- v) sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembléia geral especialmente convocada para tal fim;

- vi) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais),
- vii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- viii) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- ix) caso o Matone deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação de que tenha conhecimento;
- x) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por outras instituições nos prazos previstos no Regulamento e transcritos neste Prospecto; ou
- xi) caso seja deliberado em assembléia geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente assembléia geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando a preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe”, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios pelo valor apurado nos termos do item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe”, desde que assim deliberado em assembléia geral convocada para este fim.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor apurado nos termos do item “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe”, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate de Cotas Seniores, e se houver recursos excedentes, para o resgate de Cotas Subordinadas.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições do Regulamento transcritas neste Prospecto ou o que for deliberado na assembléia geral.

### **Procedimentos da Dação em Pagamento**

Para efeito do disposto no item anterior, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas do Fundo deverá seguir os procedimentos previstos no presente item. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Para fins do disposto neste item, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, poderão ser mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil. No caso de a faculdade de constituição do condomínio ser exercida, esse deve ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contado da realização da assembléia geral que decida pelo resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos Direitos Creditórios a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Condôminos, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios mantidos em condomínio.

Caso os Cotistas optem pela constituição do condomínio, a Instituição Administradora deverá convocar uma assembléia geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no parágrafo anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 32 (trinta e dois) dias úteis contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Custodiante a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO**

### **Despesas e Encargos do Fundo**

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item “Taxas” acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de Condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Condôminos.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

### **Informações Obrigatórias e Periódicas**

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de Cotas do Fundo, as seguintes informações:

a data da primeira integralização de Cotas do Fundo.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor ou sócio-gerente indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e neste Prospecto e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Os demonstrativos referidos no parágrafo anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: o valor do PL do Fundo; o valor das Cotas de cada classe; a relação entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores; as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada conforme definidos acima, bem como a substituição do Auditor Independente, do Custodiante, e qualquer celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo. Tal divulgação deve ser realizada de modo a garantir a todos os Condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

O Fundo terá escrituração contábil própria, sendo que seu exercício social tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais, as quais serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do PL;
- iii) valor das cotas de Cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
- iv) valores totais das captações no mês referentes a cada classe e Série de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados; e
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e

- vi) liquidação.

### **Ordem e Aplicação dos Recursos**

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do item “Outras Informações sobre o Fundo – Despesas e Encargos do Fundo”, do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento, transcritas no item “Cotas do Fundo – Amortização das Cotas”;
- iii) na constituição da Reserva de Amortização e Resgate;
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento, transcritas no item “Cotas do Fundo – Amortização das Cotas”.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do item “Outras Informações sobre o Fundo – Despesas e Encargos do Fundo”, do Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento, transcritas no item “Cotas do Fundo – Amortização das Cotas”;
- iii) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento, transcritas no item “Cotas do Fundo – Amortização das Cotas”.

### **Publicações**

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas no jornal “Valor Econômico”.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de alteração do Regulamento, ou aprovação de Assembléia Geral, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

### Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, a CPMF e o IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

<b>Alíquota</b>	<b>Prazo do Investimento</b>
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

<b>Alíquota</b>	<b>Prazo do Investimento</b>
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 (trinta) dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

## PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

### Informações sobre Coleta de Intenções

Não haverá procedimento de coleta de intenções.

### Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da distribuição pública das Cotas Seniores:

<b><u>Ordem dos eventos</u></b>	<b><u>Evento</u></b>	<b><u>Data de Ocorrência / Data Prevista <sup>(1)</sup></u></b>
1	Protocolo na CVM do prospecto definitivo	29.3.07
2	Publicação do Anúncio de Início	25.4.07
3	Exercício da Garantia Firme pelo Banco Real	30.04.2007
4	Data da primeira liquidação da colocação das Cotas	22.07.2007
5	Fim do prazo para alienação das cotas objeto da garantia firme	25.10.2007
6	Publicação do Anúncio de Encerramento	25.10.07

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

### Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores autorizados a investir no Fundo nos termos da legislação em vigor interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar a Instituição Intermediária, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste prospecto.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante ou em outra conta corrente indicada pelo Fundo ou, ainda, por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado da (i) Bovespa Fix, (ii) Soma Fix e (iii) CETIP, cabendo à Instituição Administradora assegurar, se for o caso, a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas e a adesão deste aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores será colocada sob o regime de garantia firme de subscrição. Não haverá lotes mínimos ou máximos, nem o recebimento de reservas, devendo ser conferido tratamento justo e equitativo a todos os destinatários da oferta.

As Cotas Seniores deverão ser colocadas no prazo de 3 (três) dias, contados do protocolo dos documentos relativos à respectiva distribuição na CVM. Na hipótese de, na data de encerramento do referido prazo referido, haver Cotas Seniores emitidas e não colocadas, a Instituição Intermediária estará obrigada a subscrevê-las, de acordo com a garantia firme prestada.

### **Demonstrativo do Custo da Distribuição**

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas:

<b>Custos</b>	<b>Montante (em R\$)</b>	<b>% em relação ao valor total da emissão</b>
Comissão de Estruturação e Colocação	550.000,00	0,0073
Despesas de registro em cartório	1.468,63	0,000001
Publicação e Divulgação	45.000,00	0,0006
Agência Classificadora de Risco	25.000,00	0,0003
Auditores	38.500,00	0,0005
Assessores Legais	50.000,00	0,0007
Registro CVM	82.870,00	0,0011
Total	792.838,63	0,0106

De acordo com o Contrato de Colocação, a comissão de estruturação e colocação é custo de responsabilidade do Cedente e são pagos diretamente à Instituição Intermediária. Os demais custos serão de responsabilidade do Fundo.

### *Custo Unitário de Distribuição*

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas:

<b>Nº de Cotas</b>	<b>Custo do lançamento (R\$)</b>	<b>Custo Por Cota (R\$)</b>	<b>% em relação ao preço unitário de distribuição</b>
7.500	792.838,63	105,71	0,0106

Ressalte-se que a Instituição Intermediária foi contratada para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio de um contrato de distribuição, celebrado com o Fundo e com o Banco Matone. Cópia do contrato de distribuição encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

## LISTA DE CONSIGNANTES

<b>CODIGO</b>	<b>DESCRICAO</b>	<b>CNPJ</b>
110000	ADVOCACIA GERAL DA UNIAO AGU	00394411000885
110066	AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	01175497000141
110002	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	05165423000185
110001	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	05193279000190
110067	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	86900545000170
110096	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA	04204444000108
110083	AGENCIA NACIONAL DE CINEMA ANCINE	04884574000120
110097	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL	02270669000129
110136	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR ANS	03589068000146
110101	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL	02030715000112
110099	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	04903587000108
110100	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	04898488000177
110003	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA ANVISA	03112386000111
110098	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP	02313673000127
110090	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	30496004000173
460707	CAMARA MUNICIPAL DE ABAIRA	07454505000175
460004	CAMARA MUNICIPAL DE ABARE	13452560000129
460005	CAMARA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA	00559953000194
460006	CAMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA	06748321000155
460676	CAMARA MUNICIPAL DE ADUSTINA	04315845000127
460007	CAMARA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA	04225803000103
460008	CAMARA MUNICIPAL DE AGUA FRIA	40639643000102
460622	CAMARA MUNICIPAL DE AGUAS BELAS	11239993000175
460699	CAMARA MUNICIPAL DE AGUAS FORMOSAS	03595624000197
460009	CAMARA MUNICIPAL DE AGUAS VERMELHAS	26219444000106
460010	CAMARA MUNICIPAL DE AGUIARNOPOLIS	01776747000107
460011	CAMARA MUNICIPAL DE AIQUARA	16235475000105
460763	CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA	24300618000135
460012	CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS	13341243000135
460013	CAMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DA GURQUEIA	02986626000144
460014	CAMARA MUNICIPAL DE AMELIA RODRIGUES	16246936000137
460015	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICA DOURADA	03593982000160
460016	CAMARA MUNICIPAL DE ANEGE	01017317000101
460017	CAMARA MUNICIPAL DE ANGICAL	16446882000153
460018	CAMARA MUNICIPAL DE ANTAS	04231776000173
460019	CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO GONCALVES	13233150000197
460020	CAMARA MUNICIPAL DE APORA	01776382000102
460021	CAMARA MUNICIPAL DE AQUIDABA	00864867000195
460022	CAMARA MUNICIPAL DE ARACATU	16415135000158
460023	CAMARA MUNICIPAL DE ARACI	16435828000102
460024	CAMARA MUNICIPAL DE ARAMARI	16131781000193
460025	CAMARA MUNICIPAL DE ARATUIPE	13250246000163
460026	CAMARA MUNICIPAL DE ARINOS	20571972000143
460027	CAMARA MUNICIPAL DE AURELINO LEAL	16137291000102
460028	CAMARA MUNICIPAL DE AURORA	12483558000154
460029	CAMARA MUNICIPAL DE AVELINO LOPES	23624174000120
460030	CAMARA MUNICIPAL DE BAIANOPOLIS	63078828000182

460031	CAMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE	13232798000149
460032	CAMARA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	05170237000134
460747	CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRA	00400186000176
460033	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA	13222534000104
460034	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DA ROCHA	13239827000102
460035	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES	16445892000174
460036	CAMARA MUNICIPAL DE BARREIRAS	16256893000170
460037	CAMARA MUNICIPAL DE BARREIRAS DO PIAUI	01211364000183
460668	CAMARA MUNICIPAL DE BARRO ALTO	16445744000150
460038	CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO	15028871000190
460039	CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS	21172051000170
460040	CAMARA MUNICIPAL DE BELMONTE	13648811000145
460041	CAMARA MUNICIPAL DE BIRITINGA	63102321000117
460643	CAMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM	63088371000197
460042	CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA	16425118000100
460615	CAMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO	04252692000116
460043	CAMARA MUNICIPAL DE BONFINOPOLIS DE MINAS	20571501000135
460044	CAMARA MUNICIPAL DE BONITO	63111124000164
460045	CAMARA MUNICIPAL DE BOQUIM	32765885000106
460046	CAMARA MUNICIPAL DE BOQUIRA	63084735000160
460048	CAMARA MUNICIPAL DE BREJOES	13266598000107
460049	CAMARA MUNICIPAL DE BREJOLANDIA	16440869000197
460051	CAMARA MUNICIPAL DE BRUMADO	14592836000137
460052	CAMARA MUNICIPAL DE BUERAREMA	16420457000195
460053	CAMARA MUNICIPAL DE BURITI	07509201000168
460054	CAMARA MUNICIPAL DE BURITIRAMA	04184054000105
460659	CAMARA MUNICIPAL DE CAAPORA	09260217000105
460609	CAMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUACU	13866975000149
460771	CAMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE	01635231000134
460798	CAMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE PAJEU	26219394000167
460055	CAMARA MUNICIPAL DE CAEM	63089858000194
460057	CAMARA MUNICIPAL DE CALDEIRAO GRANDE	01752644000107
460058	CAMARA MUNICIPAL DE CAMACAN	16421612000198
460059	CAMARA MUNICIPAL DE CAMAMU	13071188000100
460060	CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES	40631871000128
460061	CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL	01641198000155
460062	CAMARA MUNICIPAL DE CANAPOLIS	16424889000174
460063	CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA	63087563000189
460064	CAMARA MUNICIPAL DE CANASVIEIRAS	03042333000171
460065	CAMARA MUNICIPAL DE CANDEAL	01691366000117
460066	CAMARA MUNICIPAL DE CANDIDO SALES	16424053000170
460067	CAMARA MUNICIPAL DE CANINDE DE SAO FRANCISCO	32858383000120
460068	CAMARA MUNICIPAL DE CANTO DO BURITI	00727613000125
460069	CAMARA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO	13230990000104
460070	CAMARA MUNICIPAL DE CAPITAO ENEAS	25220732000118
460071	CAMARA MUNICIPAL DE CARINHANHA	13650494000100
460072	CAMARA MUNICIPAL DE CARIRA	32777088000149
460073	CAMARA MUNICIPAL DE CARMOPOLIS	16223653000170
460074	CAMARA MUNICIPAL DE CAROLINA	06777072000126
460075	CAMARA MUNICIPAL DE CASA NOVA	16253320000193
460076	CAMARA MUNICIPAL DE CASCATEL	04747906000125
460077	CAMARA MUNICIPAL DE CATOLANDIA	16446890000108

460078	CAMARA MUNICIPAL DE CATU	13341664000166
460079	CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAUCHA	01637481000103
460718	CAMARA MUNICIPAL DE CHORROCHO	06147487000116
460080	CAMARA MUNICIPAL DE CICERO DANTAS	16299323000168
460081	CAMARA MUNICIPAL DE CIPO	03578301000195
460690	CAMARA MUNICIPAL DE CLARO DOS POCOES	66450974000185
460082	CAMARA MUNICIPAL DE COARACI	13652565000103
460083	CAMARA MUNICIPAL DE COCOS	16431108000179
460084	CAMARA MUNICIPAL DE COLINAS	35156645000100
460085	CAMARA MUNICIPAL DE COLONIA DO GURGUEIA	00528681000165
460086	CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO JACUIPE	63104343000116
460087	CAMARA MUNICIPAL DE CONDEUBA	05641163000177
460088	CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORA	16423923000196
460089	CAMARA MUNICIPAL DE CORACAO DE JESUS	25218892000122
460090	CAMARA MUNICIPAL DE CORACAO DE MARIA	01627506000198
460091	CAMARA MUNICIPAL DE COROATA	05646054000142
460092	CAMARA MUNICIPAL DE CORRENTE	02505890000119
460093	CAMARA MUNICIPAL DE CORRENTINA	16430621000145
460094	CAMARA MUNICIPAL DE COTEGIPE	63079305000150
460095	CAMARA MUNICIPAL DE CRATO	05619754000148
460096	CAMARA MUNICIPAL DE CRAVOLANDIA	02547686000160
460793	CAMARA MUNICIPAL DE CRISOLITA	04834469000187
460097	CAMARA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA DO PIAUI	03183350000129
460098	CAMARA MUNICIPAL DE CRISTALIA	25216284000189
460099	CAMARA MUNICIPAL DE CRISTIANAPOLIS	32766388000122
460100	CAMARA MUNICIPAL DE CRISTINO CASTRO	04295904000142
460101	CAMARA MUNICIPAL DE CRISTOPOLIS	42752451000125
460102	CAMARA MUNICIPAL DE CRIXAS DO TOCANTINS	01693311000146
460103	CAMARA MUNICIPAL DE CUMBE	04223982000131
460104	CAMARA MUNICIPAL DE CURACA	63094080000101
460105	CAMARA MUNICIPAL DE CURIMATA	23624604000104
460106	CAMARA MUNICIPAL DE DARIO MEIRA	13650882000182
460775	CAMARA MUNICIPAL DE DIANOPOLIS	02535379000160
460639	CAMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA	13003462000104
460107	CAMARA MUNICIPAL DE DIVISA ALEGRE	02334762000150
460108	CAMARA MUNICIPAL DE DIVISOPOLIS	73869844000147
460109	CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR	07740442000113
460110	CAMARA MUNICIPAL DE ELISIO MEDRADO	01656880000111
460111	CAMARA MUNICIPAL DE ESPINOSA	25211053000182
460112	CAMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA	13255625000146
460113	CAMARA MUNICIPAL DE ESTREITO	11022506000118
460114	CAMARA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA	13910997000169
460757	CAMARA MUNICIPAL DE EUNAPOLIS	16233447000140
460115	CAMARA MUNICIPAL DE FATIMA	16298978000111
460116	CAMARA MUNICIPAL DE FEIRA DA MATA	16416133000183
460118	CAMARA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA	01619361000183
460700	CAMARA MUNICIPAL DE FELISBURGO	22699136000174
460119	CAMARA MUNICIPAL DE FILADELFIA	63100325000166
460120	CAMARA MUNICIPAL DE FIRMINO ALVES	16417438000100
460803	CAMARA MUNICIPAL DE FLORES	08868416000138
460121	CAMARA MUNICIPAL DE FLORES DO PIAUI	23518210000171
460122	CAMARA MUNICIPAL DE FLORESTA AZUL	16429086000102

460123	CAMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO	63079453000175
460124	CAMARA MUNICIPAL DE FORMOSO	20571824000129
460125	CAMARA MUNICIPAL DE FORTUNA	35156629000100
460702	CAMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO SA	25217381000196
460126	CAMARA MUNICIPAL DE GANDU	13283106000191
460127	CAMARA MUNICIPAL DE GAVIAO	13896741000144
460128	CAMARA MUNICIPAL DE GONGOGI	13246814000152
460129	CAMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIS ROCHA DO MARANHAO	01612322000154
460130	CAMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA	40514804000123
460131	CAMARA MUNICIPAL DE GRACA ARANHA	35156702000143
460132	CAMARA MUNICIPAL DE GUAJERU	04687138000161
460133	CAMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI	04285518000170
460134	CAMARA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA	74128646000195
460640	CAMARA MUNICIPAL DE GURINHEM	02912550000102
460135	CAMARA MUNICIPAL DE HELIOPOLIS	13392840000199
460729	CAMARA MUNICIPAL DE IBICOARA	00857315000150
460136	CAMARA MUNICIPAL DE IBIRACATU	02340862000199
460137	CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAPITANGA	16413551000117
460138	CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUA	03611060000139
460139	CAMARA MUNICIPAL DE IBIRATAIA	01779162000132
460140	CAMARA MUNICIPAL DE IBITITA	63086631000195
460141	CAMARA MUNICIPAL DE IBOTIRAMA	63083976000195
460142	CAMARA MUNICIPAL DE ICARAI DE MINAS	66482084000155
460143	CAMARA MUNICIPAL DE ICO	06737977000172
460144	CAMARA MUNICIPAL DE IGARAPE DO MEIO	01639195000187
460145	CAMARA MUNICIPAL DE IGRAPIUNA	13071212000101
460146	CAMARA MUNICIPAL DE IGUAI	14620736000177
460147	CAMARA MUNICIPAL DE ILHAS DAS FLORES	32728156000180
460148	CAMARA MUNICIPAL DE INDIAROBA	16455339000112
460149	CAMARA MUNICIPAL DE IPIAU	13246442000164
460150	CAMARA MUNICIPAL DE IPIRA	13901913000120
460151	CAMARA MUNICIPAL DE IPUPIARA	02941154000103
460152	CAMARA MUNICIPAL DE IRAJUBA	13232319000194
460153	CAMARA MUNICIPAL DE IRAQUARA	16255366000141
460154	CAMARA MUNICIPAL DE IRARA	13226238000181
460155	CAMARA MUNICIPAL DE IRECE	16448110000150
460156	CAMARA MUNICIPAL DE ITABELA	16234544000158
460157	CAMARA MUNICIPAL DE ITABERABA	13267315000141
460158	CAMARA MUNICIPAL DE ITABUNA	13235726000155
460159	CAMARA MUNICIPAL DE ITACARAMBI	00536880000115
460160	CAMARA MUNICIPAL DE ITACARE	16230385000113
460161	CAMARA MUNICIPAL DE ITAGIBA	63180541000169
460162	CAMARA MUNICIPAL DE ITAJU DO COLONIA	63173983000188
460163	CAMARA MUNICIPAL DE ITAJUIPE	13284039000120
460164	CAMARA MUNICIPAL DE ITAMARAJU	63170161000143
460165	CAMARA MUNICIPAL DE ITAMARI	02880213000180
460670	CAMARA MUNICIPAL DE ITANAGRA	01981537000142
460166	CAMARA MUNICIPAL DE ITAPARICA	34024620000182
460167	CAMARA MUNICIPAL DE ITAPE	00694699000137
460168	CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEBI	42687020000122
460169	CAMARA MUNICIPAL DE ITAPICURU	16129785000137

460170	CAMARA MUNICIPAL DE ITAPITANGA	00583269000148
460171	CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUARA	16433963000119
460172	CAMARA MUNICIPAL DE ITARANTIN	16417479000104
460173	CAMARA MUNICIPAL DE ITIRUCU	16434177000136
460174	CAMARA MUNICIPAL DE ITIUBA	13344973000190
460175	CAMARA MUNICIPAL DE ITORORO	16417388000160
460176	CAMARA MUNICIPAL DE ITUBERA	13070222000122
460177	CAMARA MUNICIPAL DE IUIU	16416141000120
460178	CAMARA MUNICIPAL DE JACARACI	04830585000128
460179	CAMARA MUNICIPAL DE JACARE DOS HOMENS	05580151000180
460180	CAMARA MUNICIPAL DE JACINTO	73719585000178
460181	CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARARI	16449316000103
460182	CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARIPE	13250220000115
460183	CAMARA MUNICIPAL DE JANDAIRA	13255914000145
460184	CAMARA MUNICIPAL DE JEQUIE	13238803000120
460185	CAMARA MUNICIPAL DE JEQUITAI	00086457000160
460186	CAMARA MUNICIPAL DE JITAUNA	13651658000105
460187	CAMARA MUNICIPAL DE JOAIMA	26221499000150
460749	CAMARA MUNICIPAL DE JOAO ALFREDO	08783003000150
460188	CAMARA MUNICIPAL DE JOAO DOURADO	16445850000133
460189	CAMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO	13343603000138
460190	CAMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE	05466164000122
460191	CAMARA MUNICIPAL DE JUSSARI	13652516000162
460192	CAMARA MUNICIPAL DE JUVENILIA	01912982000150
460193	CAMARA MUNICIPAL DE LAGEADO DO TABOCAL	16434466000135
460194	CAMARA MUNICIPAL DE LAGEDAO	07179158000110
460195	CAMARA MUNICIPAL DE LAMARAO	42753368000170
460196	CAMARA MUNICIPAL DE LAPAO	16250755000184
460197	CAMARA MUNICIPAL DE LENCOIS	16255085000199
460198	CAMARA MUNICIPAL DE LUISLANDIA	03621176000159
460199	CAMARA MUNICIPAL DE LUZILANDIA	01680965000135
460200	CAMARA MUNICIPAL DE MACARANI	13240684000140
460202	CAMARA MUNICIPAL DE MAGALHAES ALMEIDA	23701188000109
460203	CAMARA MUNICIPAL DE MALHADA	01824148000103
460204	CAMARA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS	00999749000194
460206	CAMARA MUNICIPAL DE MANOEL EMIDIO	00463622000156
460207	CAMARA MUNICIPAL DE MANSIDAO	42752774000119
460208	CAMARA MUNICIPAL DE MARACAS	16434219000139
460209	CAMARA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE	13040043000142
460210	CAMARA MUNICIPAL DE MARAU	63171771000161
460211	CAMARA MUNICIPAL DE MARCIONILIO SOUZA	13347315000151
460212	CAMARA MUNICIPAL DE MASCOTE	16414682000119
460213	CAMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA	69390136000151
460214	CAMARA MUNICIPAL DE MATA SAO JOAO	13251038000189
460215	CAMARA MUNICIPAL DE MATIAS CARDOSO	01060753000155
460216	CAMARA MUNICIPAL DE MATO VERDE	03309980000105
460217	CAMARA MUNICIPAL DE MEDEIROS NETO	04545997000116
460218	CAMARA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES	00492714000164
460219	CAMARA MUNICIPAL DE MILAGRES	08021181000144
460220	CAMARA MUNICIPAL DE MIRABELA	25220880000132
460221	CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOR	35156504000180
460222	CAMARA MUNICIPAL DE MIRAVANIA	04247775000117

460223	CAMARA MUNICIPAL DE MONTALVANIA	04505443000195
460224	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE	01634711000180
460225	CAMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO PIAUI	41534900000104
460226	CAMARA MUNICIPAL DE MORPARA	63084727000114
460227	CAMARA MUNICIPAL DE MORRO CABECA NO TEMPO	03520906000125
460228	CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU	63111215000108
460229	CAMARA MUNICIPAL DE MUCUGE	63089155000166
460230	CAMARA MUNICIPAL DE MUCURI	05441603000142
460231	CAMARA MUNICIPAL DE MUCURICI	01170325000185
460232	CAMARA MUNICIPAL DE MUQUEM DE SAO FRANCISCO	16440828000109
460233	CAMARA MUNICIPAL DE MUTUIPE	13460332000109
460234	CAMARA MUNICIPAL DE NANUQUE	21224936000176
460235	CAMARA MUNICIPAL DE NAZARE	13250063000148
460236	CAMARA MUNICIPAL DE NILO PECANHA	41956434000147
460237	CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES	00073093000184
460238	CAMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES	03019582000146
460239	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAA	16425779000127
460240	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA DO PIRIA	84263847000159
460241	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FATIMA	16443822000187
460242	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA IBIA	32697609000158
460243	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA ITARANA	05995955000140
460244	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA REDENCAO	16245367000105
460246	CAMARA MUNICIPAL DE NOVA VICOSA	01793692000135
460247	CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE	63098263000103
460248	CAMARA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DE MINAS	01613374000145
460249	CAMARA MUNICIPAL DE NOVO TRIUNFO	02965266000102
460250	CAMARA MUNICIPAL DE OLINDINA	04686171000177
460740	CAMARA MUNICIPAL DE OLIVENCA	04285297000130
460756	CAMARA MUNICIPAL DE OURO VERDE DE MINAS	01638851000127
460251	CAMARA MUNICIPAL DE OUROLANDIA	63082648000174
460252	CAMARA MUNICIPAL DE PAJEU DO PIAUI	04230563000127
460253	CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS DO MONTE ALTO	42709766000190
460254	CAMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUI	02162288000126
460674	CAMARA MUNICIPAL DE PALMOPOLIS	03689862000161
460255	CAMARA MUNICIPAL DE PARAIBANO	02098065000147
460256	CAMARA MUNICIPAL DE PARNAGUA	23624281000159
460257	CAMARA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS	07074271000130
460258	CAMARA MUNICIPAL DE PAVAO	22700421000168
460259	CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA DE MARIA DA CRUZ	74126160000118
460260	CAMARA MUNICIPAL DE PEDRAO	13341367000110
460261	CAMARA MUNICIPAL DE PEDRINHAS	32745846000147
460262	CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO CANARIO	27559947000193
460263	CAMARA MUNICIPAL DE PERITORO	01953693000108
460264	CAMARA MUNICIPAL DE PIATA	04243292000144
460265	CAMARA MUNICIPAL DE PILAO ARCADEO	02956206000115
460266	CAMARA MUNICIPAL DE PINDAI	13237573000185
460267	CAMARA MUNICIPAL DE PINDOBACU	13222500000110
460268	CAMARA MUNICIPAL DE PINTOPOLIS	01612550000124
460269	CAMARA MUNICIPAL DE PIRAI DO NORTE	13071238000150
460270	CAMARA MUNICIPAL DE PLANALTINO	16434425000149
460271	CAMARA MUNICIPAL DE PLANALTO	16418733000180

460272	CAMARA MUNICIPAL DE POCO REDONDO	32712531000101
460273	CAMARA MUNICIPAL DE POCOES	13284401000162
460274	CAMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO	01622823000111
460275	CAMARA MUNICIPAL DE PONTO NOVO	03496390000120
460754	CAMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA	01833866000146
460276	CAMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO	00445549000190
460277	CAMARA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO	13267935000180
460278	CAMARA MUNICIPAL DE POTIRAGUA	16231896000150
460279	CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA	07071582000146
460280	CAMARA MUNICIPAL DE PROPRIA	13001144000104
460281	CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS	13224860000150
460282	CAMARA MUNICIPAL DE QUITERIANOPOLIS	07551195000107
460693	CAMARA MUNICIPAL DE RAPOSA	01620674000151
460283	CAMARA MUNICIPAL DE REDENCAO DO GURGUEIA	23624307000169
460284	CAMARA MUNICIPAL DE REGENERACAO	00107790000109
460285	CAMARA MUNICIPAL DE RIACHAO DAS NEVES	16446601000162
460286	CAMARA MUNICIPAL DE RIACHAO DO DANTAS	32741688000157
460287	CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO AMPARO	04709745000185
460288	CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL	16299372000109
460289	CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRO GONCALVES	07306378000167
460290	CAMARA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS	06028125000106
460686	CAMARA MUNICIPAL DE RIO DO PRADO	02304085000127
460291	CAMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS	25216151000102
460292	CAMARA MUNICIPAL DE RIO REAL	13253620000184
460293	CAMARA MUNICIPAL DE RUBIM	01631644000140
460611	CAMARA MUNICIPAL DE RUSSAS	35223585000193
460294	CAMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA	13222641000132
460295	CAMARA MUNICIPAL DE SALGADO	32741456000107
460296	CAMARA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA	32634362000120
460703	CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA	73616153000131
460731	CAMARA MUNICIPAL DE SAMBAIBA	02571288000180
460297	CAMARA MUNICIPAL DE SANDOLANDIA	37344603000110
460298	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRALIA	13652375000188
460299	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA FE DE MINAS	25213877000191
460300	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHAO	01670924000168
460301	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA INES	63091680000116
460302	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ	13227459000174
460303	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA	16414203000164
460304	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO ITANHI	32766453000110
460305	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITORIA	16430993000171
460306	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA	63079248000100
460307	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA	40514796000115
460308	CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA	16430381000189
460309	CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO MARANHAO	01631086000113
460310	CAMARA MUNICIPAL DE SANTANOPOLIS	00663883000110
460802	CAMARA MUNICIPAL DE SANTAREM NOVO	01864282000138
460311	CAMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO	03595666000128
460312	CAMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DAS BROTAS	32759037000194
460675	CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO JACINTO	73719437000153
460313	CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES	07371735000170
460314	CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVAO	16442014000103

460315	CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO	00431374000161
460689	CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO NORTE	12702254000130
460316	CAMARA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO	07629520000107
460625	CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	04807294000119
460317	CAMARA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO CORIBE	16430563000150
460318	CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO	25206558000159
460642	CAMARA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DO AMARANTE	35004696000109
460319	CAMARA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DOS CAMPOS	13226584000160
460320	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA LAGOA	02155327000168
460321	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA PONTE	66489840000178
460736	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DALIANCA	05057123000182
460322	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DAS MISSOES	01625625000101
460677	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO MANHUACU	66233008000106
460323	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA VITORIA	63171961000189
460324	CAMARA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO PIAUI	04970670000191
460325	CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAMA	05564711000102
460326	CAMARA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DO PASSE	13036843000190
460327	CAMARA MUNICIPAL DE SAPEACU	40514655000100
460328	CAMARA MUNICIPAL DE SAUDE	02965504000171
460329	CAMARA MUNICIPAL DE SEBASTIAO LARANJEIRAS	03302282000170
460330	CAMARA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA	01622325000179
460331	CAMARA MUNICIPAL DE SENTO	13230867000185
460332	CAMARA MUNICIPAL DE SERRA DO AIMORES	26204008000163
460333	CAMARA MUNICIPAL DE SERRA DO RAMALHO	63179261000130
460334	CAMARA MUNICIPAL DE SERROLANDIA	63090914000100
460335	CAMARA MUNICIPAL DE SIMAO DIAS	32741183000192
460336	CAMARA MUNICIPAL DE SITIO D ABADIA	01977854000195
460337	CAMARA MUNICIPAL DE SITIO DO QUINTO	03595114000110
460338	CAMARA MUNICIPAL DE SOBRADINHO	16444846000150
460800	CAMARA MUNICIPAL DE SOURE	63845465000163
460339	CAMARA MUNICIPAL DE SOUTO SOARES	07176398000160
460340	CAMARA MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO	16424855000180
460770	CAMARA MUNICIPAL DE TACAIMBO	12661518000155
460762	CAMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA	04221258000179
460341	CAMARA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUI	07241853000164
460342	CAMARA MUNICIPAL DE TANCREDO NEVES	13071261000144
460343	CAMARA MUNICIPAL DE TAPEROA	13070016000112
460344	CAMARA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO	34232249000144
460345	CAMARA MUNICIPAL DE TEOFILANDIA	13901236000140
460346	CAMARA MUNICIPAL DE TEOLANDIA	02795189000181
460347	CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA	13038161000116
460348	CAMARA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO	32741480000138
460349	CAMARA MUNICIPAL DE TREMEDAL	01739140000149
460350	CAMARA MUNICIPAL DE TURIACU	23601859000151
460351	CAMARA MUNICIPAL DE UAU	04225993000150
460352	CAMARA MUNICIPAL DE UBAI	25215971000180
460353	CAMARA MUNICIPAL DE UBAIRA	16434714000148
460354	CAMARA MUNICIPAL DE UBAITABA	16429243000180
460355	CAMARA MUNICIPAL DE UBATA	13239751000107
460356	CAMARA MUNICIPAL DE UIBAI	63086490000100
460357	CAMARA MUNICIPAL DE UмбаUBA	32770521000114
460358	CAMARA MUNICIPAL DE UMBURANAS	16450033000173

460359	CAMARA MUNICIPAL DE UMIRIM	04345137000139
460360	CAMARA MUNICIPAL DE UNA	16420168000196
460361	CAMARA MUNICIPAL DE URANDI	42709584000119
460362	CAMARA MUNICIPAL DE URUCUCA	16421927000135
460363	CAMARA MUNICIPAL DE URUCUIA	73936338000123
460634	CAMARA MUNICIPAL DE URUTAI	00366038000182
460364	CAMARA MUNICIPAL DE VALENCA	13069562000133
460365	CAMARA MUNICIPAL DE VALENTE	00480114000186
460366	CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA ALEGRE	06748214000127
460367	CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA DA ROCA	13897350000144
460368	CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA DO POCO	42751644000161
460369	CAMARA MUNICIPAL DE VARZEA NOVA	63091524000155
460370	CAMARA MUNICIPAL DE VARZEDO	13460597000107
460371	CAMARA MUNICIPAL DE VARZELANDIA	25218165000165
460372	CAMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ	16110348000171
460794	CAMARA MUNICIPAL DE WAGNER	63089247000146
460373	CAMARA MUNICIPAL DE WANDERLEY	63079370000186
460374	CAMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARAES	00738524000184
110006	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CEFET	00394445016369
110091	COLEGIO PEDRO II	42414284000102
110193	COMANDO DA AERONAUTICA	00394429000100
110195	COMANDO DA MARINHA	00394502000144
110194	COMANDO DO EXERCITO	00394452000103
110156	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	29507878000108
110068	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	00402552000126
110069	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU	42357483000126
110093	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARBACENA	04319877000109
110094	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE SAO FRANCISCO	23533417000115
110102	COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO FRANAVE	23533417000115
110070	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB	26461699000180
110104	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	00418993000116
110105	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	33654831000136
110106	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	00375114000116
110008	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL DPF	00394494002007
110064	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL DPRF	00394494003828
110009	DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DNER	33628777000154
110010	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES DNIT	04892707000100
110011	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS DNOCS	00043711000143
110107	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL DNPM	00381056000133
110108	EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO RADIOBRAS	00464073000134
110109	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAP	00348003000110
110110	EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE	00366914000170

	TRANSPORTES	
110111	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE	90976853000156
110012	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL	00394445000101
110014	ESCOLA TECNICA FEDERAL	05095151000194
110113	FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS	05200001000101
110016	FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	25437484000161
110017	FACULDADES FEDERAIS INTEGRADAS DE DIAMANTINA	16888315000157
110028	FUNCIONARIOS DO INSS	04828273000180
110115	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	00662197000124
110018	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	40176679000199
110116	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	01264142001796
110114	FUNDACAO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA	67154716000114
110019	FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR CAPES	00394445019112
110138	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	32901688000177
110117	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRACAO PUBLICA	00627612000109
110015	FUNDACAO FACULDADE FEDERAL DE CIENCIAS MEDICAS POA	92967595000177
110118	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	09773169000159
110021	FUNDACAO JORGE DRUPAT FIGUEIREDO DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO FUNDACENTRO	62428073000136
110084	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES FUNARTE	26963660000242
110022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA	26989350000701
110023	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI	00059311000126
110119	FUNDACAO OSORIO	34143842000114
110120	FUNDACAO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ	33781055000135
110141	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	00038174000143
110025	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	04378626000197
110060	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL	25648387000118
110161	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	33004540000100
110162	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	22078679000174
110126	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	23070659000110
110152	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92242080000100
110140	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	04280889000169
110163	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	45358058000140
110144	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL REI	00394445051865
110143	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	13031547000104
110164	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	25944455000196
110165	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	04071106000137
110145	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	34868257000181
110146	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO	06279103000119
110166	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	06517387000134
110024	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	94877586000110
110147	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTIS	05149726000104
110148	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	05440725000114
110026	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACAO	00378257000181

	FNDE	
110159	GOVERNO DO EX TERRITORIO DE RONDONIA	04280889000169
110058	GOVERNO DO EX TERRITORIO DE RORAIMA	00394593000118
110158	GOVERNO DO EX TERRITORIO DO ACRE	04034468000158
110160	GOVERNO DO EX TERRITORIO DO AMAPA	00394577000125
110121	HOSPITAL CRISTO REDENTOR	92787126000176
110122	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	87020517000120
110123	HOSPITAL FEMINA	92693134000153
110124	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	92787118000120
110086	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL	57485542000119
110029	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	42284224000112
110072	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE	33787094000140
110071	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE IBAMA	03659166000102
110127	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO EMBRATUR	33741794000101
110034	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA IPEA	33892175000100
110125	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO	37115375000700
110154	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL	00579391001031
110031	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL INPI	42521088000137
110027	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARARIA INCRA	00375972000160
110032	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	29264082000163
110128	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA INEP	01678363000143
110095	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL	00662270000320
240000	MINISTERIO DA AERONAUTICA	00394429000100
110061	MINISTERIO DA AERONAUTICA CIVIL	00394429000100
240001	MINISTERIO DA AERONAUTICA COMAER	00394429000100
110037	MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO	00394460042812
110038	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	01263896000326
110039	MINISTERIO DA CULTURA	00394411007383
110073	MINISTERIO DA DEFESA	00394411000532
110040	MINISTERIO DA EDUCACAO	00394445000101
110041	MINISTERIO DA FAZENDA	00394460000494
110042	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	03353358000196
110043	MINISTERIO DA JUSTICA	00394494000721
220000	MINISTERIO DA MARINHA	00394502001035
110062	MINISTERIO DA MARINHA CIVIL	00394502000144
110044	MINISTERIO DA PREVIDENCIA	00394528000192
110045	MINISTERIO DA SAUDE	00394544002552
110074	MINISTERIO DAS CIDADES	05465986000199
110046	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	00394437000408
110048	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	00394536000481
110047	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	37115383000153
110076	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	01612452000197
110075	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME	05756246000101
110077	MINISTERIO DO ESPORTE	02973091000177

230000	MINISTERIO DO EXERCITO	00394452028458
110063	MINISTERIO DO EXERCITO CIVIL	00394452000103
110078	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	00394411004368
110049	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO	00394411006735
110050	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	29979036068616
110079	MINISTERIO DO TURISMO	05457283000119
110051	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	26445189000462
110129	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS NUCLEP	42515882000259
110059	OUTROS FEDERAIS	07947821000189
460376	PREFEITURA MUNICIPAL AGUA DOCE DO MARANHAO	01612339000101
460377	PREFEITURA MUNICIPAL ARAGUANA	01612539000164
460378	PREFEITURA MUNICIPAL BOA VISTA DO TUPIM	13718176000125
460379	PREFEITURA MUNICIPAL CANDIDO MENDES	06059505000108
460380	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE	23555170000138
460685	PREFEITURA MUNICIPAL DE ADUSTINA	16298929000189
460638	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS BELAS	11286341000191
460381	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS	13646005000138
460795	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANCA DO TOCANTINS	25042219000184
460382	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMADINA	14147466000129
460624	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMENARA	18349894000195
460745	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO	08348997000187
460383	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE	01612832000121
460804	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI	11294360000160
460384	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMELIA RODRIGUES	13607213000128
460710	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDARAI	13922570000180
460666	PREFEITURA MUNICIPAL DE APUAREMA	16434292000100
460386	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI	14232086000192
460687	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA	01613860000163
460764	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS	25063884000154
460774	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUACEMA	02070621000177
460387	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMARI	13646740000141
460739	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOEMA	00237370000147
460388	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATACA	13658158000103
460389	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL	06554026000168
460390	PREFEITURA MUNICIPAL DE AURELINO LEAL	16137291000102
460777	PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARA	83267989000121
460773	PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS	01067107000110
460391	PREFEITURA MUNICIPAL DE AVELINO LOPES	23624174000120
460392	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIANOPOLIS	13654413000131
460711	PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS	06441430000125
460393	PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA	18349902000101
460743	PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTIS	01612819000172
460697	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SAO MIGUEL	12263869000108
460669	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOCA	13906789000196
460741	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO OURO	01612818000128
460394	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO ROCHA	14234850000169
460395	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS DO PIAUI	06554224000121
460641	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIROS	10110989000140
460682	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO	13234349000130

460610	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS	18311043000153
460680	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES	08110884000149
460396	PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLINIA	06554034000104
460722	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS	10091510000175
460397	PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA	13835558000139
460398	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA	13894894000152
460399	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA	08940702000167
460776	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS	22938757000163
460755	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO TOCANTINS	37420718000147
460657	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO	08161614000167
460400	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJOES	14197768000101
460401	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJOLANDIA	13654439000180
460614	PREFEITURA MUNICIPAL DE BUIQUE	10105963000103
460402	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI	06117071000155
460797	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI BRAVO	06052138000110
460403	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA	13234000000106
460664	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE	01612624000122
460404	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA	08874984000141
460405	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAEM	13913348000111
460406	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANO	16418717000198
460807	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALCADO	11034741000100
460407	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU	13753306000160
460408	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SAO FELIX	10766129000169
460409	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO	13908702000110
460410	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEAL	13607635000101
460411	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO SALES	13857123000195
460412	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANCAO	13806567000100
460413	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE	06156160000100
460414	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTO DO BURITI	06554042000150
460606	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE	13897111000194
460415	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL DO NORTE	01613309000110
460619	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	01612569000170
460416	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA	14105209000124
460708	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS	37344397000149
460629	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO	18243287000146
460417	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA	13691811000128
460418	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	07589369000120
460419	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA	08885287000196
460420	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLANDIA	13654447000126
460421	PREFEITURA MUNICIPAL DE CICERO DANTAS	13808613000100
460422	PREFEITURA MUNICIPAL DE COARACI	14147474000175
460691	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DOS ALVES	01612572000194
460709	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO	08943227000182
460423	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO ALMEIDA	13695028000132
460424	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO JACUIPE	14222574000119
460805	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO TOCANTINS	01067149000150
460425	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORACAO DE MARIA	13883996000172
460426	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS	08939936000194
460427	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSE DIAS	41522160000188

460428	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA	14221741000107
460429	PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE	13654892000196
460430	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA DO PIAUI	06554299000102
460431	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINO CASTRO	06554364000108
460432	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS	01612752000176
460727	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU	05733472000177
460742	PREFEITURA MUNICIPAL DE DARCINOPOLIS	25064072000123
460433	PREFEITURA MUNICIPAL DE DARIO MEIRA	13700174000109
460673	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO	20126439000172
460761	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS	12250908000132
460768	PREFEITURA MUNICIPAL DE DUERE	01351667000100
460621	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELISIO MEDRADO	13693379000104
460434	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA	13907373000192
460649	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	06554174000182
460726	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA	13885231000171
460435	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA	13698774000180
460436	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNAPOLIS	16233439000102
460437	PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA DO PIAUI	41522384000190
460438	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DA MATA	16416125000137
460439	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA	14043574000151
460706	PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS	00003848000174
460737	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES	10347466000111
460440	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA AZUL	14147904000159
460733	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA	01613338000181
460441	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO	13654454000128
460442	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO	18125153000120
460443	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA	06140404000167
460645	PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO	08737785000191
460728	PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINO	11361854000110
460444	PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU	14195358000121
460445	PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFAO DO NORTE	22980940000127
460446	PREFEITURA MUNICIPAL DE GENTIO DO OURO	13879390000163
460678	PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITA	11049814000137
460786	PREFEITURA MUNICIPAL DE GODOFREDO VIANA	06157051000108
460779	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANORTE	25086612000170
460789	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS	01832476000151
460447	PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOCI	14235048000193
460448	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO	13112875000127
460449	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJEIRO	41342098000142
460450	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA	07606478000109
460451	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGA	13634985000159
460452	PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	01803618000152
460647	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARAI	14147896000140
460632	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUI	13857701000193
460636	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA	13714803000150
460453	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPITANGA	13846753000164
460454	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRATAIA	14131569000109
460455	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBOTIRAMA	13798152000123
460456	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAI DE MINAS	25224304000163
460457	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICO	07669682000179
460458	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPIUNA	13071204000165
460459	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAU	13858303000191

460650	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA	18306688000106
460460	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMACULADA	08883969000160
460719	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAJUBA	13763479000160
460461	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARA	13626205000129
460462	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABELA	16234429000183
460463	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA	13719646000175
460672	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI	13113063000104
460464	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA	14147490000168
460465	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARE	13846902000195
460626	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIMIRIM	13634969000166
460784	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIBE	18404756000161
460466	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJU DO COLONIA	14147920000141
460467	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU	13761697000165
460468	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARI	13753959000140
460694	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANAGRA	14757157000170
460469	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEBI	13634993000103
460470	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPITANGA	14147482000111
460471	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIUNA	07387509000188
460472	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	08940694000159
460698	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA	10150076000157
460627	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA	08865628000161
460473	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORO	13752993000108
460474	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERA	14195333000128
460734	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA	05077102000129
460475	PREFEITURA MUNICIPAL DE IUIU	16416158000187
460799	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO	18349910000140
460476	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI	13988316000185
460477	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIPE	13796289000149
460478	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIRA	13697206000164
460631	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS	08111338000122
460720	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDO	08086662000138
460479	PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIE	13894878000160
460767	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERUMENHA	06554109000157
460480	PREFEITURA MUNICIPAL DE JQUIRICA	13764659000166
460481	PREFEITURA MUNICIPAL DE JITAUNA	14205686000161
460482	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO COSTA	01612580000130
460713	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES	12262739000150
460483	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO SERIDO	09084054000157
460484	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA	13717277000181
460485	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARI	13657937000186
460486	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAIETE COUTINHO	14205959000178
460487	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGEDO DO TABOCAL	16434441000131
460488	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO ACU	01612544000177
460489	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS	16901381000110
460637	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	01598548000148
460490	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDAO	13785670000102
460778	PREFEITURA MUNICIPAL DE LANDRI SALES	06554117000101
460753	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVANDEIRA	01618402000117
460704	PREFEITURA MUNICIPAL DE LENCOIS	14694400000159
460667	PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO	08738916000155
460725	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRECIA	08349045000188
460491	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO	04214419000105

	MAGALHAES	
460492	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACARANI	13751540000159
460493	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACURURE	14217343000117
460665	PREFEITURA MUNICIPAL DE MADEIRO	01612586000108
460494	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHAES DE ALMEIDA	06988976000109
460607	PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA	09151861000145
460712	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMIDIO	06554125000140
460495	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDAO	13348529000142
460783	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAJA DO SENA	01555070000179
460496	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU	13848973000127
460497	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCIONILIO SOUZA	13765219000123
460671	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE	06554133000196
460651	PREFEITURA MUNICIPAL DE MASCOTE	13818018000147
460498	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS CARDOSO	25209115000111
460788	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURILANDIA	25064015000144
460499	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI	07655269000155
460500	PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDEIROS NETO	13786520000113
460501	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA	18017376000174
460502	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR	06140818000196
460503	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA	13913371000106
460504	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE	13113287000108
460744	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE	08924011000170
460684	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIROPOLIS	12251450000136
460505	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARA	13798574000107
460506	PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO	16445876000181
460630	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA	13796461000164
460507	PREFEITURA MUNICIPAL DE MURITIBA	13828504000146
460508	PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE	18398974000130
460509	PREFEITURA MUNICIPAL DE NILO PECANHA	13758313000155
460510	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARE	01612592000165
460511	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAA	13858675000118
460512	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA DO PIRIA	84263862000105
460513	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIA	32697583000148
460780	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IORQUE	05303565000161
460705	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA	00001602000163
460633	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA	08739930000173
460514	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENCAO	16245334000165
460644	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	01612599000187
460515	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SOURE	13904420000144
460516	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VICOSA	13761531000149
460517	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE	16255077000142
460518	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TRIUNFO	16298945000171
460612	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D AGUA	08944076000187
460653	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO DAGUA DO CASADO	12350146000146
460623	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDINA	13647854000106
460717	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVENCA	12257762000157
460519	PREFEITURA MUNICIPAL DE OUREM	05149133000148
460748	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VELHO	08872459000197
460520	PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLANDIA	16444150000124

460521	PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA	13112222000148
460522	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAJEU DO PIAUI	01612602000162
460523	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMACIA	07711666000105
460655	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS	10215176000114
460716	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ	08084691000160
460524	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM	08876104000176
460525	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS	06029524000191
460723	PREFEITURA MUNICIPAL DE PE DE SERRA	13232913000185
460766	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA	10106227000170
460526	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL	18414565000180
460660	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE	08113896000127
460527	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAO	13648241000193
460695	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS	06554893000101
460661	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBACU	13908710000166
460528	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTOPOLIS	01612481000159
460529	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO NORTE	13071220000158
460765	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUE	25063942000140
460530	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPA	13694658000192
460662	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU	08916785000159
460000	PREFEITURA MUNICIPAL DE POCOES	14242200000165
460531	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO	06554414000149
460746	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	33254558000152
460002	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE PMPA	92963560000160
460759	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA	13131982000100
460532	PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRAGUA	13752191000190
460533	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA	09074113000106
460534	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRES TANCREDO NEVES	13071253000106
460535	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS	06124739000191
460688	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA	08290223000142
460536	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE	13698782000126
460785	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPA	10145225000190
460537	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHAO DAS NEVES	14100747000126
460538	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHAO DO JACUIPE	14043269000160
460732	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO	25063926000157
460539	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL	13809397000109
460750	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEICAO	33262536000134
460540	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS	14263859000106
460796	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA	04144176000178
460541	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO	41479569000169
460787	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO	12264248000149
460542	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM	18349944000134
460543	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA	13743281000114
460544	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA	18347401000188
460769	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMPAIO	25086828000135
460752	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARO	11044906000124
460546	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ	08999690000146
460547	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRALIA	13635008000176
460548	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA VITORIA	14147912000103
460549	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DE MINAS	18279075000119
460550	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHAO	01612632000179

460806	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE MINAS	01613395000160
460552	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZ	06554398000194
460553	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA	09090689000167
460554	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITO	13912506000119
460555	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO	18347419000180
460556	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSI	13880711000140
460557	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA	88546890000182
460558	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA	13693650000101
460559	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SAO FRANCISCO	32846347000146
460658	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	08088247000113
460560	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM	01613283000100
460760	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM NOVO	05149182000180
460561	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO	14222566000172
460679	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DO MARANHAO	01612671000176
460635	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA	88814199000132
460562	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JE	13825476000103
460652	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO NORTE	08114514000180
460790	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DE ODIVELAS	05351614000131
460563	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DESIDERIO	13655436000160
460564	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO COR	16430951000130
460565	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO	22679153000140
460566	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO MARANHAO	06089163000179
460751	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA	10249241000122
460567	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DO GURGUEIA	01612607000195
460568	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DOS CAMPOS	14060602000149
460569	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA LAGOA	01612494000128
460570	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA PONTE	16928483000129
460738	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DAS MISSOES	01612486000181
460782	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	05854534000107
460692	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO MANHUACU	66232521000182
460715	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SABUGI	08095960000194
460571	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA VITORIA	16429268000183
460656	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DE PRINCESA	01612684000145
460791	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO DIVINO	18404988000110
460730	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO GOIABAL	18402552000191
460701	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO JACUIPE	16443632000160
460735	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO SABUGY	08883217000107
460605	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO PIAUI	41522095000190
460683	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	06460018000152
460575	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MAMEDE	08922718000147
460576	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAMA	05193073000160
460781	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	00766733000131
460577	PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINA	01611895000163
460578	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDE	14197628000133

460579	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS	01612805000159
460580	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO LARANJEIRAS	13982616000157
460681	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUSA	08449571000110
460628	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERIDO	08916124000123
460646	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SAO BENTO	08146680000168
460583	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO RAMALHO	16417784000198
460620	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE	08891830000168
460772	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHAO	01612626000111
460648	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA	13845086000103
460584	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLANDIA	14196703000141
460585	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO DO QUINTO	13452958000165
460792	PREFEITURA MUNICIPAL DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	00766717000149
460586	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO	16444804000110
460616	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE	08919425000100
460608	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDAO	10348050000118
460587	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	08999674000153
460758	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHAO	01612338000167
460588	PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VE	13655659000128
460589	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROA	08749525000136
460590	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENORIO	01612649000126
460591	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLANDIA	14196042000154
460592	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA	13824511000170
460613	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU	01622882000190
460714	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON	06115307000114
460721	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO	13119300000136
460724	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUNHAEM	10167310000159
460654	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO	13810312000102
460593	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARETAMA	11358124000160
460594	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTOIA	06218572000128
460595	PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ	13698758000197
460596	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAITABA	16137309000168
460597	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATA	14235253000159
460598	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA	13672605000170
460599	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUI	06985832000190
460600	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA	14235899000136
460601	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA ALEGRE	07539273000158
460602	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA DA ROCA	13896758000100
460603	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZELANDIA	18017467000100
460696	PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENCIA	10168235000140
460801	PREFEITURA MUNICIPAL DE WAGNER	14694517000132
460604	PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE XIQUE	13880257000127
110052	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	00394411000109
110198	SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORACAO PUBLICACAO SEEP	00530279000549
110197	SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA PRODASEN	00530279000468
110080	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO	33683111000107
110131	SERVICO RED DE PROCESSAMENTO DE DADOS	33683111000107
110054	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS SUFRAMA	04407029000143
110132	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS SUSEP	42354068000119

110137	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	04931713000120
110081	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	10890804000167
110056	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO UNIRIO	34023077000107
110191	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	24098477000110
110168	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	00394445009079
110169	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINHA GRANDE	05055128000176
110170	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	01567601000143
110171	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	21040001000130
110172	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	21195755000169
110173	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	22078679000174
110149	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	17217985000104
110150	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNANBUCO	24134488000108
110142	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	34792077000163
110176	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83899526000182
110177	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	95591764000105
110178	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	60453032000174
110153	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	25648387000118
110179	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07272636000131
110151	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	32479123000143
110183	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	34621748000123
110181	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	75095679000149
110200	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA UFRB	07777800000162
110201	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	33663683000116
110186	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	24365710000183
110185	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92969856000198
110187	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRINGULO MINEIRO	25437484000161
110188	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28523215000106
110189	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	00394445010751
110190	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	00394445010832
110199	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI ARIDO	24529265000140
110133	VALEC ENGENHARIA CONSTRUCOES E FERROVIAS	42150664000349
110134	VICE PRESIDENCIA DA REPUBLICA	00394411000290

## ATENDIMENTO AOS COTISTAS

O Regulamento, o Prospecto, o histórico de performance do Fundo e informações adicionais desejadas podem ser obtidas pelos Cotistas nos endereços listados abaixo. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões também podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora.

**Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar, Centro  
CEP 20159-900, Rio de Janeiro – RJ  
Site eletrônico: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA**

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo - 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo  
Responsável Sr. José Carlos da Silva  
Site eletrônico: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)

**Banco ABN AMRO Real S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.374, 3º andar, São Paulo- SP  
Responsável Sr. Ciro Giannini  
Site eletrônico: [www.bancoreal.com.br](http://www.bancoreal.com.br)

**Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA**

Rua XV de Novembro, nº 275  
São Paulo – SP  
Site Eletrônico: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

**CETIP – Câmara de Liquidação e Custódia**

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
São Paulo – SP  
Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
Site eletrônico: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

## INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO MATONE S.A.

### Histórico

O Banco Matone tem a sua origem em 1968, com a constituição da Divalvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA, a primeira distribuidora do gênero a ser constituída no Rio Grande do Sul, com foco em pessoas físicas e pessoas jurídicas de pequeno e médio porte. Em 1988, a empresa alterou a sua denominação social para Matone Distribuidora, a qual, em julho de 1989, é transformada no Banco Matone, banco múltiplo com carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com atuação nas áreas de open market, CDB e créditos a pessoas físicas e jurídicas. Na área de crédito, os primeiros 10 anos de atuação foram dedicados ao segmento de pessoas jurídicas, através de linhas especiais para financiamentos e capital de giro, bem como desconto de cheques e duplicatas.

Em 1997, com a criação do Credimatone – uma linha de crédito pessoal popular e pulverizado – o Banco Matone inicia as operações de crédito junto às pessoas físicas. O produto foi pioneiro na aprovação de crédito pelo telefone, tendo grande aceitação no mercado gaúcho. Uma das principais vantagens competitivas desta estrutura residia no atendimento rápido e simplificado, garantido por sistemas de informação e aprovação de crédito totalmente interligados, respaldados por uma central única de atendimento e um moderno sistema de call center de acesso regionalizado. A expansão deste produto se deu por via da Credimatone S.A., controlada pelo Banco Matone, e também pela rede de correspondentes credenciados.

Em julho de 2003, foi conferida ao Banco Matone a certificação da BS 7799. Esta certificação é uma referência normativa de reconhecimento mundial, concedida pela Det Norske Veritas – DNV, que atestou ao Banco Matone padrões internacionais de excelência na gestão da segurança da informação, reconhecendo na instituição plena capacidade em preservar e manter a segurança, a confidencialidade, a integridade e a correta disponibilidade das informações vinculadas à concessão de crédito. Esta certificação posicionou o Banco Matone como o único banco no Brasil a fazer parte de um seleto grupo mundial de empresas a possuírem tal distinção operacional.

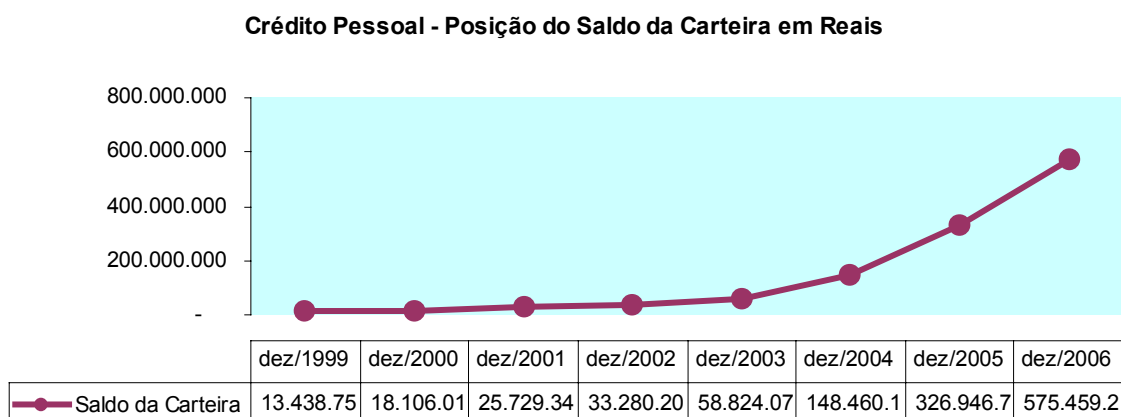
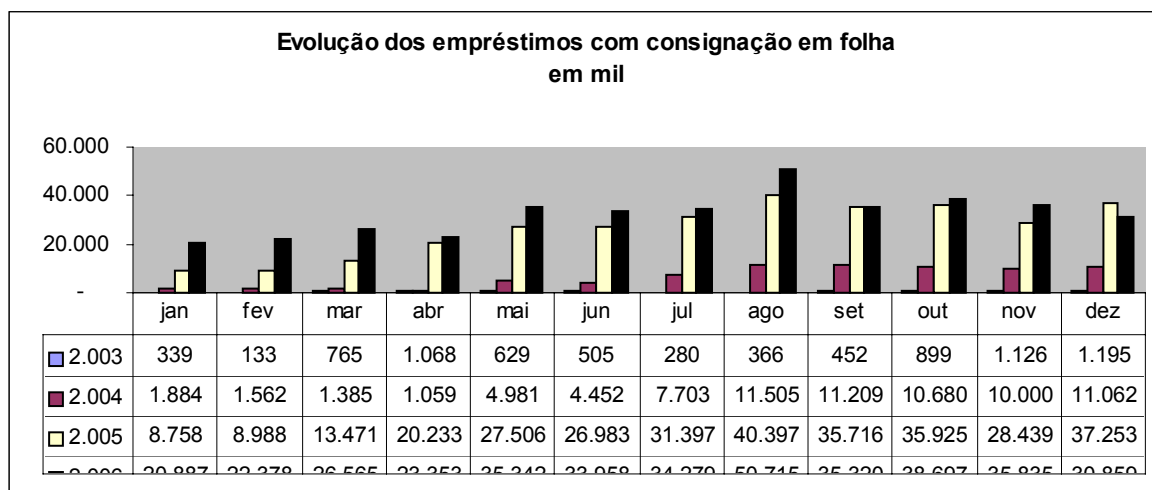
No ano de 2003 tiveram início as operações de empréstimos consignados a servidores públicos. Nesse ano, tais operações partiram de um volume mensal de R\$ 350.000 e atingiram R\$ 1.200.000. Em 2004 o volume de operação chegou ao nível de R\$ 11.500.000/mês, evoluindo para uma média mensal de R\$ 26.254.826 no ano de 2005 e de R\$ 32.350.000 no ano de 2006. No mês de agosto de 2006, o volume emprestado chegou a R\$ 50.715.000.

A quantidade de clientes de empréstimos para desconto em folha de pagamento evoluiu de 6.500 no mês de junho de 2004 para 20.700 no mês de dezembro. No encerramento dos exercícios de 2005 e de 2006 esse número atingiu, respectivamente, 80.400 e 127.400. Estes números mostram tanto a evolução do volume de operações neste segmento, quanto a pulverização dos créditos, uma política adotada pelo Banco para minimizar o risco de inadimplência.

No portfolio de créditos consignados destacam-se as operações direcionadas aos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, aos funcionários federais de diversos órgãos, e a funcionários

estaduais e municipais, além do credenciamento para concessão de empréstimos destinados a aposentados e pensionistas do INSS.

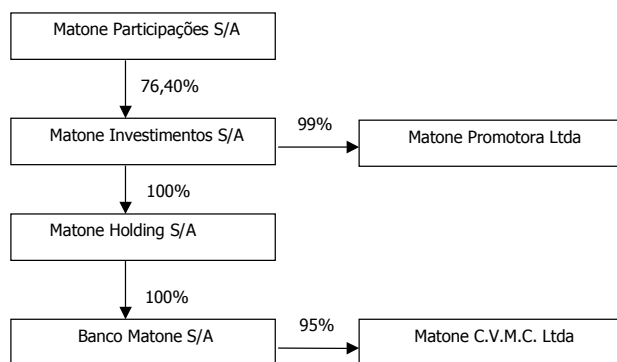
A tabela e o gráfico a seguir evidenciam a evolução das operações do Banco em relação ao crédito consignado:



## Controle Acionário

O Banco Matone é subsidiária integral da Matone Holding S.A., a qual, por sua vez, é integralmente controlada pela Matone Investimentos S.A. O demonstrativo a seguir evidencia as respectivas participações societárias do conjunto de empresas ligadas ao Matone:

### DEMONSTRATIVO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS



As sociedades que compreendem o conjunto de empresas ligadas ao Banco Matone atuam, principalmente, nos setores financeiro e de participações. Em novembro de 2006 o Patrimônio Líquido consolidado do referido conjunto de empresas atingiu a soma de R\$ 38.093.562,19 e a respectiva Receita Bruta consolidada totalizou R\$ 178.285.599,84

## Instrumentos de Captação

Para realizar as suas operações de crédito, o Banco utiliza como fonte de recursos financeiros a captação por meio de depósitos a prazo com emissão de CDB e, ainda, por meio da realização de operações de cessão de créditos para outras instituições financeiras e para fundos de investimentos em direitos creditórios.

## Perspectivas em Relação aos Negócios

O Banco manterá como foco principal dos negócios a expansão no segmento do crédito consignado, mediante a abertura de novas frentes representadas por convênios, além dos já existentes, voltados à concessão desses créditos para funcionários públicos federais, estaduais e municipais, além dos aposentados e pensionistas do INSS e dos militares das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

## Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas do Banco Matone, inclusive com as respectivas notas explicativas, parecer dos auditores independentes e relatório da administração, estão contidas no anexo V deste Prospecto.

## **ANEXOS AO PROSPECTO**

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DO FUNDO**

## **REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO MATONE DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**

O “**FUNDO MATONE DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações dadas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da CVM, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

### **1. OBJETO**

1.1 O “**FUNDO MATONE DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**”, doravante designado “Fundo”, tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Matone a Devedores, cujo pagamento é efetuado por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamento.

1.2 Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

### **2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se amortizações.

### **3. PRAZO DE DURAÇÃO**

3.1 O Fundo tem prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir da data de concessão do registro automático de que trata o artigo 8º da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de Cotistas.

### **4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA**

4.1 O Fundo é administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 00.066.670/0001-00 autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento.

4.2 Foi contratada pela Instituição Administradora, às suas expensas, para a prestação do serviço de gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da

Instrução CVM nº 356/01, a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares, Bela Vista, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001-44 .

4.3 A Instituição Administradora declara que não se encontrara em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante e a Gestora pelo fato das respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. A Instituição Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Instituição Administradora, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

## **5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações e vedações estabelecidas neste Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas na legislação pertinente:

i) celebrar os Documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores e Auditor Independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;

ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, quando entender que o Custodiante, ou o subcontratado deste, não o fizer a contento, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;

iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos;

iv) tomar as providências necessárias para que o preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo reflitam as condições de mercado e o risco de crédito associado, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo;

v) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;

vi) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites, índices e critérios referidos neste Regulamento, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Amortização e Resgate, nos termos dos itens 10.2 e seguintes, 16.1, 18.2.1 e seguintes e 10.4.1 deste Regulamento;

vii) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Matone e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão;

viii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:

- a) substituição do Auditor Independente ou do Custodiante;
- b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
- c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;

ix) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante, pelo Matone e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;

x) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;

xi) divulgar aos Cotistas eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento de tal informação;

xii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Matone ou do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar assembléia para decidir pela substituição do Custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo; e

xiii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, em cada DVP a Relação Mínima, a Alocação de Investimento Mínima e a Reserva de Amortização e Resgate.

## **6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

6.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, a título de taxa de administração, o maior valor entre (i) o percentual anual fixo de 0,40% (quarenta centésimos por cento) calculado a cada dia útil à base de 1/252 da porcentagem referida sobre o valor do PL, no dia útil imediatamente anterior, e cobrado mensalmente no primeiro dia útil de cada mês e, (ii) o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês, sendo que para os primeiros 6 (seis) meses, contado da data da primeira Data de Subscrição Inicial, e para os últimos 6 (seis) meses do funcionamento do Fundo, este valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês.

6.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no artigo 56 da Instrução nº 356/01, da CVM, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

6.4 Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

6.5 O valor expresso em reais disposto no item 6.1 acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado da Data de Subscrição Inicial de Cotas Seniores ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

## **7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

7.1 A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

7.1.2 Os Cotistas reunidos em assembléia geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

7.2 Na hipótese de deliberação da assembléia geral pela substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, ou (ii) até que seja contratada outra instituição para substituí-la.

7.3 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva assembléia geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

## **8. SERVIÇO DE CUSTÓDIA**

8.1 A Instituição Administradora contratou, às suas expensas, para a prestação de serviços de controladoria do Fundo, bem como o exercício da atividade de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.746.948/0001/12, para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria de ativos do Fundo.

8.2 Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria quadrimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

8.2.1 A verificação referida no item 8.2 acima será realizada quadrimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade do Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada. de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

8.2.2 A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do 8.2.1 acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$		$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

$E_o$  = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

$N$  = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis)

8.2.2.1 A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população ( $N$ ) pelo tamanho da amostra ( $n$ ), obtendo um intervalo de retirada ( $k$ ); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada  $k$  elementos, retira-se um para a amostra.

8.2.2.2 A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.

8.2.3 O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

8.2.4. Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

8.3 O Matone, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mariante, nº 25, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.894.922/0001-08, foi contratado às expensas do Custodiante (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios.

8.3.1 O Matone poderá subcontratar, sem qualquer custo adicional ao Fundo, à Instituição Administradora ou ao Custodiante, outras empresas para (i) efetuar a guarda física da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade como fiel depositário; e (ii) efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, em nome do Fundo, dos Direitos Creditórios inadimplidos.

8.3.2 A contratação do Matone, conforme descrita no item 8.3 acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM.

8.4 Desde que previamente aprovado pela assembléia geral de Cotistas, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

8.4.1 Na hipótese de os Cotistas reunidos em assembléia geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo.

8.4.2 Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto na cláusula 7 acima.

8.5 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

## **9. SERVIÇO DE ESCRITURAÇÃO DE COTAS DO FUNDO**

9.1 O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.746.948/0001/12, foi contratado pela Instituição Administradora para prestar serviços de escrituração de Cotas do Fundo, devendo efetuar e manter atualizados todos os registros dos titulares das Cotas do Fundo no respectivo livro de Cotistas.

## **10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

10.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos pessoal com consignação em benefícios ou folha de pagamento a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário da União dos Estados ou dos Municípios.

10.2 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios cuja consignação seja efetuada por Consignantes listados no Anexo VI do Contrato de Cessão ou que se enquadrem ao disposto no item 10.2.2, e desde que observados os critérios e limites em relação à totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo abaixo estabelecidos:

- i) até 100% (cem por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos civis, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, excluindo-se os aposentados e beneficiários do INSS;
- ii) até 100% (cem por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos militares, aposentados e pensionistas que recebam recursos do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha; e
- iii) até 30% (trinta por cento) em créditos a serem consignados de pagamentos a servidores públicos civis e militares, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observando-se o disposto nos itens 10.2.1 e 10.2.1.1 abaixo.

10.2.1 O valor dos Direitos Creditórios consignados pelo Distrito Federal, por cada Estado e por cada Município que seja capital de seu Estado poderá representar até 5% (cinco por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo.

10.2.1.1 O valor dos Direitos Creditórios consignados pelos Municípios que não sejam capitais de seus Estados poderá representar até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo.

10.3 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu PL em Direitos Creditórios.

10.4 Observado o disposto no item 10.3 acima, o Fundo pode aplicar o remanescente de seu PL, sem limites de concentração além dos definidos neste Regulamento, exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em cotas classificados como referenciado DI ou renda fixa, conforme definidos na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, que busquem tratamento tributário de longo prazo, de acordo com a definição constante da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e cuja liquidação de resgates seja feita no mesmo dia de sua solicitação.

10.4.1 A qualquer tempo o Fundo deverá manter, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seu PL alocado nos ativos descritos no item 10.4 acima.

10.5 É facultado ao Fundo realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados nos subitem 10.4 (i) e (ii) acima.

10.6 O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo, ainda que essas operações venham a representar mais do que 20% (vinte por cento) do PL.

10.7 O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- iii) aplicação em cotas do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS; e
- iv) operações com derivativos.

10.8 Observada a composição e enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, o Fundo pode, na composição de sua carteira, ter o restante de seu PL aplicado em Direitos Creditórios.

10.9 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente na cláusula 17 abaixo, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

## **11. CONDIÇÕES DE CESSÃO DOS CRÉDITOS**

11.1 Em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o Matone deverá observar, cumulativamente, as seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Matone cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e devam ser amortizadas mensalmente;
- ii) o pagamento dos Direitos Creditórios, por parte dos Devedores, deve ser efetuado por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamento devidamente autorizada pelo respectivo Devedor;
- iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Contratos de Mútuo que não apresentem, no momento de sua aquisição pelo Fundo, mais de 2 (duas) parcelas consecutivas vencidas e não pagas;
- iv) os Direitos Creditórios deverão ser originários de empréstimos concedidos pelo Matone a Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 79 (setenta e nove) anos, observando-se a exceção prevista no item 11.2 abaixo;
- v) somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios cuja autorização para consignação possa ser cancelada pelo Devedor apenas com a aquiescência do

Matone, e desde que tal restrição seja expressamente admitida pela legislação aplicável;

- vi) o Fundo poderá ter no máximo o valor contábil agregado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em Direitos de Crédito vinculados a Contratos de Mútuo cuja homologação/averbação do empréstimo, perante o Consignante, seja formalizada por meio não eletrônico ou automático;
- vii) os Direitos Creditórios devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;
- viii) os Direitos Creditórios devem ser líquidos, certos e estarem corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos; e
- ix) os Direitos Creditórios, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não podem ter sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo desconto em folha junto aos Consignantes.

11.1.1 O Matone desde já se obriga a recomprar os Direitos Creditórios cuja homologação/averbação do Contrato de Mútuo que lhe deu origem não ocorra em até 30 (trinta) dias contados da respectiva cessão ao Fundo.

11.2 É admitida a aquisição de Direitos Creditórios originários de empréstimos a Devedores com mais de 79 (setenta e nove) anos que estejam segurados por seguradora(s) admitida(s) pela Agência Classificadora de Risco, nos termos do item 11.2.1 abaixo.

11.2.1 Para que possam ser adquiridos Direitos Creditórios nos termos do item 11.2 acima, a Agência Classificadora de Risco deverá, por meio de notificação à Instituição Administradora: (i) informar que a classificação de risco das Cotas Seniores não será afetada negativamente se o Fundo adquirir Direitos Creditórios originários de empréstimos a Devedores com mais de 79 (setenta e nove) anos segurados pelas seguradoras por ela expressamente admitidas; e (ii) indicar a relação de seguradoras admitidas para fins do disposto no subitem (i) acima.

11.3 Sem prejuízo do disposto nos itens 10.2, 10.2.1 e 10.2.1.1 acima, será admitida a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios consignados por Novo Consignante, observando-se a restrição estabelecida no item 11.3.1 abaixo. Para tanto, o Matone deverá encaminhar carta à Instituição Administradora solicitando que Direitos Creditórios consignados pelos Consignantes indicados na carta possam ser adquiridos pelo Fundo.

11.3.1 O valor dos Direitos Creditórios consignados por cada Novo Consignante que se enquadre no item 11.3 não poderá representar mais 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo. Um Novo

Consignante poderá ser classificado como Consignante, com a correspondente inclusão no Anexo VI do Contrato de Cessão, mediante a observância do disposto no Anexo II deste Regulamento.

11.3.2 Em até 1 (um) dia útil após a admissão de Consignantes não listados no Anexo VI do Contrato de Cessão, nos termos do item 11.3 e 11.3.1 acima, a Instituição Administradora deverá informar o fato ao Matone e ao Custodiante, por meio de fax seguido de carta com aviso de recebimento.

11.3.3 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de Consignantes não listados no Anexo VI do Contrato de Cessão depois de transcorrido o prazo de 7 (sete) dias úteis contado do envio ao Custodiante, pela Instituição Administradora, da carta com aviso de recebimento referida no item 11.3.2 acima.

11.4 O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não está obrigado a verificar as Condições de Cessão descritas acima.

## **12. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

12.1 Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusivamente e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de Contratos de Mútuo a Devedores cujos Consignantes estejam listados no Anexo VI do Contrato de Cessão ou em relação aos quais o Custodiante tenha sido informado, nos termos dos itens 11.3.2 e 11.3.3;
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá violar os limites de concentração estabelecidos nos itens 10.2, 10.2.1, 10.2.1.1 e 11.3.1;
- iii) o valor desembolsado pelo Fundo para aquisição das parcelas de um mesmo Devedor não poderá ser superior a R\$90.000,00 (noventa mil reais);
- iv) as parcelas dos empréstimos não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série emitida, nem poderão ter prazo de vencimento inferior a 15 (quinze) dias; e
- v) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo.

12.2 Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, o Matone ou o Custodiante, salvo se comprovada má-fé ou dolo das partes.

### **13. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

13.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas abaixo. Tais características não consubstanciam critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios, estando sujeitas a alterações a qualquer tempo.

13.2 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de Contratos de Mútuo que contenham cláusula de autorização para consignação em benefício ou em folha de pagamento, ou que estejam acompanhados de instrumento específico em que consta referida autorização.

13.3 Os Devedores dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são necessariamente vinculados a Consignantes. Estes mantêm convênios prevendo a consignação em benefícios ou folha de pagamento das parcelas de empréstimos devidas pelos Devedores.

13.3.1 Anteriormente à celebração de tais convênios, o Matone procede à sua análise de crédito, com base nos critérios descritos na cláusula 14 abaixo.

13.4 O contato com interessados em tomar empréstimos com desconto em benefício ou folha de pagamentos é feito pelo Matone diretamente ou através de seus Correspondentes.

13.4.1 Os Correspondentes são entidades de previdência complementar contratadas às expensas do Matone nos termos da Circular nº 206, de 31 de outubro de 2002, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN. Tais Correspondentes mantêm convênios próprios com Consignantes para consignação de parcelas de empréstimos.

13.4.2 As principais atribuições dos Correspondentes são:

- i) verificar no contracheque ou holerite do Devedor interessado se há Margem Consignável correspondente ao valor do empréstimo solicitado;
- ii) uma vez aprovado o crédito nos termos da cláusula 14 abaixo, providenciar que os Contratos de Mútuo e a autorização para desconto sejam devidamente assinados pelos Devedores;
- iii) receber e encaminhar ao Matone as informações e documentos dos Devedores; e
- iv) na hipótese de homologação manual, providenciar que os holerites ou contracheques dos Devedores sejam carimbados com indicação da contratação do empréstimo, para evidenciar que a Margem Consignável estará limitada até a liquidação da dívida; na hipótese de homologação eletrônica, providenciar a averbação do valor referente às parcelas dos Contratos de Mútuo nos respectivos programas eletrônicos.

13.5 Em razão dos convênios com Consignantes, Matone e seus Correspondentes recebem em suas respectivas contas as parcelas dos empréstimos descontadas da remuneração dos Devedores. Até que efetuem o repasse dos valores que receberem, Matone e Correspondentes assumem condição de fiéis depositários das parcelas relativas os aos Direitos Creditórios do Fundo.

13.6 Ressalte-se, por fim, que o Consignante, seja nos Convênios com o Matone seja naqueles com os Correspondentes, não é co-responsável pelos compromissos pecuniários assumidos pelo Devedor. Suas principais obrigações se restringem a (i) verificação da Margem Consignável do Devedor; (ii) registro dos valores consignados no holerite ou contracheque do Devedor, ou no sistema eletrônico correspondente; e (iii) repasse mensal das prestações dos empréstimos devidas pelos Devedores que lhe são vinculados.

#### **14. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

14.1 Os critérios de análise de créditos dos Consignantes e a política de concessão de crédito adotada pelo Matone seguem descritos abaixo.

14.1.1 Antes de celebrar convênio para consignação de parcelas de empréstimo em benefício ou folha de pagamento com os Consignantes, o Matone efetua análise de aspectos financeiros, operacionais e jurídicos a estes relacionados, objetivando precaver-se de problemas com a inadimplência dos Devedores e com eventual não repasse dos recursos ao Matone.

14.1.2 Nessa análise dos possíveis Consignantes, o Matone leva em conta o histórico de pagamento, observando, especialmente, o nível de inadimplência em relação à remuneração dos Devedores e a pontualidade dos pagamentos, que é requisito essencial para a celebração de convênios. Além disso, o Matone verifica o comportamento dos Consignantes em convênios que eventualmente já tenham firmado para fins de consignação, descartando aqueles que historicamente não efetuam de forma adequada o repasse das parcelas devidas pelos Devedores.

14.1.3 Em relação ao aspecto operacional, o Matone somente celebra convênios com Consignantes que façam controle da consignação por meio de sistema eletrônico compatível com os sistemas do Matone.

14.1.4 Na concessão dos empréstimos pelo Matone a Devedores, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de crédito, dos quais se destacam os seguintes:

i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Devedor se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus rendimentos; isto porque a consignação está limitada pela Margem Consignável do rendimento de cada Devedor, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados do solicitante do empréstimo, tais como, outras dívidas, pensões alimentícias etc.; o Devedor deve apresentar documentos que comprovem a existência de Margem Consignável, tais como os holerites dos meses anteriores ao pedido de empréstimo;

ii) cada empréstimo deve ter Valor Liberado mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e Valor Liberado máximo de R\$90.000,00 (noventa mil reais); e

iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 6 (seis) meses, e de no máximo 60 (sessenta) meses.

14.1.5 Uma vez aprovado o crédito, o valor é depositado diretamente na conta do Devedor solicitante do empréstimo.

## **15. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

15.1 A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será efetuada pelo Matone, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. A cobrança também poderá ser efetuada pelos Correspondentes ou por prestadores de serviços subcontratados pelo Matone. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- i) o Consignante desconta do montante a ser recebido pelo Devedor, no respectivo mês, o valor referente à parcela do empréstimo vencida no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Matone ou aos Correspondentes que em seguida repassam ao Matone, conforme o caso, por meio do banco utilizado pelo Consignante;
- iii) a regularidade dos pagamentos dos empréstimos é verificada pelo Matone ou, conforme o caso, por seu Correspondente, na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Consignantes;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Matone questiona os Correspondentes ou os Consignantes sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
- v) nos casos de depósitos feitos pelos Consignantes em conta dos Correspondentes, estes repassam os valores recebidos ao Matone no dia do vencimento das respectivas parcelas dos Contratos de Mútuo; e
- vi) nos casos de depósitos feitos pelos Consignantes ou Correspondentes na conta do Matone, o repasse ao Fundo ocorre no prazo máximo de 1 (um) dia útil do recebimento.

15.2 O procedimento adotado pelo Matone para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir:

- i) caso o Devedor do empréstimo tenha-se desligado do Consignante, o Matone busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar da seguradora, conforme condições constantes na respectiva apólice; na eventualidade de a seguradora não cumprir com as suas obrigações, ou de inexistir seguro, cobrar-se-á do espólio;
- iii) se a causa da inadimplência é redução prolongada de Margem Consignável, em caso de o Devedor assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação ao empréstimo (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova Margem Consignável do Devedor; toda e qualquer renegociação, refinanciamento ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Instituição Administradora; e
- iv) os Direitos Creditórios que tenham quaisquer parcelas inadimplidas poderão ser recomprados pelo Matone, a critério da Instituição Administradora, desde que, considerada *pro forma* a alienação dos Direitos Creditórios, o Fundo atenda a todos os parâmetros e relações definidas neste Regulamento; a recompra deverá ser realizada pelo valor de registro do Direito Creditório na carteira do Fundo, acrescido das multas e juros previstas no respectivo Contrato de Mútuo.

15.2.1 O Matone, na qualidade de agente cobrador, é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios do Fundo, inclusive inadimplentes, sem que seja devida qualquer contraprestação.

## **16. GATILHOS DE DESEMPENHO**

16.1 A cada DVP, ou seja, no 10º (décimo) dia útil de cada mês, a Instituição Administradora deverá calcular o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior, conforme indicado abaixo:

- i) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência acima de 30 (trinta) dias seja superior a 15% (quinze por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos há mais de 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total Direitos Creditórios vincendos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 18% (dezoito por cento) por uma única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar uma assembléia geral;
- ii) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 90 (noventa) dias seja superior a 8% (oito por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos e não há mais de 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total Direitos Creditórios vincendos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 10% (dez por cento) por uma

única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar a assembléia geral; e

- iii) caso a média móvel de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 180 (cento e oitenta) dias seja superior a 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) (definido como o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total Direitos Creditórios vincendos no mês), o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos ou exceda a 7% (sete por cento) por uma única vez, a Instituição Administradora deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação e convocar a assembléia geral.

## **17. FATORES DE RISCO**

17.1 O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

### **17.2 Riscos de Mercado**

17.2.1 Flutuação de Preços em Virtude de Fatores de Mercado – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos a seus Cotistas.

17.2.2 Descasamento de Taxas – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores. A Instituição Administradora, o Custodiante, os Cedentes, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

### **17.3 Risco de Crédito**

17.3.1 Fatores Macroeconômicos – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver

o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, com possíveis reflexos negativos nos resultados do Fundo e, eventualmente, na rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.2            *Desligamento do Devedor* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão pagos por meio de desconto pelo Consignante na remuneração do Devedor. O desconto não será possível caso o Devedor que seja servidor público se desligue ou seja desligado de seu cargo ou função. Nessa hipótese, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, a Instituição Administradora deverá adotar procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Referida alteração no procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.3            *Morte do Devedor* – A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha de pagamento das parcelas do empréstimo, respondendo pelo saldo devedor do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído e conseqüente redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.3.1          *Contratação de Seguro por Morte* – Para mitigar o risco de inadimplência, o Matone pode contratar seguro de vida no caso de morte do Devedor para liquidação de parcela dos Contratos de Mútuo que será cedida ao Fundo. Não obstante, mesmo nesses casos, é possível que a seguradora não cumpra sua obrigação de pagamento, ou o faça com atraso, o que poderia reduzir a rentabilidade das Cotas do Fundo.

17.3.4            *Decisão Judicial Desfavorável* – A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo de longo prazo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não exista margem para o parcelamento, é possível que o Fundo não receba o montante devido, ou o receba somente com atraso. Havendo isso, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente.

17.3.5            *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, porém, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Ressalte-se, ainda, que os Direitos Creditórios de baixo valor não são objeto de cobrança judicial, pois os custos de cobrança não compensam. Assim, a cobrança dos valores inadimplidos por outros meios que não a consignação em folha de pagamento poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.6            *Repasse do Consignante* – Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague a valor devido aos Devedores, não serão repassados ao Fundo os recursos relativos aos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente a remuneração aos Devedores, a capacidade

destes de saldar seus débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo e na rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.7 *Risco de Investimento em Outros Ativos* – É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa dias) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, ou em cotas de fundos de investimento. Posteriormente aos referidos 90 (noventa) dias, o investimento em referidos ativos poderá representar até 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrarem seus compromissos, ou ainda se a rentabilidade do fundo de investimento for inferior à esperada, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

17.3.8 *Política de Concessão de Crédito do Cedente* – O Cedente não efetua a análise de crédito dos Devedores, mas apenas dos Consignantes, na forma descrita na cláusula 14 acima. Para a celebração de empréstimos, o Cedente verifica se há margem consignável para o respectivo Devedor, sem considerar outros elementos que eventualmente possam afetar o risco de crédito do Devedor. Tal fato poderá afetar negativamente os resultados do Fundo, na hipótese de impedimento ou impossibilidade de realização do desconto em folha, obrigando o Fundo a receber o pagamento pelos Direitos Creditórios diretamente dos Devedores.

#### 17.4 Risco de Liquidez

17.4.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá de fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar sua venda ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

17.4.2 *Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de direitos creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo e redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

17.4.3 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 27 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco

de deságio capaz de comprometer o patrimônio do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

## 17.5 Riscos Específicos

### 17.5.1 Riscos Operacionais

17.5.1.1 *Processamento Interno dos Consignantes, Correspondentes e Matone* – A consignação em folha de pagamento das parcelas referentes aos Direitos Creditórios e o repasse de tais parcelas pelos Consignantes, Correspondentes e Matone, conforme o caso, são processados por sistema interno de controle, não tendo a Instituição Administradora ingerência sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema dos Consignantes, Correspondentes ou Matone poderia atrasar ou reduzir o desconto da remuneração dos Devedores, ou repasse dos respectivos valores ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir a falha no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente consignados e repassados.

17.5.1.2 *Averbação dos Empréstimos junto aos Consignantes* – Nas operações em que são utilizados os convênios entre Consignantes e Correspondentes, estes são responsáveis pela averbação dos empréstimos nos sistemas daqueles, para fins dos descontos. Há casos em que tal averbação pode ocorrer depois da liberação do crédito pelo Matone. Nessas situações, se os Correspondentes não conseguirem, por qualquer motivo, efetuar a averbação junto aos Consignantes, não poderão ser realizados os descontos na remuneração dos Devedores e os pagamentos dos empréstimos dependerão exclusivamente da iniciativa destes. Se os Devedores não saldarem os respectivos débitos, o fluxo de recursos para o Fundo será prejudicado, com possíveis impactos negativos em seu patrimônio e na rentabilidade das Cotas Seniores.

17.5.1.3 *Repasse dos Correspondentes* – Há operações de empréstimo em que os Correspondentes utilizam seus próprios convênios com os Consignantes para promover descontos. Nesses casos, as parcelas descontadas da remuneração dos Devedores são primeiramente recebidas pelos Correspondentes, transferidas ao Matone, e só então repassadas ao Fundo. Se, por qualquer motivo, os Correspondentes atrasarem ou não repassarem os valores recebidos ao Matone, ou ainda se o Matone não repassar os valores recebidos ao Fundo, este poderá ter seu patrimônio afetado negativamente e como consequência, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser reduzida.

17.5.1.4 *Repasse do Matone* – As parcelas consignadas da remuneração dos Devedores podem ser repassadas diretamente do Consignante para o Matone e só depois repassadas ao Fundo. Se, por qualquer motivo, o Matone atrasar o repasse dos valores recebidos ou não os repassar ao Fundo, este poderá sofrer perdas patrimoniais, e a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

17.5.1.5 *Falhas do Agente Cobrador* – A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Matone, dos Correspondentes e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a

inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Matone e agentes subcontratados poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, o que pode levar a perdas patrimoniais ao Fundo e à queda da rentabilidade das Cotas Seniores.

**17.5.1.6** *Risco Relativo à Auditoria da documentação relativa aos Direitos Creditórios* - O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade da documentação. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante, bem como quaisquer de suas Partes Relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores.

**17.5.1.7** *Falha na Segregação dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.* Enquanto o Agente de Cobrança for o Matone, ele será responsável pela segregação dos recursos provenientes dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais recursos recebidos em função de pagamentos de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos. O Custodiante e a Instituição Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destas falhas de segregação ou atrasos que das falhas resultarem.

## **17.5.2** Risco do Originador

**17.5.2.1** *Rescisão do Contrato de Cessão* - O Matone, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Matone com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como ao adimplemento da obrigação do Matone de ceder Direitos Creditórios ao Fundo, observada a possibilidade de os Cotistas deliberarem a alteração dos critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento em assembléia geral de Condôminos.

**17.5.2.2** *Cessão de Direitos Creditórios para Outros Fundos de Investimento; Possibilidade de Insuficiência de Direitos Creditórios para Cessão* - Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Matone. Contudo, o Matone não oferece quaisquer garantias no que diz respeito à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou a qualquer forma de prioridade ou preferência para adquirir Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Matone, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão ao Fundo ou a qualquer dos demais fundos de investimento referidos, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo. A impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios pode culminar na inexistência

de Direitos Creditórios em carteira, o que constituiria o Evento de Avaliação descrito no subitem 27.1.1(xviii) *abaixo*.

### 17.5.3 Outros

17.5.3.1 *Rompimento dos Convênios* – A consignação em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizada, conforme o caso, por convênios celebrados diretamente entre o Matone e os Consignantes, ou por contratos de correspondente celebrados entre o Matone e entidades de previdência complementar conveniadas aos Consignantes, denominadas Correspondentes. Tais convênios podem ser suspensos por alterações das normas autorizadoras da sua manutenção, o que pode ocorrer, por exemplo, por decisão de futuros administradores públicos eleitos. Se, em razão de alterações legislativas e/ou regulamentares os convênios forem rompidos, a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios (consignação em folha de pagamento) ficará comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até se mostrar, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais ao Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos relativos aos Direitos Creditórios.

17.5.4.2 *Risco de Concorrência* – O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, com correspondente aumento de instituições financeiras que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Matone, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para referido produto. Se isso ocorrer, poderá haver migração da clientela do Matone para instituições concorrentes, o que levaria à liquidação antecipada de parte dos Contratos de Mútuo já existentes, e/ou à redução do número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Matone. Na primeira hipótese, o Fundo teria perda de rentabilidade, porque o Devedor tem direito assegurado por lei à redução proporcional dos juros do Contrato de Mútuo. A redução da clientela, por sua vez, poderá ser tal que não haverá quantidade suficiente de Direitos Creditórios Elegíveis para a manutenção do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada.

17.5.4.3 *Interpretação da Legislação pertinente ao Desconto em Folha* – A consignação em benefícios ou na folha de pagamentos dos Devedores é disciplinada por inúmeras normas federais, estaduais e municipais. A validade e os efeitos dessas normas poderão, eventualmente, ser questionados em juízo por quaisquer dos Devedores. Caso o Poder Judiciário as considere inconstitucionais, inadequadas ou com conteúdo insuficiente para admissão do desconto de parcelas de empréstimo em folha de pagamento, as consignações poderão ser suspensas. Nesta hipótese, haveria necessidade de adoção de nova sistemática de cobrança dos respectivos Direitos Creditórios, que pode mostrar-se menos eficaz e/ou mais onerosa. Isto poderia, eventualmente, levar a perdas patrimoniais ao Fundo e à redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

17.5.4.4 *Intervenção ou Liquidação do Matone* – O Fundo e o Custodiante contrataram o Matone como agente de recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Matone e transferidos para o Fundo em até 1 (um) dia útil após o recebimento. Na hipótese de

intervenção no Matone, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano), o que afetaria a sistemática de cobrança, uma vez que os recursos transitam por conta corrente do Matone antes de serem transferidos ao Fundo. Em caso de liquidação extrajudicial do Matone, além dos riscos envolvidos na intervenção, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

17.5.4.5 *Intervenção ou Liquidação dos Correspondentes* – Nas operações de empréstimo em que os Correspondentes utilizam seus convênios de desconto em folha com os Consignantes, aqueles recebem os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios e devem repassá-los ao Matone, para que então sejam encaminhados ao Fundo. Os Correspondentes são entidades de previdência complementar e estão sujeitos à intervenção e liquidação extrajudicial. Ocorrendo tais situações, os recursos depositados nos Correspondentes poderiam ser bloqueados, com interrupção dos repasses ao Fundo. Referidos recursos somente seriam recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial, o que poderia afetar a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo.

17.5.4.6 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo será titular de conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, os recursos ali depositados serão bloqueados. É possível que a recuperação integral dos valores bloqueados, que deverá ser requerida por via judicial, não ocorra, ou ocorra tardiamente, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e o patrimônio do Fundo.

17.5.4.7 *Guarda da Documentação* – O Matone, na qualidade de fiel depositário e responsável pela guarda da documentação física relativa aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tem obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso a essa documentação. Se, por qualquer motivo, o Matone não cumprir referida obrigação, a verificação da regularidade de constituição e performance dos Direitos Creditórios do Fundo pelo Custodiante e/ou Instituição Administradora pode ser prejudicada.

17.5.4.8 *Alteração do Regulamento* – O presente Regulamento pode ser alterado, independentemente da realização de assembleia geral de Condôminos, em consequência de normas legais ou regulamentares, ou por determinação da CVM. Da mesma forma, normas que afetam diretamente o Fundo também podem ser alteradas. Tais alterações podem afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

17.5.4.9 *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores* – O Fundo pode não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. Nos termos deste Regulamento, Instituição Administradora, Custodiante, Matone, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos

em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais para salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo. É possível que a maioria dos titulares das Cotas Seniores reunidos em assembléia geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

*17.5.4.10 Da Ausência de Notificação aos Devedores.* A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores contendo instruções para que efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão.

*17.5.4.11 Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios -* Com relação ao Matone, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Matone estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Matone fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Matone, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

*17.5.4.12 Subcontratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos -* Nos termos de contrato para guarda de documentos celebrado com o Custodiante, o Matone tem a faculdade de subcontratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios. Ainda que o Matone continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a subcontratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus cotistas.

*17.5.4.13 Dação em Pagamento de Direitos Creditórios -* No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, os titulares de Cotas poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

## **18. COTAS DO FUNDO**

18.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação ou término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude do término do prazo de duração de cada Série. O Fundo será dividido em duas classes de cotas, sendo uma classe de Cotas Seniores e outra de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Instituição Administradora, cujos prazos e valores serão definidos no Suplemento da respectiva Série, conforme modelo previsto no Anexo II, que uma vez assinado pela Instituição Administradora, passa a ser parte integrante do presente Regulamento.

18.1.1 Será admitida a amortização das Cotas nos termos do presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas.

18.1.2 Não poderão ser emitidas novas Séries com prazos de carência e de resgate inferiores ao das demais Séries pré-existentes em circulação, contados a partir da data de emissão de cada Série.

18.2 Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade, número de Séries e classe de Cotas a ser inicialmente emitida, desde que observados o limite máximo de 500.000 (quinhentas mil) Cotas e o mínimo de 7.500 (sete mil e quinhentas) Cotas e a Relação Mínima.

18.2.1 A Alocação de Investimento Mínima e a Relação Mínima serão apuradas pelo Custodiante e informadas à Instituição Administradora todo dia útil.

18.2.2 Se a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores se mantiver, a qualquer momento, abaixo de 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), a Instituição Administradora deverá comunicar imediatamente tal ocorrência ao Matone, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, bem como não realizar novas aquisições de Direitos Creditórios até o restabelecimento de tal relação, admitindo-se, contudo, a subscrição de Cotas Subordinadas com Direitos Creditórios.

18.3 As Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou de novas Séries serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas do Fundo em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

18.4 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

18.5 As Cotas do Fundo serão colocadas pela Instituição Administradora e/ou por outras instituições por esta eventualmente subcontratadas, integrantes do sistema de distribuição.

18.5.1 As Cotas terão números inteiros, serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

18.6 O valor mínimo inicial de aplicação no Fundo será de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

18.7 Somente investidores qualificados e demais investidores admitidos pela regulamentação pertinente poderão adquirir as Cotas do Fundo.

18.8 A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de TED ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente.

18.8.1 Em se tratando de Cotas Seniores, poderá ocorrer resgate em Direitos Creditórios, nas condições previstas no item 27.5.1.

18.8.2 Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a integralização, a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, desde que observada a Relação Mínima.

18.8.3 Para fins do disposto no item 18.8.2 acima:

- i) é vedada a escolha, por parte do Cotista, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de optar por amortização ou resgate em Direitos Creditórios; e
- ii) deverão ser observadas a política de investimentos do Fundo e os critérios de elegibilidade para a integralização de Cotas em Direitos Creditórios.

18.8.4 Deverão ser observados os parâmetros estabelecidos na cláusula 22 abaixo, conforme o caso, na apuração do valor dos Direitos Creditórios a serem empregados na integralização, na amortização e no resgate das Cotas.

18.9 As Cotas de Fundo colocadas junto ao público deverão ser registradas para negociação secundária no Somafix, BovespaFix e CETIP, cabendo à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados, ou outro investidor admitido pela legislação pertinente.

18.10 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

18.11 O resgate das Cotas Seniores do Fundo somente poderá ocorrer ao término do seu prazo de duração, conforme previsto na cláusula 3 acima, ou em caso de liquidação antecipada do Fundo. Se o resgate ou eventual amortização, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado na sede da Instituição Administradora, os valores correspondentes, se houver, serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

18.12 Os parâmetros de valorização, rendimento e distribuição das Cotas do Fundo estão dispostos nas cláusulas 20 e 22.

## **19. CLASSES DE COTAS**

19.1 As Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

19.2 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

19.3 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observado o disposto no item 21.2 deste Regulamento. As Cotas Subordinadas poderão ser objeto de alienação ou constituição de garantia de qualquer natureza.

## **20. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO**

20.1 As Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

20.2 Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá diariamente conforme o seguinte procedimento:

- i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao Fator Multiplicador da respectiva Série calculado na forma do item 20.3 abaixo e informado no respectivo Suplemento; e
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

20.3 O rendimento das Cotas Seniores será equivalente à variação acumulada na forma percentual, denominada Fator Multiplicador, das Taxas DI, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor da Cota Sênior de cada Série, ou seu saldo não amortizado, contados a partir da data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e incorporados simultânea e proporcionalmente ao valor de cada Cota Sênior de cada Série ao final de cada Período de Capitalização, nos termos da fórmula abaixo:

$$PLS_i = \sum_{k=1}^m n_{k;i} \times q_i$$

$$q_i = q_a \times FM \times \prod_{t=a+1}^b (1 + cdi_t)^{\frac{1}{252}}$$

onde:

a+1 = dia útil inicial de determinado Período de Capitalização i;

b = dia útil final de determinado Período de Capitalização i;

i = 24, 23, 22..., 1 – Períodos de Capitalização até o encerramento previsto do Fundo;

k = 1, 2, 3,..., m – número do detentor de Cotas Seniores;

$n_{k;i}$  = número de Cotas Seniores detidas pelo Cotista k na data final do Período de Capitalização i;

$q_i$  = valor da Cota Sênior na data final do Período de Capitalização i;

FM = Fator Multiplicador;

$cdi_t$  = taxa média diária dos CDI de 1 dia, padrão “Extra Grupo”, calculada e divulgada pela CETIP na data t, em formato decimal expressa ao ano de 252 dias úteis (a “Taxa DI”); e

$PLS_i$  = patrimônio líquido dos detentores de Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i.

20.3.1 Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- i) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- ii) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

20.3.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

20.3.2.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição

de resultados prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo como pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

20.3.2.2 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa SELIC. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, deverá ser convocada Assembléia Geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de resultados previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

20.4 O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes.

## **21. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS, RESGATE E RESERVA DE RESGATE**

21.1 A cada Data de Amortização, será pago para cada Cota Sênior o valor resultante da fórmula abaixo:

$$A_i = \frac{PLS_i}{i}$$

onde:

i = Períodos de Capitalização até o encerramento previsto do Fundo;

PLS<sub>i</sub> = patrimônio líquido dos detentores de Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i (conforme cálculo indicado na cláusula 20); e

A<sub>i</sub> = valor da amortização de todas as Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i.

21.1.1 Observado o disposto nesta cláusula, as Cotas Seniores das demais Séries serão amortizadas na forma prevista no respectivo Suplemento.

21.2 Se a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores for superior a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a partir do 12º décimo segundo) mês contado da primeira Data de Subscrição Inicial até o 36º (trigésimo sexto) mês, desde que:

- i) após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista naquele mês;
- ii) a amortização não reduza a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores para valor inferior a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento);
- iii) a amortização seja preferencialmente realizada em Direitos Creditórios Inadimplentes, priorizando aqueles que estejam vencidos há mais tempo, e os avaliando de acordo com último valor registrado na contabilidade do fundo; e
- iv) não ocorra desenquadramento na Reserva de Amortização e Resgate.

21.2.1 A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada no dia útil imediatamente subsequente ao dia em que forem amortizadas as Cotas Seniores.

21.3 Adicionalmente à reserva de liquidez referida no item 10.4.1 acima, a Instituição Administradora deverá constituir Reserva de Amortização e Resgate em Outros Ativos, de acordo com a estrutura abaixo descrita:

- ii) 42 (quarenta e dois) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor a ser amortização ou resgatado;
- iv) 21 (vinte e um) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor a ser amortização ou resgatado; e
- v) 10 (dez) dias úteis antes de qualquer amortização prevista devem estar alocados na Reserva de Amortização e Resgate o equivalente a 100% (cem por cento) do valor a ser amortização ou resgatado.

21.4 Na hipótese de a Reserva de Amortização e Resgate deixar de atender aos limites de enquadramento, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo para a recomposição da Reserva de Amortização e Resgate. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização e Resgate, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores.

21.5 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

## **22. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

22.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados às características da correspondente operação, observadas as regras e procedimentos definidos pela Instituição Administradora em conformidade com o exigido pelo BCB e pela CVM aos fundos de investimento em direitos creditórios, e o disposto neste Regulamento.

22.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e as cotas de fundo de investimento terão seu valor de mercado apurado de acordo com a sua cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme o caso.

22.1.1.1 Não havendo negociação no dia, será mantido o valor da última negociação.

22.1.1.2 Na hipótese de impossibilidade de apuração (ressalvada a situação prevista no item 22.1.1.1 acima) ou de inexistência de cotação oficial, os ativos terão seu valor de mercado apurado, conforme o caso:

- i) se forem títulos prefixados, pela aplicação, ao seu valor de resgate, da taxa de juros futura DI/Swap da BM&F, ou de outra fonte equivalente; ou
- ii) se forem títulos pós-fixados, pelos fluxos de pagamentos descontados pela taxa ANDIMA, ou por outra taxa equivalente, pelo número de dias entre a data de cada evento e a data atual.

22.1.2 Na hipótese de se verificar a existência de mercado ativo dos Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, esses passarão a ser avaliados conforme os preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos, levando em consideração volume, coobrigação e prazo. A forma de avaliação dos Direitos Creditórios deverá ser informada pela Instituição Administradora.

22.2 Enquanto não houver mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões relacionadas à inadimplência dos Contratos de Mútuo, como segue:

- i) apropriação, ao valor calculado no dia útil imediatamente anterior, dos juros referentes ao prazo a decorrer até o vencimento do Direito Creditório;
- ii) determinação da expectativa de juros a termo do mercado para o mesmo prazo a decorrer, refletida nas taxas dos contratos futuros de depósito interfinanceiro negociados na BM&F; e

iii) divisão do valor obtido no subitem (i) acima pela taxa obtida no subitem (ii) acima.

22.2.1 O valor das provisões referidas no item 22.2 acima será calculado levando-se em conta o valor total do Contrato de Mútuo a que se referem os Direitos Creditórios não adimplidos, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

22.2.2 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução nº 356/01, da CVM;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

22.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

22.3 As Cotas de cada Série e classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

22.3.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor entre: (i) o valor apurado nos termos da cláusula 20 acima; e (ii) o resultado da divisão do PL pelo número total de Cotas Seniores.

22.3.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## **23. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

23.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista na cláusula 6 acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

23.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

## **24. ASSEMBLÉIA GERAL**

24.1 É da competência privativa da assembléia geral de Condôminos, além do disposto no artigo 26 da Instrução nº 356/01, da CVM:

- i) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos e modificações;
- ii) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, conforme descrito na cláusula 20 deste Regulamento;
- iii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Condôminos, nos termos deste Regulamento;
- iv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo, caso esse não os possua em montante suficiente para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos e interesses; e
- v) deliberar sobre outros assuntos de interesse do Fundo e dos Cotistas.

24.1.2 A taxa de administração, a ser percebida pela Instituição Administradora a título de prestação de serviços, nos termos da cláusula 6 acima, não poderá ser reduzida por determinação da assembléia geral sem o expreso consentimento da Instituição Administradora.

24.2 A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

24.2.1 Somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo.

24.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Condôminos possuidores de cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

24.4 A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

24.4.1 A convocação da assembléia geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Condôminos.

24.4.2 Não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Condôminos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

24.4.3 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

24.4.4 Salvo motivo de força maior, a assembléia geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

24.4.5 Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os Condôminos.

24.5 Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos Condôminos presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

24.5.1 A cada cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, e observado o disposto no item 24.5.3 abaixo.

24.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 26, III a V, da Instrução CVM nº 356/01, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

24.5.3 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade de cada uma das classes de Cotas com direito a voto, sendo tomados em apartado os votos de cada classe, as deliberações que tratem de quaisquer dos seguintes assuntos:

- i) critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios definidos no item 12.1 acima;
- ii) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- iii) amortização;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) cobrança de taxas, com exceção da taxa de administração;
- vi) Reserva de Amortização e Resgate;

- vii) substituição da Instituição Administradora; e
- viii) emissão de novas séries de Cotas Seniores.

24.6 O regulamento do Fundo poderá ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembléia geral, sendo o fato comunicado aos Cotistas no máximo de 30 (trinta) dias.

24.7 Somente podem comparecer e votar na Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

24.8 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

## **25. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS**

25.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

25.2 A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido na cláusula 26 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: o valor do PL; o valor das Cotas de cada classe; a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores; as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco.

25.3 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada conforme definidos abaixo, a substituição do Auditor Independente, do Custodiante, o rebaixamento da classificação de risco do Fundo e qualquer celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo. Tal divulgação deve ser realizada de modo a garantir a todos os Condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

25.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, ou outro plano contábil que venha lhe suceder sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

25.5 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de novembro de cada ano.

## **26. PUBLICAÇÕES**

26.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no “Valor Econômico”, edição nacional.

26.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de alteração deste Regulamento, ou aprovação de Assembléia Geral, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

## **27. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO**

27.1 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento, ou em virtude do término de seu prazo de duração, ou, ainda, caso os Cotistas assim deliberem em assembléia geral especialmente convocada para tal fim.

27.1.1 Será convocada assembléia geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo, na ocorrência dos Eventos de Avaliação indicados abaixo:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima por mais do que cinco dias úteis;
- ii) desenquadramento da Relação Mínima por três vezes num mesmo período de seis meses consecutivos;
- iii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iv) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- v) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vii) inobservância pelo Matone dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cessão e Regulamento com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Matone não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- viii) não pagamento, nas Datas de Amortização, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior de cada Série;

- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- x) resilição do Contrato de Custódia;
- xi) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- xii) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização e Resgate tal evento não seja sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xiii) renúncia do Custodiante;
- xiv) caso o Matone deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, tal qual disposto na Resolução 2.099, de 26 de agosto de 1999, do CMN, por três DVPs consecutivas;
- xv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão, e transcritos no prospecto do Fundo;
- xvi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior; ou
- xvii) caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos subitens 16.1 (i), (ii), (iii) e (iv), qualificadas como Evento de Avaliação;
- xviii) inexistência de Direitos Creditórios na carteira do Fundo ou inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos Creditórios porventura existentes, por período superior a 21 (vinte e um) dias úteis; e
- xix) caso as irregularidades documentais apontadas pelo Custodiante nos termos do item 8.2.1 acima não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação feita pelo Custodiante à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

27.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente o pagamento de amortizações ou resgates aos Cotistas Subordinados, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios elegíveis.

27.2 Caso os titulares da maioria das Cotas Seniores em circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item 27.4 abaixo, incluindo a convocação de nova assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

27.3 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Matone ou do Custodiante;
- ii) constatação, pela Instituição Administradora, de que o Matone cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos Creditórios onerados ou gravados;
- iii) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resolvido;
- iv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar assembléia geral de Cotistas nas hipóteses previstas no item 27.1.1 acima;
- v) sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembléia geral especialmente convocada para tal fim;
- vi) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais),
- vii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- viii) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- ix) caso o Matone deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação de que tenha conhecimento;
- x) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por outras instituições nos prazos previstos neste Regulamento; ou
- xi) caso seja deliberado em assembléia geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

27.4 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente assembléia geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando a preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

27.5 Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme a cláusula 22 acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular.

27.5.1 Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios pelo valor apurado nos termos da cláusula 22 acima, desde que assim deliberado em assembléia geral convocada para este fim.

27.5.2 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor apurado nos termos da cláusula 22 acima, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, nos termos do item 27.5 acima.

27.6 A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

27.7 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

## **28. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

28.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento
- iii) na constituição da Reserva de Amortização e Resgate;
- iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

28.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

## **29. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO**

29.1 Para efeito do disposto no item 27.5.1 acima, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas do Fundo deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

29.2 Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, poderão ser mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil. No caso de a faculdade de constituição do condomínio ser exercida, esse deve ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contado da realização da assembléia geral referida no item 27.5.1 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos Direitos Creditórios a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Condôminos, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios mantidos em condomínio.

29.3 Caso os Cotistas optem pela constituição do condomínio, a Instituição Administradora deverá convocar uma assembléia geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam a eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

29.4 O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 32 (trinta e dois) dias úteis contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Custodiante a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

**30. FORO**

30.1 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Osasco, 18 de junho de 2007.

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

## ANEXO I

*Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do “Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados”, constituído em [...] de [...] de 2006 pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda..*

## GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor’s ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento
Alocação de Investimento Mínima	Significa fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o denominador equivalente ao valor do PL, apurada diariamente pelo Custodiante
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes
Banco Central do Brasil	BCB
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA Fix	Mercado de Títulos de Dívida Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo
CETIP	Câmara de Liquidação e Custódia
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Condições de Cessão	Condições que devem ser observadas pelo Matone quando da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo
Consignante	União, Estados, Municípios ou órgãos e autarquias a eles vinculados, a que se vinculam os Devedores com os quais o Matone ou seus Correspondentes tenham celebrado convênios para consignação de parcelas de empréstimo em benefícios ou folha de pagamento

Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Créditos e Outras Avenças firmado entre o Fundo e o Matone, e tendo como interveniente o Custodiante
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, e tendo como interveniente o Matone
Contrato de Mútuo	Qualquer modalidade de contrato padrão de empréstimo consignado celebrado pelo Matone e cedido ao Fundo
Correspondente	Aquele contratado nos termos da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN, e da Circular nº 202, de 31 de outubro de 2002, da Susep, para atuar como intermediário em empréstimos do Matone
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Cota	Significa, sem distinção, Cota Sênior e Cota Subordinada
Cota Sênior	Aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cota Subordinada	Aquela que se subordina às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotista ou Condômino	Significa, sem distinção, tanto o titular de Cotas Seniores como o titular de Cotas Subordinadas
Custodiante	Banco Bradesco S.A. ou seu sucessor
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Para a 1ª (primeira) Série, significa, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial o quinto dia útil do mês subsequente, em que as Cotas Seniores serão amortizadas, desde que o Fundo tenha recursos para tanto. Para as demais Séries,

	significa a data de amortização prevista no respectivo Suplemento.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir de que as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou as Cotas das demais Séries emitidas serão subscritas e integralizadas, a ser determinada pela Instituição Administradora
Data de Verificação	Todo dia útil em que houver aquisição de Direitos Creditórios, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial
Data de Verificação da Performance ou DVP	10º (décimo) dia útil de cada mês calendário em que a Instituição Administradora deverá verificar o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos
Devedor	Pessoa física que celebra Contrato de Mútuo com o Matone, no qual estará previsto que o pagamento será efetuado por meio de consignação em pagamentos devidos por Consignante.
Direitos Creditórios	Cada prestação devida pelo Devedor ao Matone ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Matone e o Devedor, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo e, caso aplicável, do respectivo termo de adesão, cujo pagamento será realizado por meio de desconto em benefício ou folha de pagamento do respectivo Devedor pelo Consignante, Novo Consignante ou Consignante Especial
Direito Creditório Adimplente	Parcela de Contrato de Mútuo cujo pagamento não esteja em atraso
Direito Creditório Elegível	Direito Creditório que se enquadre aos critérios de elegibilidade, e às Condições de Cessão
Direito Creditório Inadimplente	Parcela de Contrato de Mútuo em atraso
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e o Contrato de Custódia
Eventos de Avaliação	Eventos que, se ocorrerem, ensejarão convocação de assembléia geral para deliberar sobre (i) a declaração

	de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo
Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 27.3 deste Regulamento
Fator DI	Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento
Fator Multiplicador	Fator corresponde a percentual da Taxa DI a ser determinado através de processo de <i>bookbuilding</i> ou previamente definido, conforme o caso, e informado no Suplemento da respectiva Série
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
Gestora	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM, ou seu sucessor
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Matone Empréstimos Consignados
Instituição Administradora	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ou seu sucessor
Margem Consignável	Limite percentual da remuneração de cada Devedor que pode ser comprometido com a consignação em benefício ou folha de pagamento
Matone	Banco Matone S.A.
Novo Consignante	Consignante que não esteja listado no Anexo VI do Contrato de Cessão.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional
Partes Relacionadas	Quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum do Matone
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou no dia útil seguinte à data prevista para a amortização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos

	de Capitalização, e termina na data prevista para a amortização correspondente ao período
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 125% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
Reserva de Amortização e Resgate	Reserva de recursos onde deverão ser segregados Outros Ativos conforme o procedimento descrito no item 21.3 do presente Regulamento
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Somafix	Mercado de balcão organizado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
Suplemento	Documento que contém as características de uma nova Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Valor Liberado	Valor líquido do empréstimo depositado pelo Matone na conta corrente do Devedor

Osasco, [...] de [...] de [...]

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Instituição Administradora

## ANEXO II

*Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do “Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados [...]”, constituído em [...] de [...] de 2006 pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### PROCEDIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO DE NOVOS CONSIGNANTES

1. A cada Data de Verificação da Performance, o Custodiante deverá verificar o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior, mediante o cálculo do índice de performance dos direitos creditórios vencidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior e não pagos até 30 dias (IP), de 31 a 120 dias (IP30), de 121 a 180 dias (IP120) e há mais de 181 dias (IP180) para cada grupo de Novos Consignantes.

1.1 Para efeito do disposto no item anterior:

- i) “IP” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos há até 30 (trinta) dias;
- ii) “IP30” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos por prazo igual ou superior a 31 (trinta e um) dias e até 120 (cento e vinte) dias;
- iii) “IP120” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos por prazo igual ou superior a 121 (cento e vinte e um) dias e até 180 (cento e oitenta) dias; e
- iv) “IP180” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de cada Novo Consignante em relação à totalidade dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à DVP, estejam vencidos e não pagos prazo igual ou superior a 181 (cento e oitenta e um) dias.

2. No caso de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo referentes a contrato cuja primeira parcela ainda não tenha sido descontada da folha do respectivo Devedor, o IP, IP30, IP120 e IP180 apenas deverão ser calculados a partir da DVP do 2º (segundo) mês subsequente ao da autorização para consignação em folha de pagamento do respectivo Devedor.

3. Caso em 3 (três) Datas de Verificação da Performance consecutivas, o IP, o IP30, o IP120 e o IP180 referentes a cada Novo Consignante seja, concomitantemente, igual ou inferior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 3% (três por cento) e a

2% (dois por cento), respectivamente, o respectivo Novo Consignante poderá ser automaticamente incorporado ao Anexo VI do Contrato de Cessão e assim ser considerado um Consignante, devendo tal alteração ao Contrato de Cessão ser averbada em cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Osasco e Porto Alegre.

Osasco, [...] de [...] de [...]

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Instituição Administradora

### ANEXO III

*Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do “Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados”, constituído em [...] de [...] de 2006 pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda..*

#### SUPLEMENTO DA SÉRIE DE COTAS SENIORES

#### **“SUPLEMENTO DA SÉRIE DE COTAS SENIORES”**

1. O presente documento constitui o suplemento nº [...] (“Suplemento”) referente à [...]ª Série de Cotas Seniores (“[...]ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Matone Empréstimos Consignados [...]”, registrado sob o nº [...] no [...]º cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [...], Estado de [...], do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...] e administrado pelo [...], com sede na Cidade de [...], Estado de [...], Paraná, na [...], inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº [...], neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, (“Instituição Administradora”).

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$[...] ([...]) cada na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no item 18.2 do Regulamento o limite máximo de [...] ([...]) de Cotas e o mínimo de [...] ([...]) de Cotas.

3. Na subscrição de Cotas Seniores da [...]ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto na Cláusula 22 do Regulamento.

4. A remuneração das Cotas Seniores da [...]ª Série, calculada na forma da cláusula 20 do Regulamento, será de [...].

5. A partir do [...] ([...]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no quinto dia útil do mês (“Data de Amortização”) e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [...]ª Série serão amortizadas em [...] ([...]) pagamentos [...], nas condições prevista no Regulamento e também abaixo especificadas.

5.1 As Cotas Seniores da [...]ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde a data do término de duração das cotas

desta Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto na Cláusula 22 do Regulamento.

5.2 O valor a ser pago em cada amortização, para cada Cota Sênior da [...]ª Série, será calculado conforme disposto no Regulamento do Fundo.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [...]ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [...] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [...].

[...], [...] de [...] de [...]"

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

Osasco, [...] de [...] de [...]

## **ANEXO II**

### **INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO**

Data de Publicação: 20 de julho de 2007

**Brasil—Relatório de Rating Preliminar****Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV -  
Empréstimos Consignados**

Analistas de Crédito: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo (55) 11 3039-9743, [jp\\_gil@standardandpoors.com](mailto:jp_gil@standardandpoors.com); Leandro Albuquerque, São Paulo (55) 11 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com)

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 20 de julho de 2007. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

**Rating Preliminar em 20 de julho de 2007**

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	'brAA'	Até R\$ 75 (75% )	3 anos (36 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 25 (25% de nível mínimo)	3 anos (36 meses) após a emissão

\* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

\*\* Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

**Perfil****Data prevista para o início do Fundo: Julho de 2007**

**Direitos creditórios:** Empréstimos pessoais com consignação em benefícios ou folha de pagamento a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário da União dos Estados ou dos Municípios, originados pelo Banco Matone S.A.

**Administrador do Fundo:** BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

**Originador dos direitos creditórios:** Banco Matone S.A.

**Custodiante:** Banco Bradesco S.A.

**Estruturador:** Banco ABN AMRO Real S.A.

**Proteção de Crédito:** Proporcionada pela subordinação de cotas (piso mínimo de 25%) e pelo spread excedente (inicialmente em 7,01% a.a.).

**Fundamentos**

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAA', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios IV - Empréstimos Consignados (Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados). Os ativos subjacentes do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados são empréstimos pessoais com consignação em benefícios ou folha de pagamento a servidores públicos, aposentados, beneficiários e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário da União dos Estados ou dos Municípios, originados pelo Banco Matone S.A., além de caixa e de outros investimentos específicos definidos na política de investimentos do Fundo.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento possuem características especiais que mantêm suas taxas de inadimplência em níveis relativamente baixos. Os fatores que contribuem para o bom desempenho dessas carteiras de empréstimos são: o fato de os pagamentos dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas serem menos afetadas por condições adversas de mercado.

O Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados será um condomínio fechado, com prazo de duração de 240 meses. Sua primeira série de cotas seniores será resgatada em 3 (três) anos, 36 meses após sua emissão. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados na política de investimentos do Fundo.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores, tais como: a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; e o risco cambial apresentado pelo fundo.

O rating 'brAAf' atribuído ao Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAf' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), o *spread* excedente, inicialmente de 7,01% a.a., e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's se baseiam em informações recebidas dos emissores ou obtidas através de outras fontes confiáveis de informações. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

## Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

### Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A qualidade de crédito da carteira do originador;
- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), *spread* excedente (inicialmente de 7,01% a.a.);
- A sólida experiência do Banco Bradesco S.A., como o custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

### Fragilidades e Fatores Atenuantes

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos, que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

Outra fragilidade é o fato de o originador ter a função de agente de recebimento dos recursos devidos ao Fundo. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Banco Matone e do Fundo, a estrutura possui uma conta reserva equivalente a, no mínimo, 5% do patrimônio líquido do Fundo, que será alocada em ativos elegíveis.

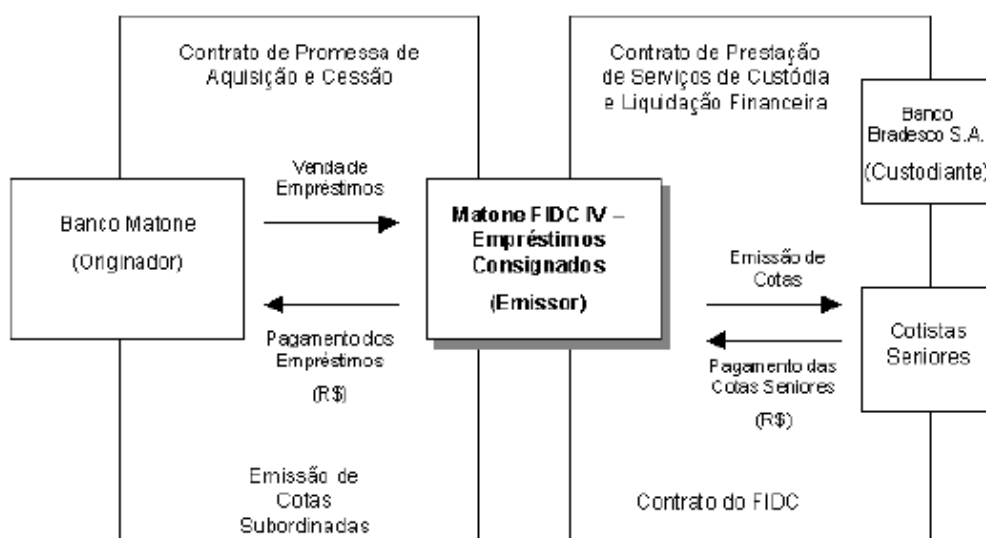
## Descrição do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados

### Características Gerais

O Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados será um condomínio fechado, com vencimento final de três anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo, durante sua vida, fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Banco Matone por meio de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão:



#### **Mecanismo de Pagamento das Cotas**

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

#### **Componente do Rendimento**

Diferentemente do que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Conseqüentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores equivalente a até 110% da Taxa DI Over, o que será definido no processo de *bookbuilding*. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

#### **Componente do Valor de Face**

As cotas seniores serão amortizadas em vinte e quatro parcelas mensais após um período de carência de doze meses contados a partir da data de emissão.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa, com 42 dias úteis de antecedência, caixa ou ativos de alta liquidez, no montante equivalente a 30% da próxima amortização prevista e a 100% da próxima amortização prevista com 21 dias úteis de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que 25%, desde que o nível de subordinação mínimo seja mantido e que a Reserva de Amortização e Resgate não esteja desenquadrada.

#### **Fluxo de Recursos do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados**

As entidades efetuam o pagamento aos seus funcionários e retêm o montante devido por meio dos contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas ao Banco Matone, o qual, por sua vez, tem até um dia útil para repassar os recursos ao Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Bradesco S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios do Banco Matone (originador).

#### **Crítérios de Elegibilidade e Condições de Cessão do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados**

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- o Não podem ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- o Não podem ser provenientes de devedores que, no momento da cessão, tenham outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- o O pagamento deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento devidamente autorizada pelo respectivo devedor;
- o O valor de direitos creditórios associado a servidores públicos ligados ao Poder Executivo Federal poderá representar até 100% do total da carteira de recebíveis do Fundo;

- o O valor de direitos creditórios associado a servidores públicos ligados a Estados, ao Distrito Federal ou a Municípios não poderá representar, em conjunto, mais do que 30% do total da carteira de recebíveis do Fundo;
- o O valor de direitos creditórios associado a servidores públicos ligados ao Distrito Federal, a Estados ou a Municípios que sejam capitais de seu Estado, poderá representar até 5% do total da carteira de recebíveis do Fundo;
- o O valor de direitos creditórios associados a servidores públicos ligados a Municípios que não sejam capitais de Estado, poderá representar até 0,5% do total da carteira de recebíveis do Fundo.

### Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem considerar-se a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou sem ratings. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, nesse caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou do benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) <i>Default</i> do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Diluição	Redução não-caixa do saldo do valor de um recebível.	Não	N.A.*
(3) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(4) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	O risco de fungibilidade é limitado, pois o Banco Matone precisa transferir os recursos pertencentes ao Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados no prazo máximo de um dia útil após a conciliação dos recebimentos. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Banco Matone e os do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva, que será instituída no momento inicial da transação, e que será equivalente a, no mínimo, 5% do Patrimônio Líquido do Fundo.
(5) Aspectos relacionados à administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Não	N.A.

\*N.A. – Não Aplicável.

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela:

#### Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito

maiores do que entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

#### **Risco de Diluição**

A expressão diluição é usada de modo geral para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, dotações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que talvez não sejam considerados como um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, mesmo assim, constituem uma possibilidade de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores, tais como a prática do setor e a complexidade do produto. No caso do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados, o risco de diluição não constitui uma preocupação, em função da natureza de seus ativos.

#### **Custos de Manutenção da Carteira**

Em uma operação típica com empréstimo pessoal garantido, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Pelo fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre os ativos subjacentes e as cotas seniores.

#### **Fungibilidade**

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do Banco Matone. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois o Banco Matone precisa transferir os recursos pertencentes ao Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados no prazo máximo de um dia útil após a conciliação de seus recebimentos. Adicionalmente, será instituída, no momento inicial da transação, uma conta reserva equivalente a, no mínimo, 5% do patrimônio líquido do Fundo, que será alocada em ativos elegíveis.

#### **Aspectos Relacionados à Administração**

No caso do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que tem um bom histórico no mercado brasileiro.

#### **Aspectos Relacionados à Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios**

A verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria quadrimestral nos respectivos documentos, e ficará a cargo do custodiante ou de um terceiro contratado pelo custodiante. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

A Standard & Poor's não se responsabiliza pelos procedimentos relacionados à verificação do lastro por amostragem adotados por parte do custodiante. No entanto, a verificação do lastro por amostragem não tem efeito direto sobre o rating atribuído. A Standard & Poor's monitora continuamente as transações por ela avaliadas, e publica trimestralmente relatórios de monitoramento. Caso a Standard & Poor's identifique qualquer alteração significativa no comportamento dos direitos creditórios relativamente ao que era esperado durante o processo de análise inicial, o rating atribuído poderá ser alterado.

### **Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes**

#### **Análise de Sensibilidade**

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos

para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAf', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

#### Severidade da Perda

Uma vez que a informação do *pool* selecionado foi analisada, o *proxy* de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplemento superiores a 180 dias. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAf'. Conseqüentemente, o fluxo de caixa resultante foi também testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 25%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	22%	22%
Período das perdas de crédito	Mês 1 até 18: 100%	Mês 1 até 24: 100%
Rentabilidade das cotas seniores	110% do DI	110% do DI

#### Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pool*s estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes. O histórico de recebimentos do *pool* estático foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito no *pool* selecionado.

#### Pré-pagamento

A taxa de pré-pagamento assumida foi próxima de 0 (zero), de acordo com o comportamento presente nas informações históricas e as características do mecanismo de recebimento. Como as parcelas de pagamento dos empréstimos são diretamente deduzidas da folha de pagamento dos servidores, há muito pouco incentivo para o pré-pagamento nessa forma de financiamento.

#### Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAf'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente, inicialmente de 7,01% a.a.

#### Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

#### Eventos de Avaliação do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados

Qualquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- o Desenquadramento do nível de subordinação por mais de cinco dias úteis;
- o Desenquadramento do nível de subordinação por três vezes num mesmo período de seis meses consecutivos;
- o Rebaixamento do rating atribuído inicialmente pela agência de classificação de risco;

- o A inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador e/ou do Custodiante e/ou Cedente do Fundo;
- o Não pagamento, na data estipulada, do valor integral da amortização de qualquer cota sênior;
- o Amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento do Fundo;
- o Caso a Reserva de Amortização e Resgate permaneça desenquadrada por mais de dois dias úteis;
- o O aumento da taxa DI de mais de 130% em um dia útil;
- o Caso qualquer um dos seguintes gatilhos de desempenho seja acionado:
  - Se a média móvel de três meses do índice de inadimplência acima de 30 dias for superior a 15%, o Fundo não poderá adquirir mais direitos creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por dois meses consecutivos ou exceda a 18% uma única vez, será declarado um evento de avaliação;
  - Se a média móvel de três meses do índice de inadimplência acima de 90 dias for superior a 8%, o Fundo não poderá adquirir mais direitos creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por dois meses consecutivos ou exceda a 10% uma única vez, será declarado um evento de avaliação;
  - Se a média móvel de três meses do índice de inadimplência acima de 180 dias for superior a 5,5%, o Fundo não poderá adquirir mais direitos creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por dois meses consecutivos ou exceda a 7% uma única vez, será declarado um evento de avaliação.

#### **Eventos de Liquidação Antecipada do Matone FIDC IV - Empréstimos Consignados**

No caso de ocorrência de qualquer uma das situações abaixo, será considerado um evento de liquidação antecipada, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

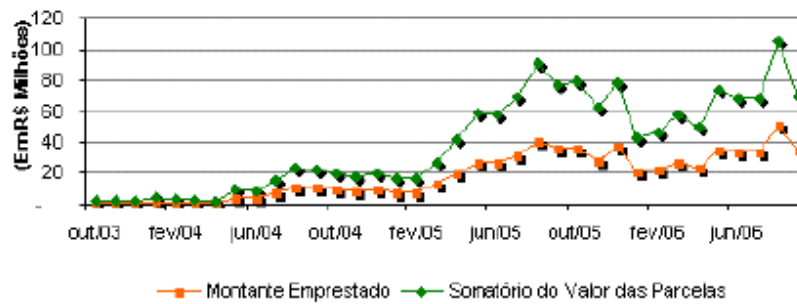
Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- o Falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Matone ou do Custodiante;
- o Deliberação de um Evento de Avaliação que constitua um Evento de Liquidação Antecipada.

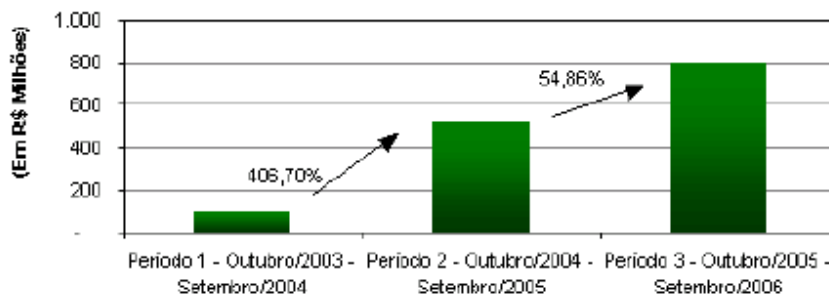
#### **Anexo – Características dos Empréstimos a Servidores Públicos Concedidos pelo Banco Matone S.A.**

Este anexo analisa os empréstimos com consignação em folha de pagamento concedidos a servidores públicos originados pelo Banco Matone entre outubro de 2003 a setembro de 2006. Nesse período, o volume de empréstimos, mensurado pelo somatório dos valores das parcelas de cada contrato originado, aumentou significativamente, passando de uma média mensal de R\$ 8,4 milhões entre outubro de 2003 e setembro de 2004 para R\$ 66,5 milhões entre outubro de 2005 e setembro de 2006. Os gráficos e tabelas abaixo demonstram algumas das características dos empréstimos concedidos pelo Banco Matone, tais como: Valor Médio, Taxa de Juros, Quantidade de Parcelas, Distribuição Geográfica e a Distribuição por Ente Consignante.

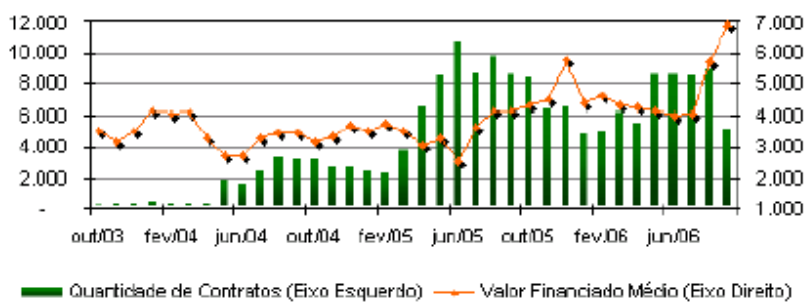
**Gráfico 1**  
**Produção Mensal**



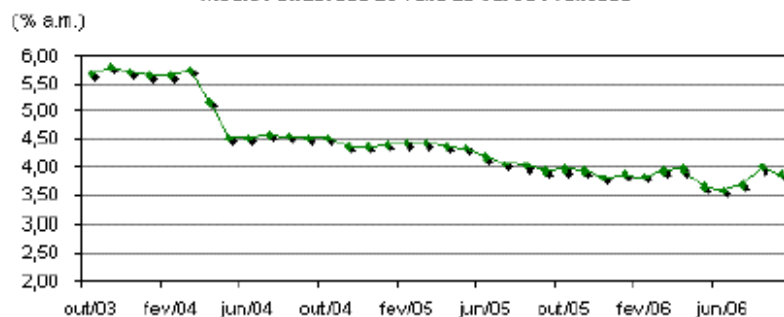
**Gráfico 2**  
**Produção por Período de 12 Meses**



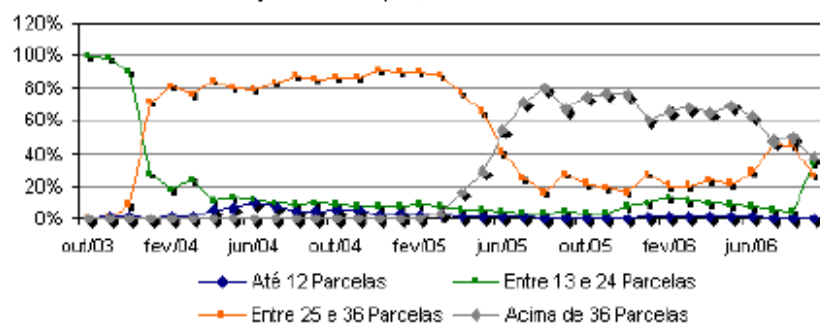
**Gráfico 3**  
**Quantidade de Contratos e Valor Médio Financiado**



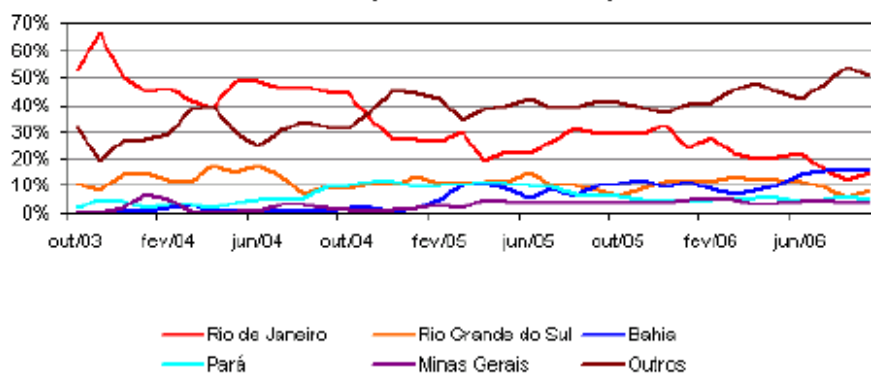
**Gráfico 4**  
**Média Ponderada da Taxa de Juros Praticada**



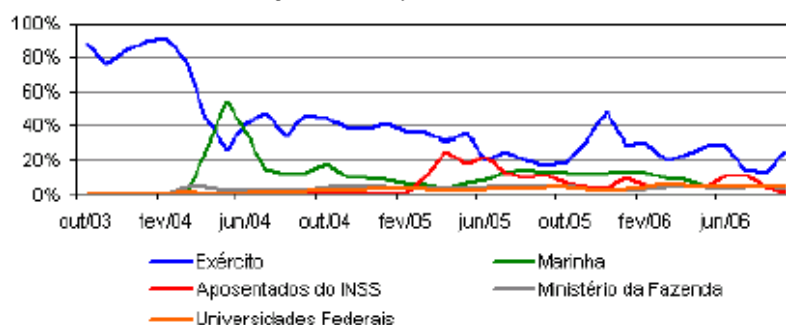
**Gráfico 5**  
**Distribuição da Produção por Quantidade de Parcelas**



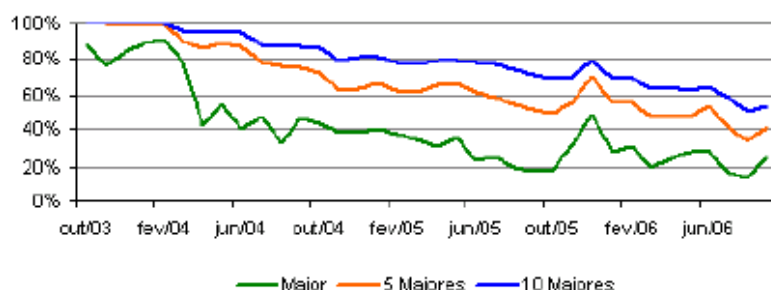
**Gráfico 6**  
**Distribuição Geográfica da Produção**



**Gráfico 7**  
**Distribuição da Produção por Agente Pagador**



**Gráfico 8**  
**Frequência Acumulada: Concentração por Ente Consignante**



**The McGraw-Hill Companies**

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings.

A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

### **Anexo III**

#### **RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO MATONE, ORIGINADOS DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE CONTRATOS DE CRÉDITO**

**Banco Matone S.A.**

**Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados**

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pelo Banco Matone S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui qualquer garantia por parte da KPMG quanto à solvência, ao adimplemento, à pontualidade ou à qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, tomando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.

Ao  
Banco Matone S.A.  
Porto Alegre - RS

24 de novembro de 2006

Atenção: Sr. Ernandi Vardeley Pereira M. de Ávila

Prezados senhores:

Nos termos da nossa proposta para prestação de serviços profissionais, datada de 24 de outubro de 2006, fomos contratados pelo Banco Matone S.A. para prestar serviços de assessoria relacionada a um processo de securitização de recebíveis por meio da cessão a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), que se encontra em processo de constituição.

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da Gerência e dos funcionários do Banco Matone S.A. envolvidos no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza  
*Sócio*

Fernando Jun Miranda Omori  
*Gerente Sênior*

# 1 Introdução

O Banco Matone S.A. (“Banco Matone” ou “Cedente”), com seus parceiros estratégicos - definidos em conjunto como Grupo Estruturador -, está desenvolvendo uma estrutura de securitização de Recebíveis compostos por operações de crédito consignado com funcionários dos setores públicos federais, SIAPE e Forças Armadas, estaduais e municipais (tais operações de crédito são concedidas em virtude de convênios firmados pelo Matone ou por seus correspondentes com órgãos da administração direta, autárquica e fundacional - os “Consignantes”).

Esses recebíveis serão cedidos mediante o atendimento a determinados critérios de elegibilidade a serem definidos pelo grupo encarregado do processo de securitização.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de desempenho da carteira de crédito, para um período histórico de 36 meses, compreendido entre 1º de outubro de 2003 e 30 de setembro de 2006;
- Levantar os fluxos operacionais relacionados à geração e à cobrança dos Recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Cedente, com base em testes de amostragem.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pelo Banco Matone, contemplando todas as operações de crédito consignado, para o período mencionado anteriormente:

1. Elaboração das seguintes informações sobre o histórico de operações de crédito consignado:
  - Análises demográficas
    - Compilação dos volumes mensais sujeitos à Cessão;
    - Distribuição do volume financeiro e da quantidade por prazo médio das operações;
    - Distribuição dos contratos/Recebíveis por faixas de valor a serem definidas, para fins de apuração de concentração das operações;
    - Identificação dos percentuais de antecipação de parcelas (pré-pagamentos) e refinanciamentos (liberação de margem complementar).
  - Análises de pontualidade de pagamentos
    - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
    - Pool estático apresentando a distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos previamente definidos;

- Identificação do fluxo de recebimentos de parcelas ao longo do período.

As análises realizadas serão apresentadas de forma segregada (Ente/Correspondente/Esfera) ou em conjunto, conforme o caso.

2. Revisão do fluxo operacional da estrutura de geração dos contratos relacionados a concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira destes, estabelecido com base em testes de amostragem:
  - A formalização dos contratos firmados entre o Banco Matone e os financiados será testada por amostragem, definida em 100 contratos, observando-se sua conformidade às políticas de crédito previstas pelo Cedente;
  - Com base na amostra de 100 contratos, será testada a averbação dos contratos de financiamento com os Consignantes. Em relação aos Consignantes com os quais o Matone verifica homologação de forma eletrônica, será testada a verificação por parte do Matone da existência de averbação dos contratos antes dos respectivos desembolsos. Em relação aos demais Consignantes, será testado o prazo decorrido entre os desembolsos dos financiamentos e as confirmações das respectivas averbações. Os testes de averbação serão realizados com base nas listas (providenciadas pelo Matone) de Consignantes que permitem homologação eletrônica.
3. Revisão da funcionalidade dos sistemas do Cedente e da acurácia das informações geradas para gestão dos Recebíveis, incluindo os controles que evitem a Cessão dos Recebíveis em duplicidade e os controles de recebimentos das parcelas averbadas com os servidores públicos:

### **Outras informações**

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, esse relatório é de uso exclusivo do Banco Matone e do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem nosso consentimento prévio.

Nossos trabalhos foram executados no período de 10 de novembro a 23 de novembro de 2006 e tomaram por base a estrutura das áreas de Crédito e Cobrança e de Tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes do Banco Matone, não foi requerida a atualização dos dados entre a data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

## 2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

### 2.1 Dimensionamento da carteira de crédito

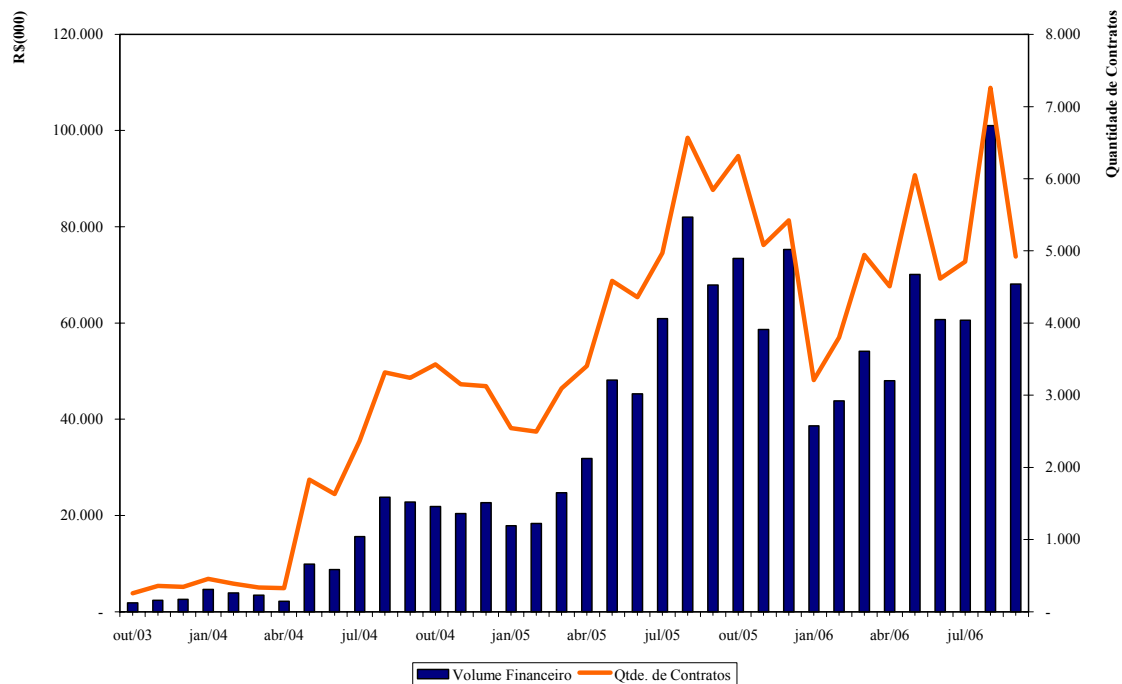
A leitura da base de dados sob análise indica que foram originados no período sob análise - 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006 - 123.388 contratos, que totalizam R\$ 1.316.275 mil, considerando-se o somatório do valor das parcelas. Conforme mencionado, a conformidade desse arquivo foi submetida a testes, por meio de reconciliação com os registros oficiais do Cedente, de acordo com o apresentado na Seção 3 deste relatório.

Dessa forma, para o período total de 36 meses sob análise, compilamos informações mensais referentes à produção, conforme disposto na tabela e no gráfico 2.1, a seguir:

**Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas e quantidade de contratos**

Origem	Somatório do valor das parcelas		Quantidade de contratos		Somatório do valor liberado	
	R\$(000)	%	#	%	R\$(000)	%
out/03	1.872	0,1	254	0,2	888	0,1
nov/03	2.342	0,2	356	0,3	1.112	0,2
dez/03	2.537	0,2	342	0,3	1.180	0,2
jan/04	4.629	0,4	457	0,4	1.857	0,3
fev/04	3.897	0,3	388	0,3	1.539	0,3
mar/04	3.438	0,3	338	0,3	1.361	0,2
abr/04	2.167	0,2	324	0,3	1.043	0,2
mai/04	9.913	0,8	1.829	1,5	4.899	0,8
jun/04	8.788	0,7	1.630	1,3	4.353	0,7
jul/04	15.622	1,2	2.365	1,9	7.518	1,2
ago/04	23.767	1,8	3.318	2,7	11.264	1,8
set/04	22.821	1,7	3.243	2,6	11.002	1,8
out/04	21.840	1,7	3.429	2,8	10.467	1,7
nov/04	20.415	1,6	3.153	2,6	9.923	1,6
dez/04	22.642	1,7	3.124	2,5	10.873	1,8
jan/05	17.843	1,4	2.546	2,1	8.586	1,4
fev/05	18.336	1,4	2.494	2,0	8.821	1,4
mar/05	24.742	1,9	3.095	2,5	11.839	1,9
abr/05	31.835	2,4	3.405	2,8	14.650	2,4
mai/05	48.135	3,7	4.585	3,7	21.800	3,6
jun/05	45.289	3,4	4.357	3,5	19.841	3,2
jul/05	60.939	4,6	4.969	4,0	26.628	4,4
ago/05	81.993	6,2	6.567	5,3	35.814	5,9
set/05	67.890	5,2	5.845	4,7	31.138	5,1
out/05	73.416	5,6	6.315	5,1	32.760	5,4
nov/05	58.651	4,5	5.081	4,1	26.326	4,3
dez/05	75.264	5,7	5.422	4,4	35.101	5,7
jan/06	38.652	2,9	3.208	2,6	18.330	3,0
fev/06	43.798	3,3	3.799	3,1	20.508	3,4
mar/06	54.144	4,1	4.944	4,0	24.376	4,0
abr/06	48.024	3,6	4.509	3,7	21.876	3,6
mai/06	70.100	5,3	6.048	4,9	33.067	5,4
jun/06	60.715	4,6	4.615	3,7	29.098	4,8
jul/06	60.634	4,6	4.851	3,9	29.119	4,8
ago/06	101.053	7,7	7.260	5,9	47.989	7,8
set/06	<u>68.133</u>	<u>5,2</u>	<u>4.923</u>	<u>4,0</u>	<u>34.686</u>	<u>5,7</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>	<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	<u>611.630</u>	<u>100,0</u>

**Gráfico 2.1 - Produção mensal**



Na tabela 2.2, a seguir, apresentamos geração total por Esfera (Federal, Estadual e Municipal) ao longo dos 36 meses sob análise, bem como suas respectivas representatividades em relação à produção total. No Anexo I, apresentamos a distribuição mensal de contratos gerados no período por Esfera.

**Tabela 2.2 - Produção por Esfera**

Esfera	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
Federal	1.142.124	86,8	86,8	104.216	84,5	84,5
Municipal	162.699	12,4	99,1	14.286	11,6	96,0
Estadual	<u>11.452</u>	<u>0,9</u>	<u>100,0</u>	<u>4.886</u>	<u>4,0</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>		<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	

Com o intuito de verificar a participação de cada um dos Órgãos e das respectivas Esferas na produção mensal ao longo dos 36 meses, bem como as respectivas representatividades, destacamos a seguir a relação dos 26 maiores Órgãos que representam 75% do volume originado.

**Tabela 2.3 - Produção por Órgão**

Órgão	Esfera	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acumulado
Ministério do Exército Militar	Federal	372.686	28,3	28,3
Ministério da Marinha	Federal	134.256	10,2	38,5
Ministério da Fazenda	Federal	55.983	4,25	42,8
Fundação Nacional de Saúde	Federal	48.771	3,71	46,5
Ministério da Saúde	Federal	45.516	3,46	49,9
Governo do Ex-Território Amapá	Federal	38.756	2,94	52,9
Governo do Ex-Território Roraima	Federal	33.006	2,51	55,4
Universidade do Rio de Janeiro	Federal	30.895	2,35	57,7
Ministério da Aeronáutica Militar	Federal	27.810	2,11	59,8
Departamento de Polícia Federal	Federal	25.353	1,93	61,8
Ministério do Exército Civil	Federal	19.091	1,45	63,2
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Federal	17.357	1,32	64,5
Ministério dos Transportes	Federal	16.326	1,24	65,8
Governo do Ex-Território Rondônia	Federal	13.721	1,04	66,8
Ministério do Trabalho e Emprego	Federal	11.477	0,87	67,7
CISSEX PAPEM	Federal	10.436	0,79	68,5
PMPA Secretaria Municipal de Administração	Municipal	10.011	0,76	69,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Federal	9.942	0,76	70,0
Advocacia-geral da União (AGU)	Federal	9.590	0,73	70,7
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Federal	9.137	0,69	71,4
Ministério das Comunicações	Federal	9.059	0,69	72,1
Governo do Ex-Território Acre	Federal	9.019	0,69	72,8
Universidade Federal do Pará	Federal	8.223	0,62	73,4
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Federal	7.629	0,58	74,0
Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET	Federal	6.476	0,49	74,5
Ministério dos Transportes DF PENS	Federal	<u>6.459</u>	<u>0,49</u>	<u>75,0</u>
Demais (957 Órgãos)		<u>329.288</u>	<u>25,0</u>	
Total		<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>	

A tabela 2.4, a seguir, indica a geração total por correspondente ao longo dos 36 meses sob análise, bem como suas respectivas representatividades em relação à produção total. No Anexo II, apresentamos a distribuição mensal de contratos gerados no período por correspondente.

**Tabela 2.4 - Produção por correspondente**

Correspondente	Somatório valor parcelas R\$(000)	do das %	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
SABEMI	1.124.084	85,4	85,4	101.382	82,2	82,2
C.P.M.	137.081	10,4	95,8	10.150	8,2	90,4
Matone	28.691	2,2	98,0	3.561	2,9	93,3
Convênios antigos	<u>26.419</u>	<u>2,0</u>	<u>100,0</u>	<u>8.295</u>	<u>6,7</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>		<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	

Conforme apresentado pela Gerência do Banco Matone, os Órgãos são classificados internamente de acordo com o convênio de atuação. Essa classificação é conhecida como canal de convênio, e os órgãos são classificados conforme segue:

- Forças Armadas
- SIAPE
- Prefeituras e Câmaras Municipais
- Outros

A tabela 2.5, a seguir, apresenta o volume total de geração total por canal de convênio ao longo dos 36 meses sob análise, bem como suas respectivas representatividades em relação ao volume total originado. No Anexo III, apresentamos a distribuição mensal de contratos gerados no período por canal de convênio.

**Tabela 2.5 - Produção por canal de convênio**

Correspondente	Somatório do valor parcelas R\$(000)	do das %	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
SIAPE	594.595	45,2	45,2	11.876	9,6	9,6
Forças Armadas	545.220	41,4	86,6	40.439	32,8	42,4
Prefeituras e câmaras municipais	151.019	11,5	98,1	63.661	51,6	94,0
Outros	<u>25.441</u>	<u>1,9</u>	<u>100,0</u>	<u>7.412</u>	<u>6,0</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>		<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	

## 2.2 Distribuição de contratos por faixas de valor

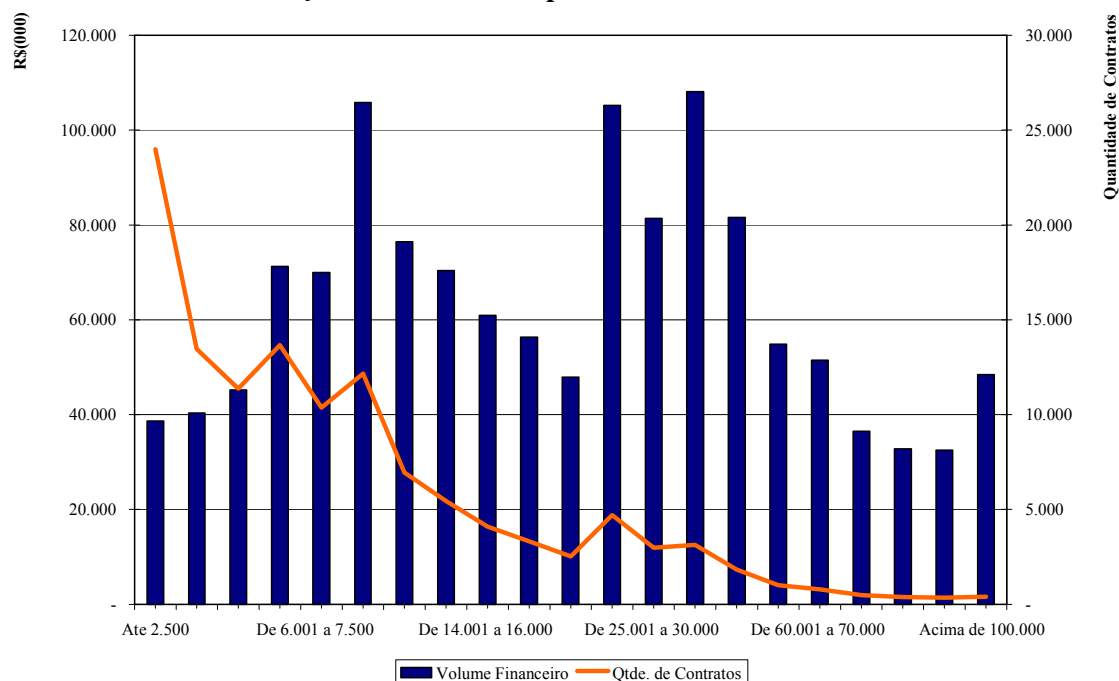
Elaboramos a tabela 2.6, a seguir, demonstrando a distribuição de contratos por faixas de valor, considerando o somatório do valor das parcelas.

**Tabela 2.6 - Distribuição de contratos por faixas de valor**

<b>Faixas de valor (R\$)</b>	<b>Somatório valor parcelas R\$(000)</b>	<b>do das %</b>	<b>% acum.</b>	<b>Quantidade contratos</b>	<b>de %</b>	<b>% acum.</b>
Até 2.500	38.639	2,9	2,9	23.997	19,4	19,4
De 2.501 a 3.500	40.361	3,1	6,0	13.452	10,9	30,4
De 3.500 a 4.500	45.178	3,4	9,4	11.363	9,2	39,6
De 4.501 a 6.000	71.297	5,4	14,9	13.662	11,1	50,6
De 6.001 a 7.500	69.977	5,3	20,2	10.365	8,4	59,0
De 7.501 a 10.000	105.791	8,0	28,2	12.157	9,9	68,9
De 10.001 a 12.000	76.441	5,8	34,0	6.954	5,6	74,5
De 12.001 a 14.000	70.384	5,3	39,4	5.443	4,4	78,9
De 14.001 a 16.000	60.957	4,6	44,0	4.092	3,3	82,2
De 16.001 a 18.000	56.361	4,3	48,3	3.324	2,7	84,9
De 18.001 a 20.000	47.914	3,6	51,9	2.525	2,0	87,0
De 20.001 a 25.000	105.226	8,0	59,9	4.696	3,8	90,8
De 25.001 a 30.000	81.410	6,2	66,1	2.978	2,4	93,2
De 30.001 a 40.000	108.166	8,2	74,3	3.140	2,5	95,8
De 40.001 a 50.000	81.591	6,2	80,5	1.828	1,5	97,2
De 50.001 a 60.000	54.876	4,2	84,7	1.006	0,8	98,1
De 60.001 a 70.000	51.490	3,9	88,6	797	0,6	98,7
De 70.001 a 80.000	36.481	2,8	91,4	487	0,4	99,1
De 80.001 a 90.000	32.784	2,5	93,8	387	0,3	99,4
De 90.001 a 100.000	32.508	2,5	96,3	343	0,3	99,7
Acima de 100.000	<u>48.444</u>	<u>3,7</u>	<u>100,0</u>	<u>392</u>	<u>0,3</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>		<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	

No gráfico 2.2, a seguir, apresentamos a representação gráfica dos contratos analisados por faixa de valor.

**Gráfico 2.2 - Distribuição dos contratos por faixa de valor**



## 2.3 Ticket médio dos contratos

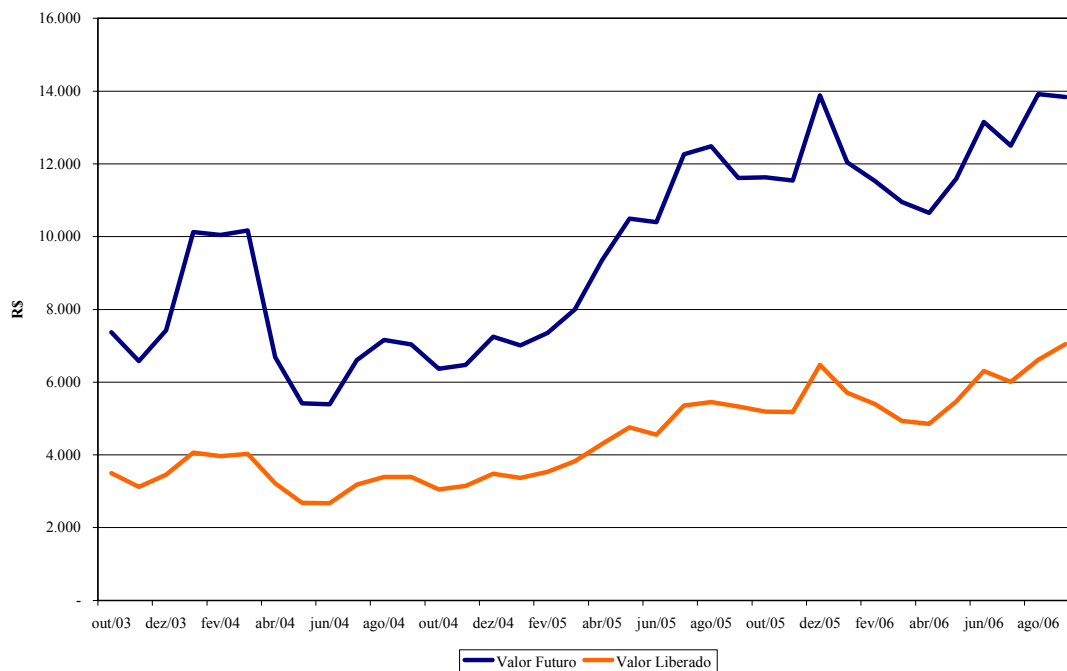
A tabela 2.7 e o gráfico 2.3, a seguir, trazem o valor médio dos contratos por mês de origem, considerando o somatório do valor das parcelas e em valores liberados.

**Tabela 2.7 - Ticket médio dos contratos**

Origem	Saldo médio - Valor futuro R\$	Saldo médio - Valor liberado R\$
out/03	7.369	3.495
nov/03	6.578	3.124
dez/03	7.418	3.450
jan/04	10.129	4.064
fev/04	10.043	3.966
mar/04	10.171	4.027
abr/04	6.689	3.220
mai/04	5.420	2.679
jun/04	5.391	2.670
jul/04	6.606	3.179
ago/04	7.163	3.395
set/04	7.037	3.392
out/04	6.369	3.052

<b>Origem</b>	<b>Saldo médio - Valor futuro R\$</b>	<b>Saldo médio - Valor liberado R\$</b>
nov/04	6.475	3.147
dez/04	7.248	3.480
jan/05	7.008	3.372
fev/05	7.352	3.537
mar/05	7.994	3.825
abr/05	9.349	4.302
mai/05	10.498	4.755
jun/05	10.394	4.554
jul/05	12.264	5.359
ago/05	12.486	5.454
set/05	11.615	5.327
out/05	11.626	5.188
nov/05	11.543	5.181
dez/05	13.881	6.474
jan/06	12.049	5.714
fev/06	11.529	5.398
mar/06	10.951	4.930
abr/06	10.651	4.852
mai/06	11.591	5.467
jun/06	13.156	6.305
jul/06	12.499	6.003
ago/06	13.919	6.610
set/06	<u>13.840</u>	<u>7.046</u>
Média geral	<u>10.668</u>	<u>4.957</u>

**Gráfico 2.3 - Evolução do Ticket médio dos contratos**



## 2.4 Distribuição mensal do volume de parcelas por prazo

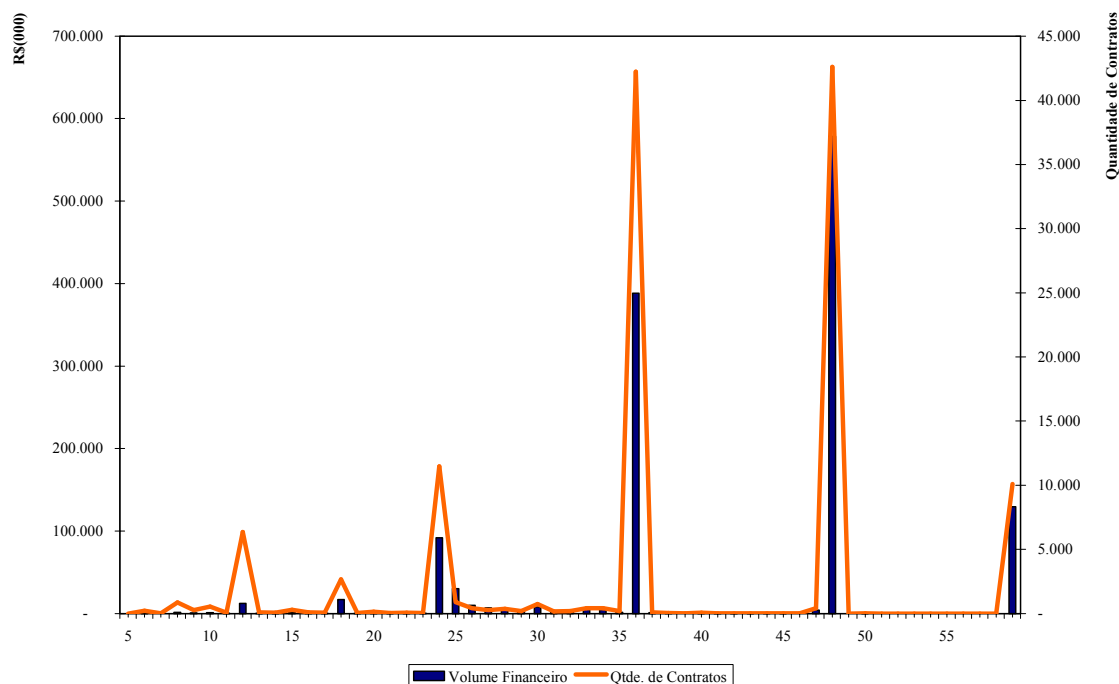
Para estabelecimento do prazo médio das operações, foi compilado o volume total de contratos originados no período de 36 meses sob análise por quantidade de parcelas. O prazo médio ponderado calculado para os contratos sob análise é de 42 meses. Apresentamos na tabela 2.8 e no gráfico 2.4, a seguir, a distribuição dos contratos por quantidade de parcelas.

**Tabela 2.8 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Período de 36 meses**

Quantidade de parcelas	Somatório do valor das parcelas R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
5	4	0,0	0,0	6	0,0	0,0
6	197	0,0	0,0	223	0,2	0,2
7	34	0,0	0,0	13	0,0	0,2
8	1.338	0,1	0,1	858	0,7	0,9
9	599	0,0	0,2	281	0,2	1,1
10	966	0,1	0,2	554	0,4	1,6
11	177	0,0	0,3	70	0,1	1,6
12	12.224	0,9	1,2	6.362	5,2	6,8
13	327	0,0	1,2	101	0,1	6,9
14	260	0,0	1,2	76	0,1	6,9
15	938	0,1	1,3	289	0,2	7,2
16	377	0,0	1,3	89	0,1	7,2
17	249	0,0	1,3	62	0,1	7,3
18	16.831	1,3	2,6	2.672	2,2	9,4

Quantidade de parcelas	Somatório valor parcelas R\$(000)	do das %	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
19	185	0,0	2,6	46	0,0	9,5
20	649	0,0	2,7	136	0,1	9,6
21	217	0,0	2,7	38	0,0	9,6
22	353	0,0	2,7	74	0,1	9,7
23	224	0,0	2,7	40	0,0	9,7
24	91.880	7,0	9,7	11.463	9,3	19,0
25	30.011	2,3	12,0	899	0,7	19,7
26	10.087	0,8	12,8	406	0,3	20,1
27	7.083	0,5	13,3	276	0,2	20,3
28	6.123	0,5	13,8	359	0,3	20,6
29	4.457	0,3	14,1	200	0,2	20,7
30	7.924	0,6	14,7	739	0,6	21,3
31	2.542	0,2	14,9	168	0,1	21,5
32	3.367	0,3	15,2	187	0,2	21,6
33	5.874	0,4	15,6	406	0,3	22,0
34	4.700	0,4	16,0	425	0,3	22,3
35	1.478	0,1	16,1	185	0,1	22,5
36	388.313	29,5	45,6	42.234	34,2	56,7
37	1.030	0,1	45,7	82	0,1	56,7
38	414	0,0	45,7	36	0,0	56,8
39	109	0,0	45,7	13	0,0	56,8
40	721	0,1	45,8	57	0,0	56,8
41	143	0,0	45,8	17	0,0	56,8
42	196	0,0	45,8	21	0,0	56,9
43	180	0,0	45,8	16	0,0	56,9
44	344	0,0	45,8	19	0,0	56,9
45	185	0,0	45,8	10	0,0	56,9
46	105	0,0	45,8	8	0,0	56,9
47	4.210	0,3	46,2	422	0,3	57,2
48	578.528	44,0	90,1	42.606	34,5	91,8
49	69	0,0	90,1	5	0,0	91,8
50	117	0,0	90,1	15	0,0	91,8
51	20	0,0	90,1	2	0,0	91,8
52	1	0,0	90,1	1	0,0	91,8
53	5	0,0	90,1	1	0,0	91,8
54	105	0,0	90,1	2	0,0	91,8
55	12	0,0	90,1	3	0,0	91,8
56	9	0,0	90,1	1	0,0	91,8
57	11	0,0	90,1	1	0,0	91,8
58	66	0,0	90,1	5	0,0	91,8
60	<u>129.708</u>	<u>9,9</u>	<u>100,0</u>	<u>10.108</u>	<u>8,2</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.316.275</u>	<u>100,0</u>		<u>123.388</u>	<u>100,0</u>	

**Gráfico 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Período de 36 meses**



## 2.5 Cancelamento de contratos

Adicionalmente, observamos na base de dados disponibilizados pela Cedente eventos de cancelamento de contratos. Com o objetivo de mensurar a incidência desse tipo de ocorrência, elaboramos a tabela 2.9, a seguir, demonstrando o percentual de cancelamentos mensais para o período de 36 meses sob análise, em relação à produção total.

**Tabela 2.9 - Representatividade mensal de cancelamentos**

Origem	Cancelamento R\$(000)	Geração R\$(000)	Cancelamento - %
out/03	-	1.872	0,0
nov/03	-	2.342	0,0
dez/03	-	2.537	0,0
jan/04	-	4.629	0,0
fev/04	-	3.897	0,0
mar/04	-	3.438	0,0
abr/04	-	2.167	0,0
mai/04	-	9.913	0,0
jun/04	-	8.788	0,0
jul/04	1	15.622	0,0
ago/04	5	23.767	0,0
set/04	-	22.821	0,0
out/04	5	21.840	0,0
nov/04	214	20.415	1,0
dez/04	-	22.642	0,0
jan/05	-	17.843	0,0

<b>Origem</b>	<b>Cancelamento R\$(000)</b>	<b>Geração R\$(000)</b>	<b>Cancelamento - %</b>
fev/05	-	18.336	0,0
mar/05	-	24.742	0,0
abr/05	-	31.835	0,0
mai/05	25	48.135	0,1
jun/05	-	45.289	0,0
jul/05	296	60.939	0,5
ago/05	752	81.993	0,9
set/05	519	67.890	0,8
out/05	700	73.416	1,0
nov/05	418	58.651	0,7
dez/05	37	75.264	0,0
jan/06	130	38.652	0,3
fev/06	48	43.798	0,1
mar/06	252	54.144	0,5
abr/06	128	48.024	0,3
mai/06	277	70.100	0,4
jun/06	-	60.715	0,0
jul/06	40	60.634	0,1
ago/06	812	101.053	0,8
set/06	<u>262</u>	<u>68.133</u>	<u>0,4</u>
Total	<u>4.921</u>	<u>1.316.275</u>	<u>0,4</u>

## 2.6 Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho da carteira objetivam prover informações sobre a performance da carteira de recebíveis da Cedente, em conformidade com os parâmetros definidos previamente com representantes das partes envolvidas no processo de securitização. As análises foram efetuadas de forma consolidada e em grupos, considerando características específicas observadas e/ou discutidas com o Grupo Estruturador.

Foi elaborado um aging list em faixas de prazos, conforme apresentado na tabela 2.10 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas, liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 36 meses.

**Tabela 2.10 - Aging list da carteira em aberto em 30 de setembro de 2006 - Consolidada**

<b>Faixas</b>	<b>R\$(000)</b>	<b>%</b>	<b>% acum.</b>
Total sob análise	1.316.275		
(-) Renegociações/Refinanciamentos	137.654		
(-) Cancelamentos	4.915		
(+) Multas	429		
(-) Descontos	6.338		
(-) Parcelas a vencer após 30 de setembro de 2006	889.678		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de setembro de 2006	278.120	100	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	4.793	1,72	1,72
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	840	0,30	2,03
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	954	0,34	2,37
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	1.083	0,39	2,76
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	1.257	0,45	3,21
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	1.302	0,47	3,68
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	25.820	9,28	12,96
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	46.093	16,57	29,54
Parcelas liquidadas no vencimento	67.511	24,27	53,81
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	65.320	23,49	77,30
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	10.007	3,60	80,89
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	11.185	4,02	84,92
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	4.488	1,61	86,53
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	2.214	0,80	87,33
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	1.302	0,47	87,79
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	1.079	0,39	88,18
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	2.911	1,05	89,23
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	579	0,21	89,44
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	4.689	1,69	91,12
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	3.620	1,30	92,42
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	3.019	1,09	93,51
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	2.442	0,88	94,39
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	2.323	0,84	95,22
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	1.960	0,70	95,93
Parcelas vencidas acima de 180 dias	11.327	4,07	100,00

Ainda com o propósito de entender de forma mais abrangente o desempenho de pagamento por parte dos Entes analisados, fizemos uma segregação de acordo com sua Esfera (Federal, Estadual, Municipal), em conformidade com a classificação dos Entes fornecida por representantes do Banco.

**Tabela 2.11 - Desempenho de pagamento por Esfera**

Faixas	Estadual			Federal			Municipal		
	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	11.452			1.142.124			162.699		
(-) Renegociações	177			136.473			1.004		
(-) Cancelamentos	1			4.169			745		
(+) Multas	2			417			10		
(-) Descontos	20			6.116			202		
(-) Parcelas a vencer após 30 de setembro de 2006	4.281			752.171			133.226		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 30 de setembro de 2006	6.975			243.613			27.532		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	20	0,3	0,3	4.645	1,9	1,9	128	0,5	0,5
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	7	0,1	0,4	806	0,3	2,2	28	0,1	0,6
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	8	0,1	0,5	914	0,4	2,6	32	0,1	0,7
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	14	0,2	0,7	1.033	0,4	3,0	37	0,1	0,8
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	26	0,4	1,1	1.193	0,5	3,5	38	0,1	1,0
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	26	0,4	1,4	1.213	0,5	4,0	63	0,2	1,2
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	31	0,4	1,9	25.492	10,5	14,5	296	1,1	2,3
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	131	1,9	3,8	42.533	17,5	31,9	3.429	12,5	14,7
Parcelas liquidadas no vencimento	2.258	32,4	36,1	63.289	26,0	57,9	1.965	7,1	21,8
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	4.128	59,2	95,3	46.597	19,1	77,1	14.595	53,0	74,9
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	26	0,4	95,7	6.808	2,8	79,8	3.173	11,5	86,4
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	37	0,5	96,2	10.543	4,3	84,2	606	2,2	88,6
Parcelas liquidadas de 60 a 180 dias	29	0,4	96,6	4.337	1,8	86,0	122	0,4	89,0
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	10	0,1	96,8	2.091	0,9	86,8	113	0,4	89,4
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	7	0,1	96,9	1.207	0,5	87,3	88	0,3	89,8
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	7	0,1	97,0	1.028	0,4	87,7	44	0,2	89,9
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	59	0,8	97,8	2.672	1,1	88,8	180	0,7	90,6
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	2	0,0	97,9	432	0,2	89,0	145	0,5	91,1
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	6	0,1	97,9	4.364	1,8	90,8	320	1,2	92,3
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	4	0,1	98,0	3.252	1,3	92,1	364	1,3	93,6
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	3	0,0	98,0	2.669	1,1	93,2	347	1,3	94,8
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	3	0,0	98,1	2.180	0,9	94,1	259	0,9	95,8
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	2	0,0	98,1	2.051	0,8	95,0	270	1,0	96,8
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	2	0,0	98,1	1.764	0,7	95,7	193	0,7	97,5
Parcelas vencidas acima de 180 dias	130	1,9	100,0	10.499	4,3	100,0	698	2,5	100,0

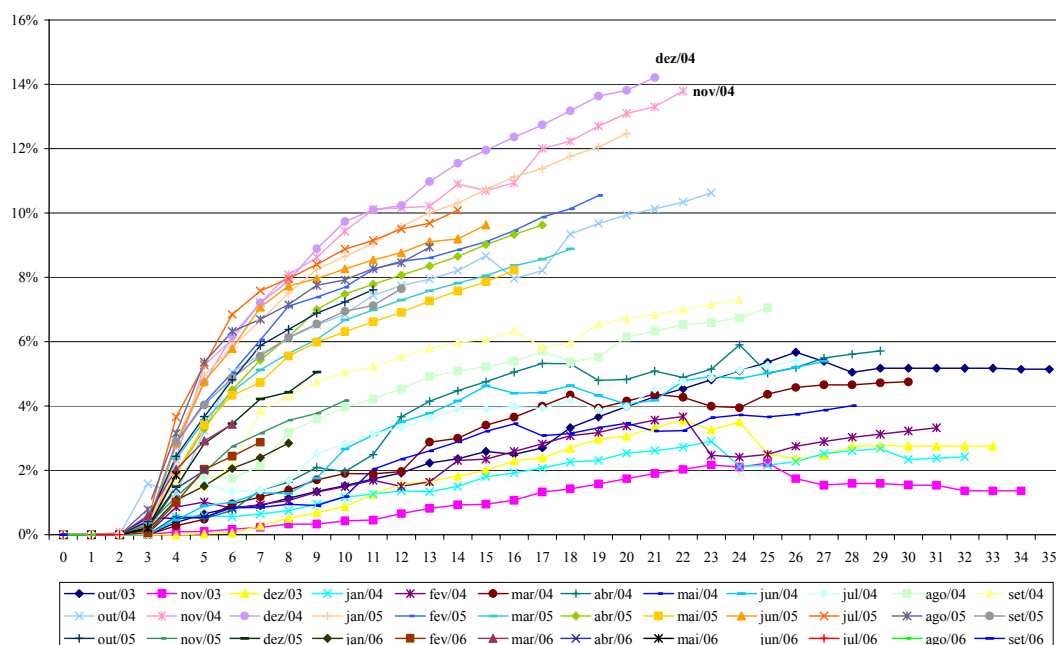
No Anexo IV, deste relatório é apresentado, respectivamente, um aging para cada um dos canais de convênios.

## 2.7 Pool estático apresentando os índices de realização dos créditos por safra de produção - Ciclos mensais

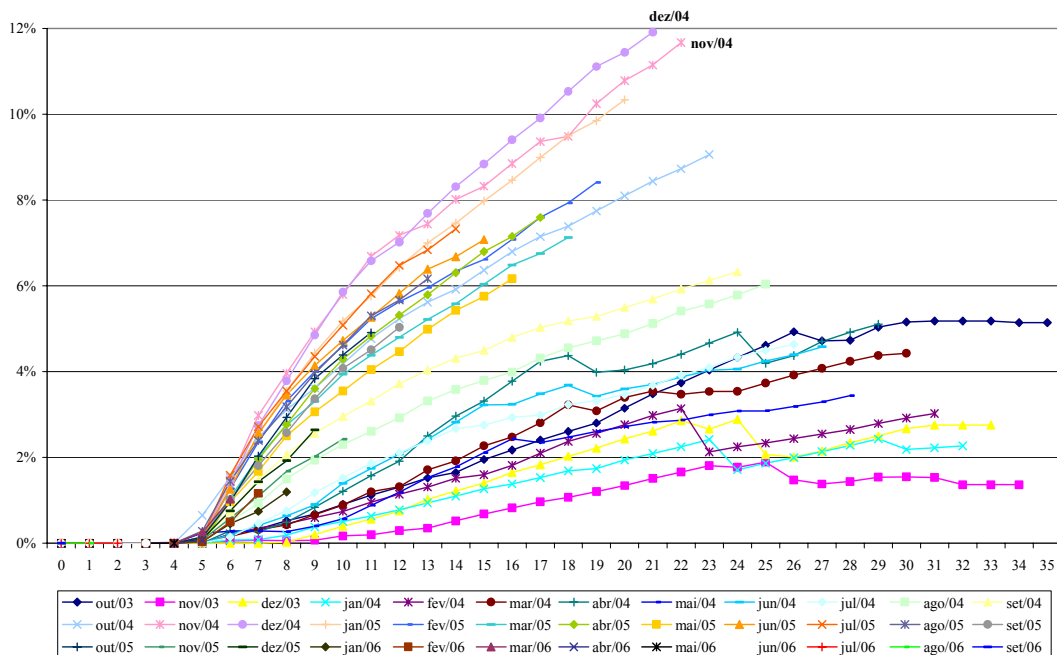
Como parte dos procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Grupo Estruturador, foi gerado um pool estático de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de origem dos contratos - vintage analysis.

Apresentamos nos gráficos 2.5 e 2.6, a seguir, uma representação gráfica desse pool estático para parcelas vencidas e não liquidadas há mais de 60 dias (gráfico 2.5), para parcelas vencidas e não liquidadas há mais de 120 dias (gráfico 2.6) e, por fim, para parcelas vencidas e não liquidadas há mais de 180 dias (gráfico 2.7), pagas ou não pagas, para o período de 36 meses sob análise:

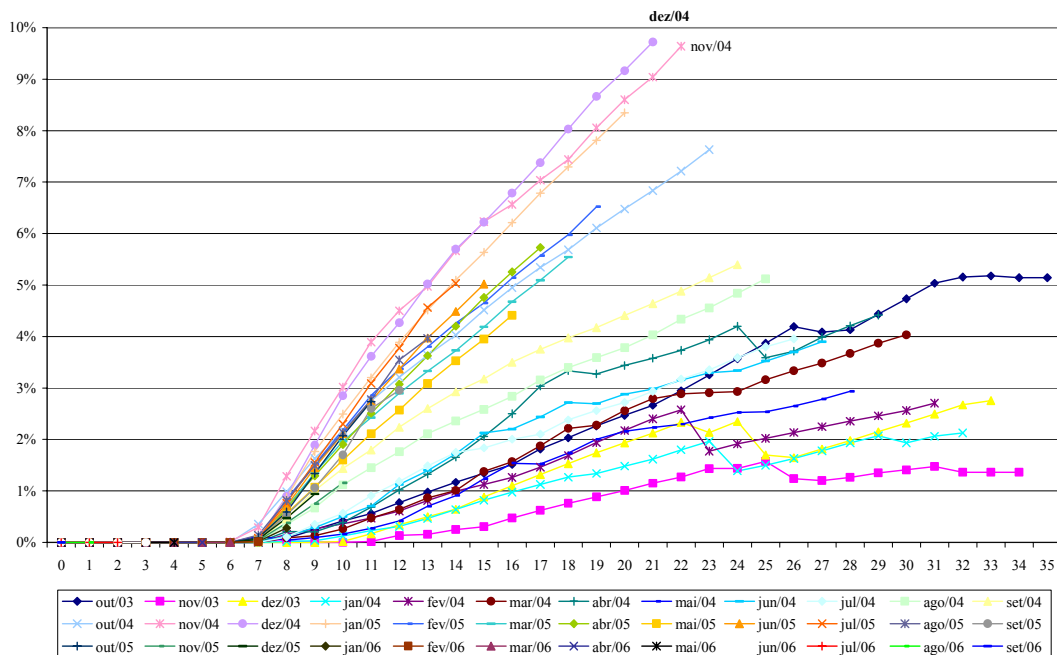
**Gráfico 2.5 - Representação gráfica do pool estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 60 dias**



**Gráfico 2.6 - Representação gráfica do pool estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 120 dias**



**Gráfico 2.7 - Representação gráfica do pool estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 180 dias**



No Anexo V são apresentados os dados analíticos do Pool estático para cada uma das safras originadas no período de 36 meses sob análise, considerando-se os percentuais de pagamento em cada mês.

### 3 Descrição dos procedimentos de revisão da base de dados

#### 3.1 Base de dados sujeita às nossas análises

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia do Banco Matone, contemplando a totalidade dos contratos de crédito consignado com funcionários públicos federais, estaduais e municipais, correspondente ao período de 36 meses compreendido entre 1º de outubro de 2003 e 30 de setembro de 2006, analítico por parcela de contrato.

#### 3.2 Reconciliação da base de dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Cedente com os seus respectivos saldos contábeis.

Para este exercício, confrontamos o saldo de “Contas a receber” na data-base de nossos trabalhos - 30 de setembro de 2006 -, obtido dos contratos vincendos, vencidos e não liquidados e a terceiros, listados na base de dados disponibilizados, com os registros oficiais da Cedente.

**Tabela 3.1 - Conciliação da base de dados com os registros contábeis do Banco**

<b>Descrição</b>	<b>Valor presente - R\$(000)</b>
Saldo da carteira em aberto (exclui cancelamentos)	57.366.900,70
(-) Saldo da carteira vencido há mais de 360 dias	7.071.647,31
(=) Saldo da carteira em aberto	50.295.253,39
Empréstimo e títulos descontados - Saldo contábil	50.553.760,54
Diferença	258.507,15
Diferença - %	0,51

### 4 Verificação da averbação de contratos

Com o propósito de validar a natureza, a existência e as características das operações analisadas, e em linha com os procedimentos pré-acordados definidos com representantes da Cedente, foi solicitado o confronto da amostra de 100 contratos previamente selecionados com as telas de registros eletrônicos (averbação) ou manuais fornecidos pelos Entes, contendo a relação de servidores e pensionistas averbados.

Essa atividade compreendeu obter da área Administrativa do Banco Matone a tela de averbação disponibilizada pelos Entes que possuem averbação eletrônica (SIAPE e Forças Armadas) e dos contratos carimbados e assinados dos Entes que possuem averbação manual.

#### **Procedimentos realizados**

Os arquivos de averbação disponibilizados pelos Entes ao Correspondente ou ao Matone

com referência a setembro de 2006 são disponibilizados eletronicamente (por *e-mail* ou mídia) e manualmente (carimbo e assinatura do Ente confirmando a averbação).

Com base em informações fornecidas pela gerência do Banco Matone, selecionamos os maiores Entes para levantar os processos de recebimento de averbação. Os processos levantados correspondem aos seguintes Entes:

<b>Órgão</b>	<b>Processo de recebimento da confirmação de averbação</b>
SIAPE	Automático
Forças Armadas	Automático
Prefeituras e Câmaras Municipais (CPM)	Manual
Prefeitura de Porto Alegre	Automático
Outros (Estados de Convênios Antigos)	Manual e Automático

#### **Processo automático**

Mensalmente ou diariamente (dependendo do Órgão), o Correspondente ou o Matone (depende do convênio) recebe do órgão um e-mail ou, via link direto, um arquivo contendo os registros que foram averbados e que estão aptos a ser descontados no próximo mês.

Verificamos que o arquivo recebido não é codificado nem protegido por senha, além de possuir layout, de modo que é possível que um funcionário altere informações do arquivo. Dessa forma, conclui-se que o processo automático de recebimento de arquivos referente a averbações não é seguro quanto à manutenção da integridade dos dados gerados pelo Ente.

#### **Deficiência**

Os arquivos utilizados na interface dos sistemas são arquivos de texto, que podem ser alterados antes da importação.

#### **Riscos**

Por se tratar de um processo de Batch Input de arquivos de textos referentes aos dados dos clientes, parcelas de pagamentos e quantidades de parcelas podem ser alteradas antes da importação e acarretar distorção nos registros do sistema SICRED, uma vez que os arquivos são disponibilizados no diretório da rede para que usuários selecionem para envio e realização da interface.

#### **Manual pelo correspondente**

Este processo consiste em receber dos correspondentes a confirmação de averbação manual dos Entes. A averbação é feita no “Contrato de Empréstimo” através da assinatura do responsável do Ente pelo convênio.

#### **Deficiência**

A conferência da averbação é feita pelos Correspondentes e posteriormente pelo Matone, quando este recebe a documentação da operação. A pessoa que averbou (Ente) o empréstimo pode não ser a autorizada a averbar a operação e tornar nula a operação.

***Riscos***

Existe o risco de que operações não averbadas sejam pagas por causa do delay entre o envio da documentação pelo correspondente e o recebimento pelo Matone.

## Resultados das verificações

Os resultados das nossas verificações estão apresentados na tabela a seguir:

Ente	<u>Selecionados</u>		<u>Verificados sem divergência</u>		<u>Não verificados Não entregues</u>	
	#	%	#	%	#	%
SIAPE	58	58,0	56	96,6	2	3,4
Outros (Estados e convênios antigos)	8	8,0	2	25,0	6	75,0
Forças Armadas	<u>34</u>	<u>34,0</u>	<u>33</u>	<u>97,1</u>	<u>1</u>	<u>2,9</u>
Total	<u>100</u>	<u>100,0</u>	<u>91</u>	<u>91,0</u>	<u>88</u>	<u>88,0</u>

## 5 Verificação física da existência e das características dos contratos

Em linha com os procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco Matone, selecionamos uma amostragem de 100 contratos constantes da base de dados disponibilizada, para confronto com a respectiva documentação física.

Os itens confrontados com os registros eletrônicos foram os seguintes:

- CPF/RG
- Número do contrato
- Data do contrato
- Comprovante de renda
- Órgão
- Comprovante de residência
- Valor da parcela
- Valor liberado
- Quantidade de parcelas
- Contrato de empréstimo - Banco Matone
- Ficha cadastral - Correspondente
- Assinatura

Apresentamos a seguir o resultado da aplicação desses procedimentos.

**Tabela 5.1 - Divergências identificadas na verificação de contratos**

<u>Data de início do contrato divergente</u>			<u>Valor da parcela divergente</u>		
0003343444	0003366118	0003324551	0003292603	0003363578	0003286675
			0003330994	0003348374	0003296229
<u>Valor liberado divergente</u>			0003304500	0003309561	0003312278
			0003340644	0003307680	0003291471
0003291471	0003346479		0003342061	0003287291	0003345370
<u>Total da dívida divergente</u>			<u>Nome do órgão divergente</u>		
0003292603	0003363578	0003286675	0003328085	0003223004	
0003330994	0003348374	0003296229			
0003304500	0003309561	0003312278			
0003340644	0003307680	0003291471			
0003342061	0003287291	0003345370			
<u>Falta de compr. de renda e ficha cadastral</u>			<u>Falta de compr. de renda e ficha cadastral</u>		
0003291471			0003353347		

## **6 Descrição dos processos de concessão e cobrança de crédito**

### **6.1 Introdução e objetivos**

A fim de atingir o objetivo descrito no item 1 deste relatório no que se refere ao entendimento dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança mantidos pelo Banco Matone, revisamos as estruturas de concessão e cobrança da carteira de créditos sujeita à securitização.

As informações deste relatório foram obtidas por indagação à Gerência do Banco Matone, e sua eficácia foi testada por meio de procedimentos de avaliação com base em amostragem.

### **6.2 Fluxo de crédito e cobrança**

O Banco Matone possui atualmente convênio com dois Correspondentes, Sabemi e CPM. Essas duas empresas são responsáveis por toda a parte comercial do Banco envolvendo operações de crédito consignado, desde a venda e a averbação de recebimentos de repasses até o fechamento de novos convênios com Órgãos.

#### ***Sabemi***

A Sabemi é uma Empresa de Previdência Privada, Seguradora e Pecúlio que possui uma rede de 650 Correspondentes e promotores conveniados. É responsável por aproximadamente 70% das operações realizadas pelo Banco Matone e possui convênio com os seguintes Órgãos:

- Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)
- SIAPE (Órgãos Públicos Federais)
- INSS (Aposentados e Pensionistas)

No caso da Sabemi, todos os convênios firmados são efetuados entre a Sabemi e o Órgão, não havendo nenhuma participação do Banco Matone. Por isso a averbação com o Órgão é sempre realizada pela Sabemi.

Segundo informações da Gerência da Sabemi, a maioria dos Órgãos operados possui averbação on-line com reserva, o que dá uma maior garantia na realização da operação, fazendo com que a análise da proposta no Banco seja uma análise apenas sistêmica, como será visto no item “Aprovação da proposta - Banco Matone”.

As exceções dos convênios que não são de responsabilidade da Sabemi são os convênios com o INSS e com a Prefeitura de Porto Alegre, que foram firmados entre o Matone e os Órgãos, sendo a Sabemi apenas um Correspondente na venda da operação e ficando a averbação e o recebimento do repasse sob responsabilidade do Matone.

#### ***CPM***

A CPM é uma empresa especializada em captação e prestação de serviços em operações de crédito pessoal, realizados com servidores celetistas ou servidores públicos. A CPM é localizada em Salvador e é responsável por aproximadamente 15% das operações. Seu foco são prefeituras, câmaras municipais, governo e algumas operações com assistidos no INSS para associados do Estado da Bahia.

Os convênios são firmados entre os Órgãos e o Banco Matone. A CPM trabalha como um facilitador para a formalização desse convênio. Uma diferença em relação aos demais convênios é que nesse caso a averbação que teria de ser feita pelo Matone é feita pela CPM. Segundo nos foi informado, isso se deve ao fato de a maioria das averbações ser feita de forma manual e à grande quantidade de convênios existentes.

A única exceção do convênio cuja averbação é feita pelo Matone é o convênio com o INSS, sendo a CPM apenas um Correspondente na venda da operação e ficando a averbação e o recebimento do repasse sob responsabilidade do Matone.

### ***Venda da proposta***

No processo de venda da proposta são exigidas determinadas documentações e é realizado o preenchimento da ficha cadastral. Tais informações necessárias variam de acordo com o Órgão com o qual estão sendo realizadas a transação e o respectivo processo disponibilizado pelo convênio. As documentações originais mínimas requisitadas e conferidas pela Sabemi são:

- CPF
- Carteira de identidade
- Contracheque
- Comprovante de endereço
- Comprovante de conta bancária

### ***Verificação de viabilidade da operação - Correspondente***

Após o preenchimento da ficha cadastral e a conferência da documentação, verifica-se no sistema dos Correspondentes se há operações do financiado no Banco Matone e, em caso afirmativo, se este ainda possui margem consignável para utilização.

### ***Análise da proposta - Sabemi e CPM***

A primeira análise que é submetida à proposta é realizada pelo Correspondente, que irá analisar as cópias dos documentos solicitados e ficha cadastral, efetuará o cálculo da margem consignável e verificará a averbação do valor solicitado nos Órgãos responsáveis.

A estrutura da Sabemi para a análise da proposta é composta por 30 Analistas, dos quais 20 analisam somente propostas provenientes do SIAPE e dez analisam propostas provindas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

### ***Verificação da margem consignável***

O processo de verificação da margem consignável é específico para cada Órgão com o qual a transação está sendo realizada. A parcela mensal a ser paga pelo cliente não pode exceder o valor da margem consignável previsto na legislação aplicável. Esse processo pode acontecer das seguintes maneiras:

- **Processos on-line com reserva**

São processos de averbação e consulta pela Internet, realizados em tempo real nos Órgãos que disponibilizam o acesso. A garantia de efetivação da operação nesses processos é maior, uma vez que é feita uma consulta on-line da margem consignável do

cliente. Efetivada a operação, é efetuada uma reserva em nome da Sabemi, impedindo que o cliente realize empréstimos simultâneos em diferentes instituições.

- **Processos on-line sem reserva**

Os processos on-line sem reserva funcionam como o processo anterior, no entanto não é realizada a reserva do empréstimo no nome do Correspondente, o que gera uma garantia menor.

- **Margem consignável informada**

Nesses processos, é enviada uma carta ao órgão solicitando a margem consignável do cliente. Para esses casos, a documentação mínima necessária inclui três últimos contracheques originais.

- **Margem consignável calculada**

Para esses processos, são informados pelos órgãos os parâmetros para o cálculo da margem consignável (normativos). A documentação mínima necessária inclui três últimos contracheques.

### ***Simulação de proposta***

Após a verificação da margem consignável, é iniciada a etapa de simulação de proposta, na qual se estabelecem os parâmetros de financiamento (taxas, prazos, valor das parcelas etc.).

### ***Averbação***

A averbação pode ocorrer a partir dos seguintes meios, de acordo com o Órgão com o qual a transação é realizada:

- **Averbação on-line**

A averbação on-line pode ser com ou sem reserva de margem consignável, em razão da disponibilidade desse processo pelo Órgão. Por meio desta, o Órgão disponibiliza por Internet, ao Correspondente, os clientes que foram efetivamente averbados.

- **Averbação por meio eletrônico**

De acordo com o layout exigido pelo Órgão, é gerado um arquivo (por e-mail, CD ou disquete) contendo os clientes a serem averbados. O Correspondente deve aguardar o arquivo de retorno que apontará os clientes averbados.

- **Averbação manual**

A averbação manual ocorre pelo envio de um relatório ao Órgão, informando os servidores a serem averbados em determinado período. O encaminhamento ao Órgão é realizado por meio de ofício, com o relatório de averbação anexo. Após um período, o Órgão retorna uma listagem ao Correspondente, destacando os clientes efetivamente averbados.

### ***Aprovação da proposta - Correspondente***

A primeira aprovação das propostas ocorre nas matrizes dos Correspondentes, Sabemi e CPM. Caso todos os parâmetros tenham sido seguidos e o valor das parcelas esteja dentro da margem consignável, a proposta é aprovada e encaminhada posteriormente para análise e aprovação do Banco Matone.

### ***Envio da proposta para o Banco Matone***

Depois de aprovadas as propostas pelos Correspondentes, estas têm de ser enviadas ao Banco Matone para aprovação do Banco. Existem dois modos de envio da proposta para o Banco: por arquivo (via e-mail) e via Internet.

No envio das propostas pelo arquivo foi definido um layout-padrão para que o Matone faça o recebimento e consiga efetuar a importação do arquivo no sistema SICRED. No envio pelo site o Correspondente possui uma senha pela qual acessa o site e digita todos os dados referentes à proposta, que automaticamente já são salvos no sistema SICRED.

### ***Fluxo do processo - Banco Matone***

Recebidos o arquivo e o conteúdo digitado na Internet com as propostas para serem aprovadas, o Banco Matone realiza a importação para o sistema SICRED, no módulo Convênios/Importação. Após a importação as propostas passam pela verificação automática do sistema dos seguintes critérios de crédito:

- Dados cadastrais (RG, CPF, endereço, telefone etc.)
- Valores (mínimo - um salário mínimo; máximo - R\$ 50.000,00)
- Idade (mínimo - 18 anos e máximo - 85 anos)
- Renegociação (somente possível a partir de dez parcelas pagas)

Estando a proposta dentro dos critérios acima descritos, as propostas são efetivadas no sistema SICRED, no módulo Efetivação de Propostas Importadas, e continuam no fluxo de aprovação. O próximo passo é a Liberação Parcial das TEDs ou dos DOCs. As propostas que não forem renegociações e as propostas que não tenham de ser averbadas pelo são liberadas para o pagamento via TED ou DOC.

As propostas em que existe a necessidade de averbação antes da liberação (Prefeitura de Porto Alegre) primeiramente são averbadas e só após a resposta positiva são liberadas para o pagamento.

### ***Controle***

Para cada importação feita pelo Analista ele é obrigado a preencher uma “Planilha de Controle de Produção Conveniada”, na qual constam as seguintes informações: quantidade de contratos importados e quantidade de contratos rejeitados para cada um dos Correspondentes. O analista faz a verificação da sua planilha com o total de importações feitas no sistema que tem de conciliar.

Diariamente é impressa uma tela do sistema com todas as operações realizadas e o volume financeiro dessas propostas. Após a impressão é preenchida pelo Analista a “Planilha de Controle de Produção Conveniada”. Depois do preenchimento, ele a envia ao Gerente da área Administrativa/Financeiro, que efetua uma verificação parcial dos volumes produzidos. Não sendo verificada nenhuma distorção, a planilha é rubricada pelo Gerente, que a encaminha à Tesouraria para que seja efetuado o pagamento das propostas liberadas.

### ***Verificação***

Verificamos a importação do arquivo recebido dos Correspondentes, o preenchimento da “Planilha de Controle de Produção Conveniada”, a rubrica do responsável pelo Administrativo/Financeiro e o posterior envio à Tesouraria.

As propostas que estão fora dos critérios de crédito são destinadas a um diretório para serem criticadas. Nessa crítica são verificados os motivos da não-aprovação, que podem ser:

- **Dados do arquivo inconsistentes**

O motivo de rejeição desses casos são dados cadastrais inconsistentes de CPF, RG, nascimento, nome da mãe.

- **Cadastro de implantação inconsistente**

Nesse caso falta a implantação do convênio com o qual o Correspondente está enviando a proposta. Para regularizar a situação, o Correspondente tem de solicitar a inclusão de um novo convênio.

- **Incompatibilidade com a política de crédito**

A proposta não é compatível com a política de crédito do Banco Matone - por exemplo: apresenta valores superiores a R\$ 50.000,00 e idade superior a 85 anos; o cliente já possui uma proposta que está inadimplente ou possui uma proposta cujo primeiro vencimento ainda não ocorreu.

Após a crítica, é enviado um e-mail para os correspondentes com um arquivo contendo as propostas não importadas e os motivos da não-importação. O correspondente tem um prazo de dois dias para responder ao e-mail com as justificativas. Depois de respondido o e-mail, as justificativas são conferidas uma a uma. Se forem aceitas, a proposta será importada novamente e continuará no fluxo de aprovação; se não, a proposta será excluída.

### ***Liberação do crédito***

Para determinados Órgãos, a liberação da operação está condicionada ao retorno positivando a averbação da operação. No entanto, para outros Órgãos, pela falta de eficiência do processo, a liberação do crédito pode ocorrer antes do repasse com as informações destacando os clientes averbados.

A liberação do crédito é realizada por TED ou DOC, se o cliente possuir conta-corrente. As liberações através de Ordem de Pagamento estão temporariamente suspensas.

### ***Controle***

A área de Qualidade de Crédito e Cobrança do Banco Matone faz diariamente um controle das propostas efetivadas; seleciona aleatoriamente 25 propostas, fazendo contato com o servidor e questionando-o sobre seus dados e os dados do empréstimo; dependendo do caso, é solicitado aos Correspondentes o envio dos documentos físicos de cada um dos

contratos. Para todas as propostas efetivadas acima de R\$ 10.000 são efetuados contatos com os clientes a fim de identificar possíveis fraudes.

### ***Formalização***

Os documentos físicos solicitados para a formalização, efetuada na agência, são os seguintes:

- Ficha cadastral assinada
- Contrato de Empréstimos a Servidor Público assinado
- Contracheque(s)
- Cópia do RG
- Cópia do CPF
- Comprovante de endereço
- Comprovante bancário (caso seja correntista)

O Banco Matone contratou a empresa ATP, que é a responsável pela conferência dessa documentação, apontando eventuais pendências que deverão ser regularizadas pelos Correspondentes dentro de um prazo especificado.

### ***Arquivamento/custódia***

O arquivamento e a custódia da documentação referente aos contratos são mantidos nos Correspondentes até um período de 30 dias. Após esse prazo, os contratos e as suas respectivas documentações são enviados à ATP para conferência e, depois de efetuada a verificação, os documentos são enviados para a empresa Metrofile, que foi contratada pela ATP para efetuar arquivamento e custódia.

A empresa Metrofile fica localizada na cidade de Sapucaí do Sul, na região da Grande Porto Alegre. O local reservado para salvaguarda da documentação detém as seguintes características de segurança:

- Extintores antiincêndio
- Segurança próprio
- Alarme anti-roubo com monitoramento 24 horas

## **6.3 Procedimentos de cobrança**

Conforme informações obtidas da Gerência do Matone, a partir do momento da averbação do contrato o recebimento das parcelas é garantido, exceto se o servidor for exonerado ou vier a falecer. O que ocorre na maioria das vezes é a perda de margem consignável por parte do servidor, que passa a ficar em situação de inadimplemento.

Até o momento, não existe um manual de cobrança efetiva, tampouco cobrança telefônica, envio de carta de cobrança ou boleto de cobrança. Existem apenas um monitoramento das parcelas inadimplentes e a tentativa constante da averbação até a liquidação total do contrato.

O Departamento de Qualidade de Crédito e Cobrança faz um acompanhamento mensal da inadimplência com o objetivo de atuar de forma efetiva na inadimplência dos contratos.

Os procedimentos executados para o controle dos contratos em situação de inadimplemento são os seguintes:

### **Acompanhamento da inadimplência na primeira parcela**

Nos casos de contratos que apresentam o inadimplemento na primeira parcela, os Correspondentes são acionados para verificar o motivo da não-averbação. Se for comprovado algum tipo de irregularidade, os Correspondentes serão responsabilizados (penalizados) pelo inadimplemento do contrato, podendo algumas vezes ser obrigados a arcar com o valor do contrato. Os casos que apresentam esse tipo de inconformidade são relatados à Diretoria.

### **Acompanhamento do valor descontado diferente do valor da parcela**

Mensalmente é feito um acompanhamento dos valores descontados com os valores das parcelas para todos os casos em que não houve desconto ou em que o desconto foi menor que o valor da parcela.

Nos casos em que não houve descontos, é verificado o motivo do não-desconto e se este ocorreu por uma eventualidade, como desconto de farmácia, ou se será um desconto permanente, como pensão alimentícia. Depois de verificado o motivo, tenta-se sempre averbar um novo valor que seja compatível com nova margem e alonga-se o prazo do contrato para que seja totalmente liquidado.

### ***Cobrança - Correspondentes***

Consoante os procedimentos do Banco Matone, os Correspondentes também tentam reaver as parcelas que entram em situação de inadimplemento. Os procedimentos utilizados são:

- **Débito automático em conta-corrente**

No momento em que é assinado o contrato de empréstimo os servidores assinam também um documento em que autorizam o débito automático em conta-corrente caso ocorra o inadimplemento das parcelas.

A partir da verificação do não-desconto efetua-se o débito automático em conta-corrente. Hoje o Correspondente Sabemi possui convênio com os principais bancos no Brasil. Segundo informado pelo Correspondente, a grande maioria dos débitos ocorre no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e o percentual de sucesso no débito (recuperação) é de 35%.

- **Verificação da nova margem consignável**

Quando é verificado que o não-desconto ocorreu por perda de margem, o Correspondente verifica a nova margem que está disponível e efetua o desconto com esse valor, devendo em seguida informar o Banco Matone do ocorrido e alongar o prazo da operação.

## **6.4 Descrição do processo de arrecadação**

O processo de arrecadação ocorre nos Correspondentes. O processo de arrecadação ocorrido no Banco Matone é feito a partir da troca de informações entre os Correspondentes e o Banco.

### ***Recebimento do arquivo de baixa dos correspondentes***

Os Correspondentes enviam um arquivo contendo uma prévia no terceiro dia útil do mês com os clientes que efetuaram o pagamento e têm de ser baixados no mês. O Banco Matone importa esse arquivo e espera o repasse do Financeiro, que ocorre três vezes durante o mês, nos dias 5, 10 e 30 para a Sabemi e nos dias 15, 24 e 30 para CPM.

Nos dias preestabelecidos existe o envio de um novo arquivo pelos Correspondentes contendo os clientes atualizados, que devem ser baixados, e um descritivo com o nome dos Órgãos, a quantidade de clientes e os valores financeiros dos repasses.

### ***Controle***

Recebido esse arquivo, ele é importado no sistema SICRED, no módulo Convênios/Operação. Após a importação, os valores financeiros são conferidos com o arquivo descritivo enviado e é feita a baixa.

O sistema SICRED faz automaticamente uma crítica dos contratos que foram importados e que apresentaram inconsistências, as quais podem ser: número do contrato inválido e contrato já liquidado - para esses casos é feito um relatório de ocorrências, que é enviado ao Correspondente para que seja verificado o motivo da inconsistência.

### ***Recebimento dos clientes em inadimplência***

Diariamente ocorre recebimento do arquivo de baixa dos Correspondentes de clientes que estavam em situação de inadimplimento e que regularizaram sua situação ou em que o débito em conta-corrente foi efetivado. Nesses casos, como o número de clientes não é elevado, a baixa acontece manualmente para cada um dos clientes.

### ***Recebimento do arquivo de baixa dos Órgãos***

A averbação em nome do Banco Matone para Prefeitura de Porto Alegre e Órgãos operados pela CPM ocorre da seguinte maneira:

#### ***Prefeitura de Porto Alegre***

No quinto dia útil do mês é gerado um arquivo pelo Banco Matone com os servidores que terão de ser descontados, o qual é enviado à Prefeitura. Por volta do dia 23 de cada mês, a Prefeitura de Porto Alegre envia o arquivo com os descontos e o valor financeiro é depositado em uma conta-corrente específica.

#### ***Órgãos conveniados pela CPM***

Existe uma conta centralizadora de todos os recebimentos dos Órgãos conveniados à CPM. Quem recebe a listagem com o nome dos clientes que serão descontados é a CPM, que, depois de compilar os dados, envia a relação dos clientes que terão seu benefício descontado ao Banco. Manualmente é feita a baixa dos clientes no sistema SICRED, no módulo Operação Manual, nos dias especificados, 15, 24 e 30.

O recebimento do repasse funciona da mesma maneira: o Correspondente comunica ao Matone o volume financeiro disponível em cada uma das datas, 15, 24 e 30, informando novamente os clientes que foram descontados naquele mês e as baixas que deverão ser

feitas. A quantidade de clientes no recebimento do repasse sempre é maior, pois alguns pagamentos em atraso vão ocorrendo até o efetivo repasse.

## 7 Revisão dos controles sistêmicos existentes que evitem a cessão em duplicidade dos direitos creditórios

### *Situação observada*

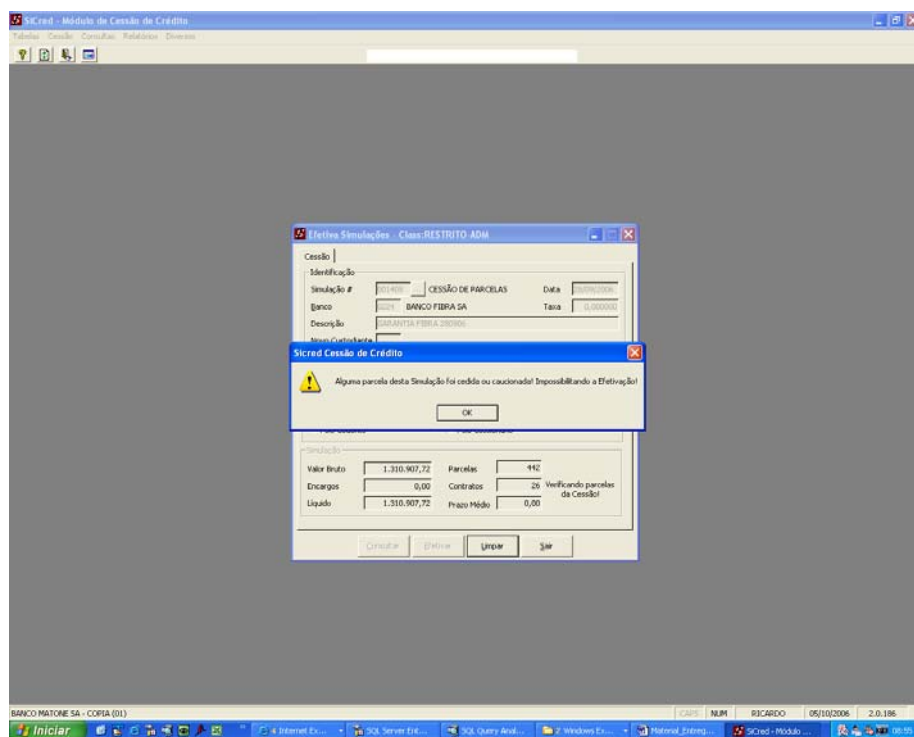
Observamos que o sistema SICRED não permite a realização da cessão em duplicidade dos direitos creditórios.

Segundo o Gerente de TI, a definição dos códigos 0 e 9, responsáveis pela geração de arquivos para a efetivação da cessão, está no código-fonte do sistema. Não há, portanto, intervenção manual do usuário.

### *Teste realizado*

Por meio do sistema SICRED, acessamos o Módulo de Cessão de Crédito e simulamos uma tentativa de ceder uma parcela mais de uma vez.

Observamos que o sistema exibe uma tela com a mensagem de erro: “Alguma parcela desta simulação foi cedida ou caucionada! Impossibilitando a Efetivação!”, conforme a tela a seguir.



### *Resultado obtido*

Efetivo.

## **ANEXO IV**

### **ESTATUTO SOCIAL DO MATONE**

## BANCO MATONE S/A

### ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04/05/2006

Às 9:00 horas do dia 04 de maio de 2006, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social do **BANCO MATONE S/A**, CNPJ nº 92.894.922/0001-08, NIRE nº 43300030202, na rua Mariante nº 25, em Porto Alegre (RS), os Srs. Alberto Davi Matone, brasileiro, casado, economista, CPF nº 130.773.090-68, CI-SSP/RS nº 1003969993, residente e domiciliado nesta capital na av. Cavallhada nº 5.205, casa 80 e Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 221.878.470-04, CI-SJS/RS nº 9003729226, residente e domiciliado nesta capital na rua Pedro Ivo nº 803, apartamento 201, representantes da controladora integral do Banco Matone S/A, Matone Holding S/A, CNPJ nº 05.729.133/0001-17, NIRE nº 43300042804. Foram eleitos Presidente e Secretário da Assembléia o **Sr. Alberto Davi Matone** e o **Sr. Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila**, respectivamente. O Sr. Presidente, declarando iniciados os trabalhos, observou que estando presentes os representantes da acionista detentora da totalidade do capital social, sanada estavam, nos termos da lei, a falta de prévia publicação dos editais de convocação. A seguir o Sr. Presidente submeteu à apreciação da Assembléia as seguintes proposições, as quais foram aprovadas por unanimidade:

**I – Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, publicados na forma da lei;**

**II – Ratificar o aumento da Reserva Legal em R\$ 648.258,60 (seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos);**

**III – Ratificar a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais);**

**IV – Determinar a distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);**

**V – Alterar o parágrafo 4º do artigo 13º, que passa a ter a seguinte redação: “Parágrafo 4º - nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, convocar-se-á de imediato uma Assembléia Geral Extraordinária a qual competirá eleger um novo diretor para completar o mandato do Diretor substituído.”**

**VI – Elidir os artigos 6º, 7º e 16º do Estatuto Social, com a conseqüente renumeração dos demais artigos;**

**VII – Consolidar o Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova Redação:**



# **BANCO MATONE S/A**

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Art. 1º** - O Banco Matone S.A. é uma instituição financeira privada, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares vigentes.

**Art. 2º** - A companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul na rua Mariante nº 25.

Parágrafo único - por ato de sua diretoria, a companhia poderá instalar filiais ou outras dependências em qualquer ponto do território nacional, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

**Art. 3º** - A companhia tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de crédito, financiamento e investimento), de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

**Art. 4º** - O prazo de duração da companhia é indeterminado.

### **CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES**

**Art. 5º** - O capital Social é de R\$ 30.960.000,00 (trinta milhões, novecentos e sessenta mil reais) dividido em 12.983.800 (doze milhões, novecentas e oitenta e três mil e oitocentas ) ações, sendo 12.233.800 (doze milhões duzentas e trinta e três mil e oitocentas) ações ordinárias e 750.000 (setecentas e cinquenta mil) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

**Art. 6º** - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não darão direito a voto; gozarão, contudo, de prioridade no reembolso do capital e dos demais direitos concernentes às ações ordinárias, exceto o de voto.

### **CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 7º** - A Assembléia Geral dos acionistas realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe compete por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações.

**Art. 8º** - A Assembléia Geral será dirigida por uma mesa composta de Presidente e Secretário eleitos pelos acionistas presentes.



## BANCO MATONE S/A

Art. 9º – Só poderão tomar parte da Assembléia Geral os acionistas cujas ações estejam em seu nome, no livro competente, até 3 (três) dias antes da data marcada para a sua realização.

Art. 10º – As deliberações assembleares, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

### CAPÍTULO IV DIRETORIA

Art. 11º – A companhia será administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por uma Diretoria composta de até 7 (sete) membros eleitos pela Assembléia Geral, por um prazo de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, todos residentes no país, acionistas ou não. A Assembléia Geral elegerá, 1 (um) Diretor Presidente, 2 (dois) Diretores Vice Presidentes e, até 4 (quatro) Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º - os diretores exercerão validamente seus mandatos até que sejam empossados seus sucessores.

Parágrafo 2º - a investidura no cargo de Diretor dar-se-á assim que seus nomes forem homologados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 3º - qualquer dos Diretores, em caso de impedimento temporário, será substituído por aquele que vier a ser indicado pelos demais, com exceção do Diretor Presidente que será substituído pelo Diretor Vice Presidente por ele indicado.

Parágrafo 4º - nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, convocar-se-á de imediato uma Assembléia Geral Extraordinária a qual competirá eleger um novo diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Parágrafo 5º - a Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - a Diretoria deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constarem sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio. Ao Diretor Presidente e, em sua ausência, ao Diretor Vice Presidente que o estiver substituindo, é assegurado o voto de qualidade.

Art. 12º – Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores competirá especificamente:

- a) ao Diretor Presidente: definir a política administrativa da companhia e presidir as reuniões da Diretoria;
- b) aos Diretores Vice Presidentes: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente e substituí-lo em seus impedimentos temporários;

## BANCO MATONE S/A

- c) aos demais diretores: desempenhar as funções específicas que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

**Art. 13º** – Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da sociedade.

Parágrafo 1º - dependerá sempre da assinatura conjunta do Diretor Presidente e de um Diretor Vice Presidente ou da assinatura de qualquer um destes em conjunto com outro Diretor a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- c) a nomeação de procuradores com precisa indicação do prazo de duração do mandato, bem como dos atos e operações que poderão ser praticados;
- d) autorização para qualquer um dos diretores agir individualmente, com fim específico e por tempo determinado.

Parágrafo 2º - dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um procurador, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a sociedade, e que não estejam previstos no parágrafo 1º supra.

## CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

**Art. 14º** – A companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - a Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá e epossará os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração.

Parágrafo 2º - os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 3º - o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

**Art. 15º** – As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da companhia.

## BANCO MATONE S/A

### CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

**Art. 16º** – O exercício social encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro, devendo a companhia levantar obrigatoriamente balanços semestrais em 30 de junho e 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará na elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

**Art. 17º** – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

**Art. 18º** – O lucro líquido resultante, após as deduções referidas no artigo 20, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do disposto no Artigo 202 da Lei no. 6404 de 15/12/76.

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal;
- b) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

**Art. 19º** – Do lucro líquido ajustado, nos termos no Artigo 21, será distribuída aos acionistas, a título de dividendos, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

**Art. 20º** – A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos antecedentes terá a destinação que vier a ser deliberada pela Assembléia Geral, por proposta da Diretoria.

**Art. 21º** – A Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas.

### CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO

**Art. 22º** – A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Art. 23º** – A liquidação será efetuada por comissão liquidante designada pela Assembléia Geral, podendo tal nomeação cair na própria Diretoria.


**Art. 24º** – A Assembléia Geral determinará a forma de liquidação, a duração do mandato da comissão liquidante e a respectiva remuneração.

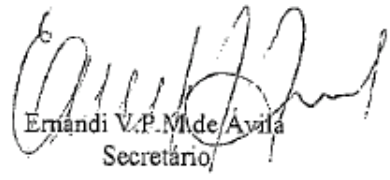


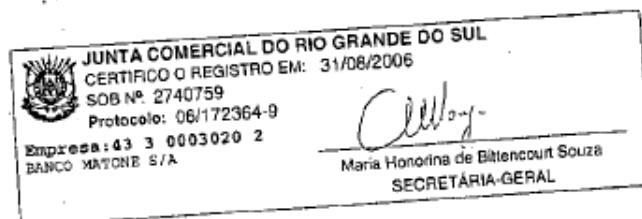
## BANCO MATONE S/A

Nada mais foi tratado. Alberto Davi Matone, Presidente; Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila, Secretário; Acionista: Matone Holding S/A, neste ato representada por seus administradores Srs. Alberto Davi Matone e Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila. Declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e assinada pelos administradores da acionista.

Porto Alegre, 04 de maio de 2.006.

  
Alberto Davi Matone  
Presidente

  
Ernandi V.P. Mide Ávila  
Secretário



## **ANEXO V**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MATONE RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005**





# BANCO MATONE S.A.

CNPJ - 02.894.922/0001-08 - NIRE nº 43.3.0000202  
Rua General Vitorino, 25 - 2º andar - CEP 90020-171 - PORTO ALEGRE-RS - Fone/Fax: (051) 3211-1144

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

### Safras agrícolas, clientes e colaboradores:

Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sa. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, acompanhadas do respectivo parecer dos Auditores independentes. Em cumprimento aos dados contidos nesta publicação, destacamos o que segue:

Q O exercício de 2005 representa para o Banco Matone o consolidado no segmento de crédito pessoal com desconto em folha de pagamento (crédito consignado), espécie de operação para a qual passou a dispor o seu fôto de atuação a partir de segunda metade do exercício de 2004. Em relação ao exercício anterior o Banco consolidou o volume dessas operações, passando de um montante de R\$ 77,4 milhões em 2004 para R\$ 315,1 milhões em 2005.

Q No portfólio comercial mantido em créditos consignados destacamos as operações, mediante convênios, direcionadas para militares, funcionários públicos e militares em serviço, aposentados, beneficiários e pensionistas do INSS.

com fôto de diversos órgãos, assim como para militares estaduais e municipais, além de credenciamento para concessão de empréstimos destinados a aposentados e pensionistas do INSS.

Q A meta para 2006 é continuar a prospecção de novos convênios que possam ampliar o volume de operações de crédito pessoal com desconto em folha de pagamento.

Q Para complementar o produto crédito pessoal com desconto em folha de pagamento (crédito consignado), além de política de apurar por meio de Geração de Crédito com desconto em folha de pagamento, o Banco está ampliando a sua atuação, por meio de serviços, com redes de varejo.

Q Como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de funding para as suas operações, o Banco adota a política de procurar o custo de capital que compatibilize sua carteira em crédito em que estão vindo sendo gerados.

Q Com a finalidade de observar os recebíveis da carteira do Banco, foram constituídos três Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, dois deles administrados pela Pactual Asset Management S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e um terceiro administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A.

Q O Banco mantém em seus ativos papéis classificados no resgate "Títulos Mobiliários e Vinculados", em razão dos quais, atendendo determinação normativa do Banco Central do Brasil, decidiu que não a transação e a captação financeira de mantê-los até o respectivo vencimento.

Agradecendo a confiança dos nossos clientes, colaboradores e acionistas, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Atenciosamente  
A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO	
	2005		2004
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
Disponibilidades	121	Depósitos	81.830
Aplicações interfinanceiras de liquidez	407	Depósitos à vista	823
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.512	Depósitos a prazo	81.016
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	69.563	Créditos por operações compradas - carteira própria	17.735
Carteira própria	71.139	Instrumentos financeiros derivativos	219
Verbas e compensações de liquidez	15.222	Outras obrigações	38.442
Instrumentos financeiros derivativos	2.207	Convenção e encargos de liquidez	81
Reservas interfinanceiras	45	Sociedade e subsidiárias	950
Pagamentos a fornecedores e liquidez	5	Fazenda e previdenciárias	2.257
Correspondentes	43	Outras obrigações - diversas	2.360
Operações de crédito	22.698	Total do circulante	134.026
Operações de crédito - ativo próprio	29.675		
Provisão para créditos de liquidez duvidosa	(16.643)	<b>ENDIVEL A LONGO PRAZO</b>	
Outros créditos - diversos	9.023	Depósitos - depósitos a prazo	3.636
Outros valores e bens	2.234	Reservas de capital	540
Total do circulante	126.104	Outras obrigações - diversas	54
		Total do endivél a longo prazo	4.231
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.201	Capital social - de reservas em nome	30.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.102	Reservas de capital	154
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	9.512	Reservas de lucro	787
Verbas e compensações de liquidez	2.630	Total do patrimônio líquido	32.902
Instrumentos financeiros derivativos	22.770		
Operações de crédito	28.547		
Operações de crédito - ativo próprio	33.177		
Provisão para créditos de liquidez duvidosa	(16.643)		
Outros créditos - diversos	4.058		
Outros valores e bens	3.609		
Total do realizável a longo prazo	69.126		
<b>PERMANENTE</b>			
Investimentos	1.130		
Participações em sociedades controladas	1.112		
Outros investimentos	517		
Indivíduos de uso	784		
Outros investimentos de uso	1.372		
Depreciação acumulada	(585)		
Diversa	967		
Gastos de organização e abertura	2.175		
Amortização acumulada	(1.530)		
Total do permanente	144.186		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>314.226</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>314.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio por lote de mil ações, expresso em reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
	2005	2004	2005	2004	
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005</b>	30.960	115	136	2.433	33.644
Variação de lucros patrimoniais	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	14.500	14.500
Distribuições	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	649	(649)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 178,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.124)	(2.124)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</b>	30.960	115	787	16.809	32.902
Mutação do semestre	-	-	649	16.809	17.567
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004</b>	30.960	112	136	1.112	32.200
Variação de lucros patrimoniais	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.100	10.100
Distribuições	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	649	(649)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 248,46 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.200)	(2.200)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004</b>	30.960	114	787	13.291	32.152
Mutação do exercício	-	-	649	16.809	17.567
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003</b>	30.960	112	136	1.112	32.200
Variação de lucros patrimoniais	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.092	1.092
Distribuições	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	649	(649)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 60,65 por lote de mil ações)	-	-	-	(20)	(20)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004</b>	30.960	112	787	16.809	32.668
Mutação do exercício	-	-	649	16.809	17.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Matone S.A. é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e opera sob a forma de banco múltiplo, exercendo as atividades de crédito, intermediação e investimento.

Em 16 de novembro de 2004, o Banco vinculou participação que detinha na Creditone S.A. em sociedade com o Banco Matone S.A. e o Banco HSBC Bank Brasil S.A.

Como parte do acordo de venda o Banco Matone S.A. não se comprometeu a manter a operação de crédito pessoal apenas através de correspondentes em nome de pagamento.

Atualmente o Banco e seu fôto mantêm relação com o crédito pessoal com desconto em folha de pagamento (crédito consignado). Para o efeito, foram constituídos três Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), dois deles administrados pela Pactual Asset Management S.A. e um terceiro administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A.

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

Em 2005, o Banco Matone S.A. foi incorporado à Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) denominada "Fundação de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.406/2006) e das normas contábeis brasileiras e o plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COFEP.

3. RESULTADO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

3.2. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.3. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.4. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.5. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.6. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.7. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado e são registrados pelo valor de custo, menos ou mais o valor de ajuste de mercado.

3.8. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "disponível para venda" são avaliados por meio de avaliação de mercado



## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÕES DO BANCO COORDENADOR E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**



## DECLARAÇÃO

**BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.056.408/0001-15, neste ato representada neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da 1ª (primeira) distribuição pública de cotas seniores ("Oferta") do **FUNDO MATCHE DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS** (doravante designado simplesmente "Fundo") vem, nos termos do artigo 58, § 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que (i) o prospecto definitivo da Oferta (doravante designado simplesmente "Prospecto") contém todas as informações relevantes necessárias ao pleno conhecimento pelo investidor da oferta, das cotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com a legislação pertinente, proporcionando ao investidor todas as condições para uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento em cotas do Fundo; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas por ocasião do arquivamento do Prospecto, bem como aquelas fornecidas e a serem fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito nas cotas seniores do Fundo.

São Paulo, 25 de março de 2007

**BANCO ABN AMRO REAL S.A.**

Nome:  
Cargo:

*[Assinatura]*  
José de Almeida Aragão Neto  
Vice-Presidente Executivo

Nome:  
Cargo:

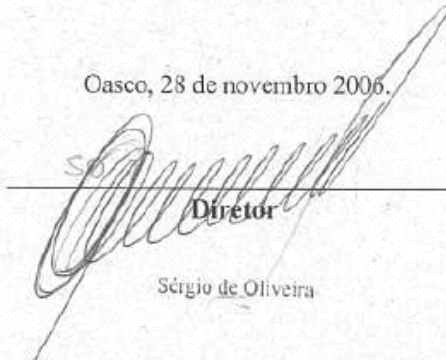
*[Assinatura]*



**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03  
“ADMINISTRADOR”**

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administrador (o “Administrador”) do **FUNDO MATONE DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS** (o “Fundo”), vem nos termos do art. 56, da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que: (a) o Prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas, do Fundo, das Cedentes e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Cotas Seniores, no contexto da Oferta; (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do art. 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 28 de novembro 2006.

  
\_\_\_\_\_  
Diretor  
Sérgio de Oliveira



